

CAROLINE FOPPA SALVAGNI

**LEITURA DE ARQUIVO E ESPAÇOS DE LEGITIMAÇÃO:
O DISCURSO JORNALÍSTICO PRODUZIDO A PARTIR DO WIKILEAKS**

**PORTO ALEGRE
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**LEITURA DE ARQUIVO E ESPAÇOS DE LEGITIMAÇÃO:
O DISCURSO JORNALÍSTICO PRODUZIDO A PARTIR DO WIKILEAKS**

CAROLINE FOPPA SALVAGNI

Orientadora: Profa. Dra. SOLANGE MITTMANN

Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem, Especialidade Teorias do Texto e do Discurso, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

**PORTO ALEGRE
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Salvagni, Caroline Foppa
Leitura de arquivo e espaços de legitimação: o
discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks
/ Caroline Foppa Salvagni. -- 2017.
108 f.
Orientadora: Solange Mittmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Análise do Discurso. 2. Arquivo. 3. Discurso
Jornalístico. 4. WikiLeaks. 5. Circulação. I.
Mittmann, Solange, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, especialmente às professoras Freda Indusky, Maria Cristina Leandro Ferreira e Solange Mittmann, por compartilharem os tesouros que descobriram em suas caminhadas na Análise do Discurso.

Agradeço à minha orientadora, professora Solange Mittmann, pelo carinho, pela leitura cuidadosa, pelas observações pontuais e importantes reflexões que conduziram nossa caminhada.

Agradeço à professora Carne Schons (*in memoriam*) pelo incentivo, pelo encaminhamento e por despertar em mim o amor à Análise do Discurso. Sem a contribuição dela, não teria chegado até aqui.

Agradeço aos meus pais, Ildo e Iraci, pelo amor e incentivo que nunca faltaram, e ao meu esposo, Francisco, pela vida que estamos construindo juntos – que ela continue boa e serena.

plena pausa

*Lugar onde se faz
o que já foi feito,
branco da página,
soma de todos os textos,
foi-se o tempo
quando, escrevendo,
era preciso uma folha isenta.*

*Nenhuma página
Jamais foi limpa.
Mesmo a mais Saara,
ártica, significa.
Nunca houve isso,
Uma página em branco.
No fundo, todas gritam,
pálidas de tanto.*

(Paulo Leminski)

RESUMO

Ancorada nos aportes da Análise do Discurso, esta pesquisa busca analisar como os documentos reunidos e vazados anonimamente pela organização WikiLeaks foram trabalhados pelo jornalismo brasileiro. O material utilizado pelos jornais é formado de telegramas, relatórios, correspondências entre embaixadas e representantes do governo americano e suas impressões, considerações e tomadas de decisões relacionadas ao Brasil. Nosso objeto constitui-se de notícias publicadas pelo jornal de circulação nacional Folha de São Paulo, produzidas a partir de documentos fornecidos pela organização no período entre novembro de 2010 e março de 2011, por meio de uma parceria entre o WikiLeaks e o periódico. Concebemos o espaço do WikiLeaks como um arquivo, um espaço capaz de gerar possibilidades, já que é a partir da leitura de arquivo que nossa análise se desenvolve. A partir do discurso jornalístico, vemos como, na tentativa de validar o processo de interpretação, o sujeito-jornalista toma para si a responsabilidade do dizer e explicita o próprio processo de textualização em seu discurso. Identificando certas regularidades, delimitamos as movimentações que observamos dentro do que chamamos de formação discursiva jornalística de política internacional. Ao traçarmos as matrizes de sentido do discurso em análise, percebemos como o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks reforça a visão trazida nos documentos, de que o poder político e econômico exercido pelos Estados Unidos em relação ao Brasil, nas mais diversas questões, pode ser concebido como *pressão*, assim como são sempre privilegiados os interesses daquele país, tornando qualquer dificuldade ou impedimento um *temor* que representa *prejuízo político e financeiro*. Do mesmo modo, observamos a tentativa de negar ou delimitar possíveis efeitos de sentido que poderiam causar polêmica ou desentendimento. O WikiLeaks representou o surgimento de um novo lugar de memória para o discurso da formação discursiva jornalística de política internacional, o que permitiu alguma mudança na conjuntura dos dizeres, a qual antes não era possível. Ao trazermos para a discussão a noção de vazamento e observarmos como o discurso jornalístico para o meio digital traz, de certa forma, uma relação diferente daquela do meio impresso com o arquivo, desenvolvemos o que se tornou o cerne de nossa pesquisa: *a disputa pelos espaços de legitimação*. O WikiLeaks toma uma posição de controle da informação, enquanto sabemos que isto é apenas um efeito, já que ocupa uma posição intermediária entre quem revela e o jornalismo; ao mesmo tempo, o jornalismo busca legitimar os dizeres que vêm do WikiLeaks por meio de seu perfil pedagógico, de tudo explicar e esclarecer. Considerando o caráter político e ideológico do WikiLeaks, o concebemos, a partir de seu funcionamento como vazamento, como *uma forma política de acesso e circulação*, já que representa uma nova possibilidade de leitura e interpretação no jornalismo.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Arquivo. Discurso Jornalístico. WikiLeaks. Circulação.

ABSTRACT

Based on the Discourse Analysis theory, this research seeks to analyze how documents gathered and anonymously leaked by the WikiLeaks organization were treated by Brazilian journalism. The material used by the newspapers includes telegrams, reports, correspondence between embassies and representatives of the American government, and their impressions, considerations and decisions concerning Brazil. Our object consists of news stories published by the national newspaper Folha de São Paulo that were written based on the documents provided by the organization in the period between November 2010 and March 2011, through a partnership between WikiLeaks and the newspaper. We conceive WikiLeaks space as an archive, a space that is able to generate possibilities, since it is through the archive reading process that our analysis is developed. Through journalistic discourse we can see how the journalist, as a subject, takes responsibility for what he says and makes the textualization process explicit in his writing. Identifying certain regularities, we limited the movements observed inside what we called journalistic discursive formation of international politics. Tracing the meaning matrices, we observed how the journalistic discourse based on WikiLeaks reinforces the vision present in the documents, that the political and economic power exercised by the United States over Brazil, in many different areas, can be conceived as *pressure*. The same way, we were able to observe how American interests are always privileged, turning any difficulty or impediment into *fear*, which represents *political and financial loss*. We also identified the attempt to deny or limit possible meaning effects that could be responsible for causing controversy or misunderstanding. WikiLeaks represented the emergence of a new place of memory for the discourse of the journalistic discursive formation of international politics, which allowed some change in its conjuncture that was not possible until then. We also discussed the notion of leaking and noticed how the online journalistic discourse presents a different relationship with the archive, when compared to the printed version, bringing us to develop the notion that became the core of our research: *the dispute for spaces of legitimation*. WikiLeaks takes a position of controlling the information, while we know that this is just an affect, since it occupies an intermediary position between those who reveal the information and journalism. At the same time, journalism seeks to legitimate the discourse that comes from WikiLeaks through its pedagogic approach, of explaining and clarifying things. Considering the political and ideological character of WikiLeaks, we conceived it, as it works through leaking, as *a political form of access and circulation*, since it represents a new reading and interpreting possibility in journalism.

Key-words: Discourse Analysis. Archive. Journalistic Discourse. WikiLeaks. Circulation.

RÉSUMÉ

Ancrée sur les apports de l'Analyse du Discours, cette recherche cherche à analyser comment les documents réunis et fuités anonymement par l'organisation WikiLeaks ont été travaillés par le journalisme brésilien. Le matériel utilisé par les journaux est formé par des télégrammes, des rapports, des correspondances entre des ambassades et des représentants du gouvernement américain et leurs impressions, considérations et prises de décision concernant le Brésil. Notre objet est constitué par des nouvelles publiées par le journal de circulation nationale Folha de São Paulo, produites à partir des documents fournis par cette organisation pendant la période entre novembre 2010 et mars 2011, à travers un partenariat entre le WikiLeaks et ce périodique. Nous concevons l'espace du Wikileaks comme un archive, c'est-à-dire un espace capable de générer des possibilités, puisque c'est à partir de la lecture d'archives que notre analyse se développe. À partir du discours journalistique, nous regardons comment en essayant de valider le processus d'interprétation le sujet-journaliste s'empare de la responsabilité du dire et explicite le processus même de textualisation dans son discours. En identifiant des régularités, nous délimitons les mouvements que nous observons dans ce que nous appelons formation discursive journalistique de politique internationale. En traçant les matrices de sens du discours en analyse, nous percevons comment le discours journalistique produit à partir du WikiLeaks renforce la vision apportée par les documents selon laquelle le pouvoir politique et économique exercé par les États Unis en relation au Brésil, parmi les questions les plus diverses, peut être conçu comme *pression*, ainsi que les intérêts de ce pays-là sont toujours privilégiés, en rendant n'importe quelle difficulté ou obstruction une *crainte* qui représente un *préjudice politique et financier*. De la même façon, nous observons l'essai de nier ou délimiter de possibles effets de sens qui pourraient produire de la polémique ou de la mésentente. Le Wikileaks a représenté l'émergence d'un nouveau lieu de mémoire pour le discours de la formation discursive journalistique de politique internationale, ce qui a permis des changements dans la conjoncture des dire, ce qui auparavant n'était pas possible. En apportant à la discussion la notion de fuite et en observant comment le discours journalistique dans un milieu numérique apporte, d'une certaine façon, une relation différente de celle de l'imprimé, nous développons ce qui est devenu l'axe de notre recherche: *la dispute pour des espaces de légitimation*. Le WikiLeaks prend une position de contrôle de l'information, alors que nous savons bien que cela n'est qu'un effet, puisqu'il occupe une position intermédiaire entre celui qui la révèle et le journalisme; en même temps, le journalisme cherche à légitimer les dire qui viennent du WikiLeaks à travers son profil pédagogique en tout expliquant et éclaircissant. Face au caractère politique et idéologique du WikiLeaks, nous le concevons à partir de son fonctionnement comme fuite, comme une *façon politique d'accès*, puisqu'il représente une nouvelle possibilité de lecture et d'interprétation dans le journalisme.

Mots-Clés: Analyse du Discours Archive. Discours Journalistique. Wikileaks. Circulation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – engrenagem do vazamento, da circulação e da censura.....80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – termos absorvidos pelo discurso das ciências humanas.....	17
Quadro 2 – refutação por negação.....	59
Quadro 3 – princípios de descrição do arquivo.....	72

LISTA DE RECORTES

Recorte 1 – a apropriação do discurso pelo sujeito-jornalista.....	31
Recorte 2 – a explicitação do processo de textualização.....	35
Recorte 3 – os efeitos de sentido de <i>temor</i> e de seus complementos	48
Recorte 4 – as paráfrases de <i>pressionar</i>	52
Recorte 5 – a refutação por negação.....	58
Recorte 6 – o funcionamento das aspas e a delimitação em torno do discurso-outro.....	62
Recorte 7 – o WikiLeaks como lugar de memória.....	76
Recorte 8 – representação do WikiLeaks no impresso x representação do WikiLeaks no <i>online</i>	86

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 ENTRE FRONTEIRAS: WIKILEAKS, MÍDIA E JORNALISMO.....	19
1.1 WikiLeaks: <i>modus operandi</i>.....	19
1.2 WikiLeaks e a relação com a mídia.....	23
1.3 O lugar do WikiLeaks no processo jornalístico.....	28
1.3.1 As fontes e a produção da notícia.....	32
1.3.2 Fontes alternativas e níveis de intermediação.....	36
2 A CONSTITUIÇÃO HETEROGÊNEA DO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	43
2.1 Os efeitos materiais da ideologia.....	43
2.2 O estabelecimento de redes de sentido.....	47
2.3 A matéria-prima do discurso e a organização dos saberes.....	50
2.4 Os sempre outros sentidos possíveis.....	55
3 O ARQUIVO COMO ESPAÇO GERADOR DE DISCURSOS.....	65
3.1 Reunião e dispersão de dizeres.....	65
3.1.1 A história e a historicidade no trabalho de leitura do arquivo.....	69
3.2 O jogo de forças da memória entre o arquivo e o discurso.....	73
4 O VAZAMENTO E AS FORMAS DE ACESSO.....	79
4.1 O vazamento no ciberespaço.....	81
4.2 Discursividade digital	84
4.3 Controle, circulação e acesso.....	89
4.3.1 O vazamento como forma política de circulação.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

APRESENTAÇÃO

A busca pela transparência das questões públicas e dos serviços privados tem sido tratada nos dias de hoje como elemento essencial da democracia. A batalha entre o público e o privado, no entanto, nunca terminará de ser travada. Aos sujeitos estão à disposição as mais variadas formas de tornar pública sua vida privada; ao mesmo tempo, são esses mesmos cidadãos que levantam bandeiras contra a invasão de privacidade do Estado e das grandes corporações, especialmente relacionadas à Internet e às telecomunicações.

Para o WikiLeaks, organização midiática não governamental que reúne e publica materiais vazados por fontes anônimas, a luta se dá de um lado contra a vigilância do Estado e por sua prestação de contas à sociedade; e de outro pela liberdade e privacidade individual dos sujeitos. Assange (et. al., 2013, p. 43), fundador da organização, explica que temos, atualmente, uma maior comunicação *versus* uma maior vigilância: “uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significa exatamente o contrário”. Nesse sentido, a missão do WikiLeaks seria receber as informações dos denunciadores, divulgá-las ao público e se defender de ataques legais e políticos. “Estados e organizações poderosas tentam rotineiramente abafar as divulgações do WikiLeaks e, na qualidade de um canal de divulgação ‘de último caso’, essa é uma das dificuldades que [ele] foi criado para suportar”, (ASSANGE et. al., 2013, p.37).

Os chamados *vazamentos* ganharam diferentes configurações a partir do trabalho do WikiLeaks e parece terem se tornado uma prática quase corriqueira quando se trata da divulgação de discursos com os mais variados interesses políticos e econômicos. É especialmente no ciberespaço que eles ganham força e são vistos sob uma nova perspectiva.

Considerando que tudo em sociedade se renova e se transforma, a novidade não ganha um espaço isolado, sem história, mas reage e vincula-se ao que o mundo já construiu. O novo, ou a aparência de novo, é sempre um efeito das condições de produção já presentes em uma formação social, e não é possível isolá-lo justamente daquilo que permite seu surgimento. No caso do WikiLeaks, sua relação se dá essencialmente com o jornalismo e suas instituições, e é especialmente esse processo que buscamos analisar nesta pesquisa, por meio do discurso. Assim, a questão que buscamos responder com esta pesquisa é: como o arquivo do WikiLeaks foi discursivizado no jornalismo brasileiro?

A partir de um recorte apresentado a seguir, nosso desejo é responder a essa questão ao longo deste trabalho na tentativa de trazer ainda um outro olhar sobre esse fenômeno. Desde 2010, quando o WikiLeaks ganhou popularidade, muitas pesquisas foram desenvolvidas no Brasil em torno de questões legais (VIEIRA, 2012), daquelas relacionadas ao processo de produção jornalística transformado pelo ciberespaço (DIAS SOUZA, 2011; ANTUNES, 2013; BASTOS NETO, 2014; FLOR, 2014), da noção de esfera pública, afetada por movimentações como a do WikiLeaks (RABELO, 2012), sobre como o WikiLeaks é definido pela mídia (LIMA, 2012), além de questões ligadas ao ciberativismo e ao discurso do WikiLeaks sobre si mesmo (BATISTA, 2012; ARAÚJO, 2013; NOVAES, 2012). Algumas dessas pesquisas tomam o WikiLeaks como objeto, outras fazem menção ao fenômeno, trazendo-o como exemplo dos funcionamentos que analisam e discutem. Parece-nos, entretanto, que ainda há espaço para a discussão que vai além dos discursos *sobre* para mergulharmos no processo discursivo em si.

Assim, temos como objetivo principal discutir o processo que envolve desde a constituição do arquivo do WikiLeaks até suas formas de circulação por meio do discurso jornalístico. Nesse processo, alguns objetivos específicos devem ser considerados: situar o WikiLeaks no processo jornalístico; identificar regularidades do discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks; analisar a constituição do próprio WikiLeaks como arquivo e suas especificidades; discutir a noção de *vazamento* e seus possíveis efeitos de sentido.

A fim de alcançarmos tais objetivos, optamos por observar o processo de circulação dos discursos produzidos pelo WikiLeaks e pela mídia a partir do jornal *Folha de São Paulo* - um veículo de comunicação brasileiro, parceiro do projeto, que publicou matérias baseadas nos documentos fornecidos pelo WikiLeaks (e suas repercussões) entre novembro de 2010 e março de 2011. Com um jornal de alcance nacional, pudemos, nesta pesquisa, delimitar os temas relacionados ao nosso país, além de tratar de questões discursivas relacionadas especificamente ao espaço social brasileiro. Nosso principal ponto de observação e análise será a versão impressa do jornal *Folha de São Paulo*, a partir de 68 matérias publicadas no período mencionado anteriormente. Outro ponto de análise será a versão *online* do mesmo jornal, que ajudará a ampliar nosso olhar sobre o **processo de circulação** dos discursos em questão. Como veremos no quarto capítulo, as notícias publicadas pela versão *online* da Folha são iguais ou bastante similares àquelas

publicadas na versão impressa e por isso não são contabilizadas duplamente; buscaremos, no entanto, discutir outras questões específicas que, discursivamente, funcionaram de maneiras distintas naqueles textos que não foram reproduzidos igualmente nos dois meios. Trabalhamos, assim, com um *corpus* discursivo organizado em recortes – são oito no total, os quais reúnem sequências discursivas nas quais apoiamos nossas análises.

É importante dizer também que quando falamos em circulação, queremos tratar de **movimento**. Não nos referimos à circulação das notícias entre os leitores, mas ao processo que vai da coleta e reunião dos dados pelo arquivo do WikiLeaks até a publicação deles pela mídia. Nosso interesse é observar o modo como documentos, textos vindos de diferentes lugares foram reunidos em um arquivo e, em um novo trabalho de dispersão e reunião, reinterpretados pelo jornalismo. Ou seja, tratamos de um arquivo que circula de diferentes formas, de **um arquivo que se movimenta**.

Considerando que nossa pesquisa tem um olhar para questões nacionais, ou seja, como os documentos revelados pelo WikiLeaks com temas relacionados ao Brasil foram tratados no jornalismo brasileiro, as pesquisas internacionais nos interessam na medida em que discutem o funcionamento do WikiLeaks, sua relação com a mídia, e as questões sobre *vazamento*. Como não temos o objetivo de esgotar o tema ou quantificar nossas leituras, o que importa neste ponto é dizer que essas referências aparecerão ao longo da tese, acompanhando as discussões a elas relacionadas.

Na Análise do Discurso (AD), perspectiva teórica a qual esta pesquisa se filia, o primeiro gesto de interpretação do analista é o de delimitar seu arquivo, a partir da própria leitura, que caminha junto ao percurso teórico traçado. Esse processo de seleção e construção do *corpus* não ocorre sob um percurso metodológico linear e não leva em conta o limite de um número de textos, já que “não há uma passagem natural da dispersão do *arquivo* à seleção de textos de nosso *corpus empírico* e deste à organização das *sequências discursivas* que formam nosso *corpus discursivo* (MITTMANN, 2007, p.158). Há, sim, um constante trabalho de retorno entre *corpus* e teoria, pelo qual o trabalho de seleção se torna possível.

Em um gesto posterior, portanto, constrói-se um *corpus* discursivo, que Courtine (2009, p.54) define como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CPs [condições de produção] do discurso”. Para o autor, tal construção significa “fazer entrar a multiplicação infinita e a dispersão fragmentada dos discursos no campo do olhar” (COURTINE, 2006, p.21).

É fundamental considerar as condições de produção dos discursos no processo de construção do *corpus* discursivo. No que diz respeito à seleção das sequências discursivas, Courtine (2009, p.54-55) explica que é necessário, diante de um conjunto potencial de discursos que poderiam ser analisados, delimitar um *campo discursivo de referência*. Nesta pesquisa, nosso campo discursivo de referência remete ao discurso jornalístico produzido pelo jornal *Folha de São Paulo* a partir do WikiLeaks. Nesse sentido, como explicou Pêcheux no início dos estudos da AD, em 1969, o discurso está envolto em um sistema de normas que não são simplesmente individuais, nem universais, “mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 2010a, p.75).

Tal caminhada ocorre pelo retorno constante à teoria, pelo nosso gesto de leitura que busca observar as repetições, os silenciamentos, as movimentações e a cristalização de sentidos. Orlandi (1998, p.15) afirma: “Não há separação entre a teoria e a análise, na prática da Análise do Discurso”; e ainda: “Não estamos nunca diante de um *corpus* inaugural mas sempre em construção”. Nosso arquivo sofreu cortes e delimitações como consequência do processo de constituição do *corpus* discursivo; as condições de produção do *corpus*, assim como desta pesquisa serviram, assim, como um *funil*, “um *filtro* que opera por extrações sucessivas”, como explica Courtine (2006, p.54-55), na delimitação do campo discursivo de referência. Um trabalho que não ocorreu de todo a priori, mas foi acontecendo ao longo do processo da escrita, quando percebemos que a teoria poderia explicar certos funcionamentos já conhecidos encontrados no *corpus*, assim como novas movimentações poderiam ser iluminadas pela discussão teórica. É importante também destacarmos que nossos recortes de sequências discursivas, para fins de análise, não foram organizados a partir dos temas tratados nas matérias. As questões apresentadas nos documentos são bastante variadas, mas giram sempre em torno de fatos, impressões ou situações políticas e econômicas geradoras de algum impasse, ou conflito de interesses. Assim, nos preocupamos em tratar dessas questões discursivamente e, como veremos mais adiante, foi a observação do funcionamento da língua e da produção de diferentes efeitos de sentido no discurso em análise que permitiu criar uma certa coerência na construção dos recortes, para além dos temas.

No primeiro capítulo, apresentamos o WikiLeaks, sua estrutura e organização, assim como sua relação com o jornalismo. Buscamos situar a organização no processo jornalístico e seu papel no processo de produção desse discurso.

No segundo capítulo, trazemos a discussão sobre o funcionamento do discurso jornalístico, tomado a partir dos pressupostos da Análise do Discurso. Apresentamos, por meio das análises, regularidades que identificam o funcionamento do discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks.

O terceiro capítulo tem como objetivo discutir o WikiLeaks como um espaço de arquivo. Sob uma perspectiva discursiva, consideramos as questões envolvidas em sua constituição, assim como as possibilidades de leitura e interpretação surgidas a partir dele.

O quarto capítulo é dedicado especialmente às questões relacionadas à tecnologia e ao digital, trazendo análises que relacionam as versões impressa e *online* das notícias que são parte de nosso *corpus*; assim como questões ligadas aos *vazamentos* no ciberespaço e seu funcionamento ideológico.

Uma pesquisa como a nossa, apoiada nos aportes da Análise do Discurso, também é construída de forma singular. O processo que descrevemos anteriormente sobre o trabalho conjunto de teoria e análise pode ser acompanhado nesta tese. Não fazemos uma apresentação teórica de todos os pressupostos da AD ou das Teorias do Jornalismo para, só então, fazermos a discussão de nossas análises. Pelo contrário, é o próprio *corpus*, a partir da nossa leitura, que demanda conceitos que o expliquem. A distribuição dos capítulos da tese segue, portanto, esta proposta: temos a discussão teórica e as análises intrincadas em uma mesma dinâmica, trabalhando juntas.

Acreditamos que esse modo de fazer da Análise do Discurso não fere o método científico mas, pelo contrário, traz um outro olhar sobre o modo de fazer ciência. Pêcheux (2011) discutiu o fato da denegação da política na ciência e, pelo desenvolvimento de uma teoria materialista do discurso, procurou mostrar o papel político e ideológico que a língua ocupa nos processos discursivos e históricos. É porque tratamos do discurso como prática (na perspectiva do materialismo histórico), que não podemos criar distâncias entre esta e a teoria. No prefácio do livro *A Inquietação do Discurso*, em que Denise Maldidier percorre a história da Análise do Discurso, Orlandi traz uma afirmação bastante importante para esta discussão:

Como sabemos que Teoria, Método, Procedimentos Analíticos e Objeto têm uma relação imanente, ao falar desse objeto, ele [Pêcheux] só podia fazê-lo pela construção da teoria e do método. Tarefa ainda mais difícil quando se trata de uma ciência como a análise do discurso em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise. Não foi assim – a partir de uma teoria já pronta – que a análise do discurso se constituiu a partir do seu fundador Michel

Pêcheux. Daí a fase dos “tateamentos” teóricos e analíticos. (ORLANDI, 2003, p.09-10).

Sendo a Análise do Discurso, pois, uma prática científica e, ao mesmo tempo, política, buscamos de alguma forma, nesta pesquisa, olhar para um discurso de uma ideologia dominante (a grande mídia, por meio da *Folha de São Paulo*, e o governo americano, por meio dos documentos produzidos por seus representantes), sem deixar de considerar aquilo que Pêcheux teve como mais caro nos últimos anos de seus estudos: a compreensão de que as ideologias dominadas não “constituíram espécies de germes independentes”, mas que “elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas *falhas* e resistências” (PÊCHEUX, 2009b, p.26). Estas, representadas em nossa pesquisa pelo WikiLeaks.

No fazer da ciência, Pêcheux tratou, em 1969, do “momento atual” das ciências humanas, tratando da divisão entre as ciências da natureza e as ciências humanas e sociais. Naquele momento e ainda hoje podemos questionar, com Pêcheux (2011c, p.189): “quem tem necessidade do materialismo histórico enquanto ciência?” O autor buscou mostrar o uso de termos que foram, progressivamente traduzidos e desnaturalizados, absorvidos pelo discurso das ciências humanas (e o setor cultural). Assim,

Quadro 1

o desenvolvimento e a transformação das forças produtivas	torna-se	a revolução científica e técnica
o conjunto dos modos de produção	torna-se	a técnica
as relações de produção	torna-se	as relações inter-humanas
as transformações na instância ideológica	torna-se	a desordem das estruturas mentais
a luta de classes	torna-se	a contestação

Fonte: PÊCHEUX, 2011c, p.189-190

Não vamos aprofundar uma discussão tão complexa; nossa intenção é apenas buscar justificar nossa escolha teórica (por uma teoria materialista do discurso) e, por consequência, o método que ela implica. Para Pêcheux (2011c, p.199-200), o papel do materialismo histórico na ciência supõe extrair do discurso filosófico conceitos pertinentes e importá-los aos diferentes campos teóricos relacionados (...), “permitindo intervir efetivamente no processo de produção dos conhecimentos”. Sobretudo, ainda

conforme o autor, tornar possível essa intervenção àqueles que não estão na situação de poder contribuir com o materialismo histórico como ciência, mas que ocupam posições práticas “que lhe correspondem”. Pêcheux fala daqueles que, “no seio do proletariado” (e traz o exemplo do operário qualificado ao engenheiro de produção), “são os mais próximos da atividade científica, sob as aparências de suas recaídas tecnológicas”. Esses sujeitos, impedidos de uma formação científica pelo sistema de reprodução da força de trabalho e da escolarização a que são submetidos, tornam-se apenas *aplicadores* (PÊCHEUX, 2011c, p.201).

Tratar, nesta pesquisa, de questões que envolvem o *vazamento* e discuti-lo como forma de *acesso*, especialmente a partir de caminhos até então marginalizados, nos parece um modo de mostrar como esses sujeitos podem não simplesmente ter acesso aos privilégios da cultura (assim chamada a partir da passagem da ideologia dominante pela escola), como explica Pêcheux (2011c, p.201-202), mas tornarem-se sujeitos ativos nos processos de produção da política e da ciência.

1 ENTRE FRONTEIRAS: WIKILEAKS, MÍDIA E JORNALISMO

“É certo que nenhum Estado coloca espontaneamente à disposição de seus cidadãos os traços de sua [dele] atividade. A cada vez, é necessário criar uma relação de força e depois um espaço de negociação.” (Sonia Combe)

Neste primeiro capítulo buscamos apresentar a organização WikiLeaks, seu funcionamento, e sua relação com o jornalismo. Tomamos o WikiLeaks, nascido a partir de alternativas oferecidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, e o jornalismo, representado pelos veículos de comunicação envolvidos no projeto de divulgação do material do WikiLeaks, como espaços de produção e circulação de discursos.

1.1 WikiLeaks: *modus operandi*

A organização WikiLeaks trabalha através de seu *site* www.wikileaks.org e de parcerias com veículos da imprensa mundial na divulgação de documentos oficiais e secretos de governos, empresas e instituições, que são *vazados* por fontes anônimas. Desde 2006, quando foi oficialmente fundada, a imprensa ao redor do mundo tem se utilizado do material publicado pela organização, tratando, em suas matérias, das correspondências entre embaixadas, relatórios de governos e de outras instituições sobre os mais diversos temas políticos, econômicos e sociais dos países. O WikiLeaks tornou-se bastante conhecido em 2010, quando publicou milhares de documentos norte-americanos sobre as guerras do Iraque e do Afeganistão, e lançou o projeto *Cablegate* – 251.287 comunicados diplomáticos de 280 embaixadas e consulados dos Estados Unidos em 180 países revelando como se dão as relações diplomáticas internacionais, as impressões, avaliações e críticas de representantes dos Estados Unidos sobre o comportamento e as decisões de líderes políticos e de Estado –, as correspondências trocadas e os relatos sobre encontros formais e informais entre autoridades. Foi o maior vazamento da história, e os documentos claramente obscurecem o limite entre diplomacia e espionagem, na visão dos jornalistas David Leigh e Luke Harding (2011), envolvidos na publicação dos documentos no jornal britânico *The Guardian*.

O nome *WikiLeaks* sugere um *site* de edição colaborativa (ferramenta ou tecnologia *wiki*), ou seja, qualquer usuário poderia inserir ou alterar conteúdos. Seu idealizador e administrador, Julian Assange, assim como seus colegas, logo se deram conta, no entanto, de que um modelo assim seria impraticável, já que era preciso evitar informações perigosas ou possivelmente incriminadoras. A estrutura responsável por permitir submissões anônimas de documentos *vazados* (*leaks*), no entanto, continua sendo o “coração” do WikiLeaks (LEIGH; HARDING, 2011, p. 52). O envio de documentos ao WikiLeaks é feito por fontes anônimas, através de um canal seguro e protegido por criptografia.

O empreendimento conta com um sistema de doações como seu suporte financeiro que, até 07 de dezembro de 2010, recebia dinheiro através de cartão de crédito e outros tipos de transferências bancárias comuns aos *sites* de compras e doações na Internet, de um modo geral. A partir daquela data, entretanto, como forma de retaliação às publicações feitas pelo *site*, o governo americano alegou uma conduta ilegal por parte de Assange, o que desencadeou, além da batalha jurídica que segue até o momento, um bloqueio dos serviços financeiros. Assim, empresas como VISA, MasterCard, Bank of America, PayPal e Western Union ficaram impedidas de fazer transações com o WikiLeaks. Em sua página na Internet, a organização afirma que o bloqueio feito pelo governo dos Estados Unidos não aconteceu através de um processo público, mas de forma arbitrária. Este impedimento continua até hoje, o que fez o *site* buscar outras formas de doações, como através de algumas fundações, de transferências bancárias, do *bitcoin* e do *litcoin* – estas duas, moedas criadas no meio digital, entre outras.

No início, a estrutura do WikiLeaks era desconhecida, e o *site* falava em voluntários das mais diversas áreas, que trabalhavam pela causa em diferentes partes do mundo. O que se sabe atualmente é um pouco diferente; isso porque um dos colaboradores do WikiLeaks, o alemão Daniel Domscheit-Berg, publicou um livro em 2011 contando a sua versão sobre o projeto, após romper com Assange no período dos grandes vazamentos das guerras do Iraque e do Afeganistão, e do projeto *Cablegate*. Ainda que Domscheit-Berg fale da participação de eventuais voluntários e mais dois ou três companheiros que se dedicavam ao projeto, ele escreve: “Há muito me desagradava eu ter de mentir para a opinião pública sobre como de fato era composto o WL, que, por muito tempo, se resumia a duas pessoas em tempo integral e um servidor” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p.202).

E sobre o suposto sistema de verificação de documentos que eles afirmavam ter, para garantir a legitimidade do que era enviado anonimamente para publicação: “Até o

fim de 2009, os documentos que chegavam eram verificados quase exclusivamente por Julian e por mim” (Ibid, p.202).

Na versão de Domscheit-Berg, Assange era um homem bastante complicado, com manias de perseguição e sedento por poder. No livro, ele afirma: “Nunca conheci uma personalidade tão extrema como a de Julian Assange. De pensamento tão livre. Tão genial. Tão enérgico. Tão paranoico. Tão obcecado pelo poder. Megalomaníaco” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p.2). Os desentendimentos entre os dois principais envolvidos com o WikiLeaks aumentaram até o ponto de Assange suspender Domscheit-Berg e impedir seu acesso às plataformas do projeto. Domscheit-Berg não concordava com algumas decisões em relação às publicações e ao próprio funcionamento do WikiLeaks; ele questionou a estrutura de organização e as responsabilidades, a decisão sobre a utilização dos recursos financeiros, as condições de negociação entre o WikiLeaks, a imprensa e possíveis intermediários, etc. A centralização do poder e das decisões parece ter sido o principal problema: “Como no WikiLeaks muitos controles ficavam nas mãos de apenas uma pessoa – Julian Assange, tornamo-nos um protagonista de importância mundial. Ninguém mais poderia falar em neutralidade (...)” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 254). Domscheit-Berg se refere à necessidade de encontrar parceiros para a divulgação do material e como a decisão sobre quais meios de comunicação a serem contatados foi feita unicamente por Assange, assim como a tentativa de bloquear alguns desses parceiros quando a cobertura não o agradou.

Afastado do WikiLeaks, Daniel e mais alguns colaboradores que também haviam deixado a organização iniciaram uma nova empreitada, na tentativa de aperfeiçoar o processo de denúncia e publicação sobre o qual não havia consenso anteriormente. O OpenLeaks teve seu domínio registrado em setembro de 2010 e nasceu não como uma plataforma de publicação, mas concentrada no trabalho de receber os documentos de denúncia, os quais seriam distribuídos das mais diversas formas (imprensa, ONGs, sindicatos, etc.). A avaliação da própria fonte anônima, na opinião do grupo, seria a melhor no momento de decidir para quem enviar a denúncia, considerando o interesse e a relação da instituição com o tema vazado. Além do OpenLeaks, muitos dos veículos de comunicação que se envolveram na divulgação dos documentos do WikiLeaks criaram seus próprios espaços para *vazamentos* e denúncias, inclusive o jornal brasileiro Folha de São Paulo, que desenvolveu o Folhaleaks¹.

¹ Folhaleaks: <<http://folhaleaks.folha.com.br>>.

Chelsea Manning, militar que serviu no Iraque e supostamente vazou os milhares de documentos sobre as guerras do Iraque e do Afeganistão, além de toda a correspondência entre embaixadas e consulados, foi condenada a 35 anos de prisão²; sua identidade não foi descoberta devido a uma falha das pessoas ou do sistema do WikiLeaks, mas por meio de uma denúncia. Manning era uma analista de inteligência do exército americano que, nos arredores de Bagdá, passava seus dias em frente ao computador trabalhando com informações sigilosas. Conforme a investigação dos jornalistas Leigh e Harding (2011), Manning tinha acesso a redes de comunicação que faziam o tráfego de documentos secretos, fez cópia do material em um CD e contactou Assange. Nas semanas seguintes, a militar teria começado a mostrar sinais de que sofria grande estresse e estava emocionalmente atormentada. Manning teria passado, então, a fazer confissões sobre o vazamento em salas de bate-papo na Internet. Um *hacker* americano, Adrian Lamo, a quem Manning teria dito que havia feito uma grande besteira e teria contado como obteve os documentos e o que havia feito com eles, foi quem a denunciou ao exército dos Estados Unidos.

Desde a divulgação do *Cablegate*, Julian Assange, idealizador e fundador do WikiLeaks, já viveu em prisão domiciliar e, depois de ser acusado de assédio sexual por duas mulheres na Suécia, recebeu asilo diplomático da embaixada do Equador em Londres, onde vive desde junho de 2012, quando o governo sueco determinou sua extradição. Muitos acreditaram, entre eles o próprio Assange, em uma conspiração para silenciá-lo, mas não houve evidências concretas que pudessem suportar tal teoria, ainda que os Estados Unidos tenham, segundo os jornalistas Leigh e Harding (2011, p.163) ameaçado repetidamente que iriam levantar suas próprias acusações contra Assange por crimes de informação.

Muitas publicações surgiram após os grandes vazamentos do WikiLeaks. Em 2012, foi lançado um livro estruturado na forma de uma conversa entre Assange e mais três ativistas do mundo digital. As discussões se dão em torno da perseguição ao WikiLeaks, do combate à censura e da vigilância na Internet e suas relações com a política e a economia. No prefácio do livro publicado em 2013 na América Latina, Assange fala do poder e do grande controle que os Estados Unidos têm sobre a Internet. Os cabos de fibra óptica – a infraestrutura da Internet que direciona a maior parte do tráfego que entra e sai da América Latina por linhas que cruzam fisicamente as fronteiras dos EUA; a

² Manning deixou a prisão em maio de 2017 graças a um indulto concedido por Barack Obama ao final de seu mandato como presidente dos Estados Unidos em 2016.

vigilância constante, já que, segundo o autor, “todos os dias, centenas de milhões de mensagens vindas de todo o continente latino-americano são devoradas por órgãos de espionagem norte-americanos e armazenadas para sempre em depósitos do tamanho de cidades”; e a questão de corporações americanas como o Facebook, que “tem uma penetração praticamente completa na população de um país, mas não discute as questões geopolíticas mais profundas” (ASSANGE et. al., 2013, p. 20-21).

Além disso, em 2013, o ex-analista de inteligência e colaborador da Agência de Segurança Nacional dos EUA, Edward Snowden, divulgou informações sobre programas americanos de vigilância global e controle de tráfego de informações. Snowden, que desde agosto de 2013 vive asilado na Rússia, foi acusado pelo governo dos Estados Unidos de espionagem, roubo e transferência de propriedade do governo. O WikiLeaks sempre apoiou Snowden publicamente.

1.2 WikiLeaks e a relação com a mídia

Apesar de ter surgido em 2006 e já haver publicado material *vazado*, foi em 2010 que o WikiLeaks se tornou famoso. A publicação de um impactante vídeo em que militares americanos, pilotos de um helicóptero Apache, abrem fogo contra doze civis e matam dois funcionários da agência de notícias Reuters, em Bagdá, chamou a atenção especialmente da mídia. Ainda que tenha causado certa agitação, a publicação do vídeo não gerou a pressão e indignação esperadas, como analisam os jornalistas Leigh e Harding (2011). Na visão dos dois, uma das razões foi que a agência Reuters decidiu não se aproveitar do *vazamento* para atacar o governo americano; além disso, os jornalistas avaliaram o título do vídeo - *Collateral Murder* (Assassinato Colateral), como tendencioso. Leitores e telespectadores não gostam de ser conduzidos a um ponto de vista em particular, e o vídeo pode ser interpretado como um evento com muito mais nuances do que apenas o despertar de sentimentos de fúria e mágoa, segundo os autores (LEIGH; HARDING, 2011, p.71-72). A história não causou um escândalo global, e colocou em foco não o assassinato de inocentes, mas o próprio WikiLeaks.

Em uma outra tentativa de divulgação de material *vazado*, ainda em 2008, Assange planejou leiloar o que dizia ser milhares de e-mails da pessoa que escrevia os discursos do líder venezuelano Hugo Chávez. O lance vencedor teria acesso exclusivo aos documentos, por um certo período de tempo. A teoria de Assange era a de que ninguém levaria a sério nenhum material que fosse fornecido de forma gratuita. O leilão,

no entanto, não teve um lance sequer. Leigh e Harding (2011, p.61-62) analisaram o ato como uma tentativa de manipulação da mídia e, sem o retorno esperado, consideraram que o criador do WikiLeaks poderia começar a perceber a partir daquele momento que a simples postagem de longas listas de documentos aleatórios em um *website* não seria capaz de mudar o mundo.

Essa percepção nos dá pistas sobre a necessidade de observar o papel do WikiLeaks na circulação e interpretação dos discursos a partir do espaço jornalístico. Para tal empreitada, apoiamo-nos no aporte teórico oferecido pela Análise do Discurso (AD) que, concebida como uma disciplina de interpretação, busca observar o funcionamento do discurso – seu objeto, a partir de sua heterogeneidade “no jogo das contradições sócio-históricas” (PÊCHEUX, 2011a, p.229). Sua proposta, conforme Pêcheux, é “apreender e descrever as condições estruturais de existência do sentido”, levando em conta “as condições históricas de existência de discursos na sua heterogeneidade” (PÊCHEUX, 2011a, p.228). Acreditamos, pois, que observar, sob a perspectiva da AD, o fenômeno dos vazamentos do WikiLeaks e de sua circulação, pode trazer novas contribuições às discussões sobre o tema, já que o trabalho conjunto entre a teoria e a prática analítica permite que observemos, por meio da materialidade da língua, os sentidos que emergem e movimentam-se pela circulação desses discursos até então reservados, estancados, inacessíveis à mídia, e como apontam para suas condições históricas. Buscamos tratar, assim, de discursos que nascem da dispersão, que representam uma nova ordem a partir de sua reunião e institucionalização, e que apontam para um futuro, ou seja, criam novas possibilidades e efeitos de sentido por seus **novos modos de circulação**.

Courtine (2009, p.32) explica a relação entre os processos discursivos e a língua, indicando como podemos pensar e discutir nosso objeto de pesquisa: “se os *processos discursivos* constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a *língua*, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido”. Apoiamo-nos, assim, sobre a noção de *materialidade discursiva* que “não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as mentalidades de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2011b, p.151). Se diversas questões relacionadas à ética, à transparência, aos modos de produção jornalística, entre outras, já foram de algum modo abordadas, propomo-nos, por meio desta pesquisa, situar o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks na história – tratá-lo a partir de suas especificidades próprias e traçar o caminho percorrido pelos sentidos que fez circular.

A partir desse olhar, importa neste ponto considerarmos a relação entre o WikiLeaks e a mídia nesse processo. Os meios de comunicação tiveram parte essencial no trabalho de leitura, circulação e interpretação dos discursos produzidos a partir do fenômeno do WikiLeaks desde seu início, dos vazamentos de grande repercussão até o momento atual. A separação entre o WikiLeaks e o trabalho jornalístico precisa ser feita para fins de discussão e análise. Ao mesmo tempo, parece haver apenas uma tênue linha de entrelaçamento, que nos permite discutir esses dois lugares de forma independente, assim como observar seus pontos entrecruzados.

Após a divulgação do vídeo do helicóptero Apache e da fama adquirida pelo WikiLeaks, jornalistas buscaram entrar em contato com Julian Assange. Um dos primeiros jornais a negociar com o fundador do WikiLeaks foi o inglês *The Guardian*. Os diversos encontros, acordos e concessões permitiram, inicialmente, uma parceria do WikiLeaks com os jornais *The Guardian* e *The New York Times*, além da revista semanal alemã *Der Spiegel*. Esses veículos publicaram, após meses de análise, contextualização e redação a partir dos documentos confidenciais do exército americano, documentos e reportagens sobre as guerras com o Afeganistão e o Iraque.

Depois de outras rodadas de negociações e certos impasses descritos pelos jornalistas do *The Guardian* (LEIGH; HARDING, 2011), ficou decidido que para a divulgação de matérias relacionadas às comunicações das embaixadas e consulados americanos, além dos três veículos já parceiros, o espanhol *El País* e o francês *Le Monde* também receberiam os documentos. Assange queria expandir a quantidade de jornais com acesso aos documentos ao redor do mundo e, assim, envolveu jornalistas independentes, voluntários que obtiveram o material e o levaram a seus países, apesar dos protestos dos jornais do hemisfério norte. “Ele queria espalhar o material também para países periféricos, longe dos centros de poder da Europa e dos Estados Unidos”, conta a jornalista brasileira Natália Viana (ASSANGE et. al., 2013, p.14). Foi a partir desse momento que o Brasil se envolveu no projeto. Em novembro de 2010, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* passaram a divulgar matérias escritas a partir de um lote de 3 mil documentos de embaixadas e consulados norte-americanos no Brasil.

A jornalista Natália Viana fez parte da equipe selecionada por Assange para pensar em uma estratégia de divulgação dos documentos, e foi quem entrou em contato com os jornais brasileiros. Ela conta: “o processo de publicação dos documentos da missão norte-americana no Brasil acabou sendo um dos mais criativos e extensos, e teve também uma boa dose de experimentação” (ASSANGE et. al., 2013, p.15). Todos os

temas publicados no Brasil, assim como foi feito com os veículos europeus e americanos, eram decididos conjuntamente, e a *Folha*, *O Globo* e o WikiLeaks publicavam de forma simultânea reportagens sobre o mesmo lote de documentos. As reportagens publicadas no próprio *site* do WikiLeaks eram escritas por Natália, que também as divulgava em seu *blog*, então alojado no *site* da revista *Carta Capital*.

No Brasil, após três meses de publicações, foi possível perceber que os jornais não iriam trabalhar com todos os documentos, e as histórias estavam diminuindo. Assim, foi dado início a uma segunda fase de publicações, em que a jornalista Natália Viana reuniu blogueiros que escreveriam histórias a partir do interesse dos leitores que decidiam, em seu *blog*, os temas de interesse contidos nos telegramas. Viana (ASSANGE et. al., 2013, p.14) explicou a migração dos grandes jornais para os veículos alternativos pelas “limitações de diários impressos e comerciais”. Em uma publicação da Folha de São Paulo que apresenta o acordo feito entre o jornal e o WikiLeaks, a explicação é de que a Folha não tinha obrigação de publicar reportagens ou de utilizar todos os documentos recebidos: “o objetivo do jornal é utilizar o conteúdo dos telegramas diplomáticos como ponto de partida para eventuais reportagens, quando houver interesse público e jornalístico”³. De qualquer modo, podemos considerar possíveis razões como a não esperada adesão do leitor, a recusa em assumir certas dificuldades que poderiam surgir na relação do jornal com governos e grandes empresários, além da questão operacional de envolver uma grande equipe no trabalho de leitura, verificação dos documentos e das informações neles contidas, especialmente se tratando de papéis diplomáticos, a maioria deles até então sigilosos ou confidenciais.

Nessa segunda fase, com poucos recursos e pequena estrutura, o trabalho exaustivo de vasculhar os documentos também foi, aos poucos, diminuindo. Foi então que Natália uniu-se a um grupo de jornalistas e fundou a Agência Pública, primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos no Brasil⁴. Foi a Pública que realizou a última fase de publicação dos documentos relacionados ao Brasil. Uma redação temporária formada por quinze jornalistas publicou mais cinquenta matérias baseadas nos documentos diplomáticos; seu conteúdo foi reproduzido pela mídia brasileira sob uma licença *creative commons*, a partir da filosofia da disseminação livre de conteúdo.

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0712201018.htm>>. Acesso em fev/2017.

⁴ Conforme as informações do site da agência (<https://apublica.org/transparencia/>), a Pública é financiada por recursos de doações de instituições privadas nacionais e internacionais, patrocínio a projetos e eventos, editais, crowdfunding e financiamento dos leitores. A Pública possui dois financiadores institucionais: a Ford Foundation, uma organização norte-americana, e a OAK Foundation, sediada na Suíça.

Após as publicações, Assange (et. al., 2013, p.127) mencionou várias situações em que documentos foram editados pelos veículos europeus e americanos antes de serem publicados. Na apresentação da versão em português do livro publicado por Assange e seus colegas ciberativistas, Viana (ASSANGE et. al., 2013) tratou da hostilidade dos jornais para com a organização após a divulgação dos documentos diplomáticos como uma consequência da batalha do WikiLeaks contra a censura. Na visão de Assange, esses foram exemplos de uma “autocensura pré-publicação”, muito mais radical, mas difícil de detectar. O ativista explica que essas omissões são ações de censura de uma segunda camada. Não tem a ver com a calúnia, morte de jornalistas, apreensão de câmeras por militares, aliciamento econômico, etc., mas um tipo de censura mais sofisticada, para a qual o jornalista não é instruído, mas sabe o que se espera dele porque ele conhece os interesses de grupos econômicos e poderosos.

As sociedades ocidentais se especializam na “lavagem da censura” e em estruturar os interesses dos poderosos de forma que qualquer discurso público que consiga passar pela triagem tenha muita dificuldade de afetar as verdadeiras relações de poder de uma sociedade altamente fiscalizada, porque essas relações estão escondidas embaixo de camadas e camadas de complexidade e sigilo” (ASSANGE et. al., 2013, p.128).

Essa citação nos faz lembrar das clivagens subterrâneas descritas por Pêcheux (2010b, p.51) que, ao tratar da análise dos arquivos, também lançou seu olhar sobre as possibilidades de leitura e interpretação e observou que esses conflitos explícitos parecem remeter “em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo”. Ou seja, o trabalho de interpretação significa sempre luta ideológica, uma disputa política pelos sentidos.

Para Viana (ASSANGE et. al., 2013, p.17), “o conceito do WikiLeaks é um marco no jornalismo porque permite a subversão das camadas mais profundas dessa censura” e, para ela, seria esse um dos motivos das divergências entre o WikiLeaks e alguns veículos de comunicação.

O conflito de interesses, os lugares ocupados pelos jornalistas, pelos empresários da mídia, assim como pelos ativistas do WikiLeaks acabam por mostrar como o conflito e a contradição são ainda, e sempre, os “motores da história”. O jogo entre a colaboração e a divisão, o velado e revelado, o público e o privado, o dito e o silenciado, o que circula e o que é barrado, muito além de simples dicotomias, são movimentações abertas à observação e à análise. É nos discursos que apoiamos nossa discussão; são eles que nos

permitem observar os movimentos, já que, como disse Pêcheux, todo enunciado é suscetível, de forma intrínseca, a tornar-se outro; todo enunciado “é, pois, linguisticamente descritível como uma série (...) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (PÊCHEUX, 2012, p.53). Assim, mesmo se, como vimos até agora, as tentativas vão em direção ao estancamento, à falta de deriva dos sentidos, nosso trabalho é procurar encontrar as brechas que a língua nos oferece como espaços de interpretação e produção de sentidos.

1.3 O lugar do WikiLeaks no processo jornalístico

O acordo feito entre o WikiLeaks e grandes grupos de mídia no mundo para a publicação de documentos sobre as guerras com o Iraque e Afeganistão, e das embaixadas e consulados americanos levantou discussões sobre o papel do WikiLeaks no jornalismo. Julian Assange seria uma *fonte*, como outras? A fama do WikiLeaks teve início antes da parceria com os jornais, quando a organização publicou, por conta própria, o vídeo que mostra militares americanos atirando contra civis no Iraque. Assim, se o WikiLeaks também edita e publica material, poderia ser considerado uma *organização jornalística*? Essas questões foram feitas pelos profissionais que trabalharam com Assange e, depois, por estudiosos da área da comunicação, que buscaram discutir esse fenômeno em uma fase em que o jornalismo passa por grandes transformações promovidas pelo advento das novas tecnologias e pelo modo pelo qual as pessoas consomem informação.

Ao relatarem a história sobre o projeto colaborativo com o WikiLeaks, Leigh e Harding (2011), jornalistas do *The Guardian*, recordam que a incerteza sobre o status de Julian Assange trazia certa tensão. Ele parecia ser uma mistura de *fonte*, *intermediário* e *editor*. Para eles, Assange não poderia ser considerado, de forma alguma, uma fonte no seu sentido convencional – já que ele não era a fonte original das informações, e muito menos confidencial. Assange acabara tornando-se, assim, uma nova forma de *editor-intermediário*, que exercia certo controle sobre o material fornecido pela fonte. Os jornalistas perguntavam-se: seria ele *um denunciante*, *um editor*, *um jornalista* ou *um ativista*? (LEIGH; HARDING, 2011, p.35).

A instituição jornalística, como observa Franciscato (2005, p.167), conquistou legitimidade social ao longo da história, para “produzir, para um público amplo, disperso

e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas”.

Miguel (1999) trata do jornalismo a partir do conceito de *sistemas peritos*, de Giddens (1991, p.35), que os define como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Sistemas como esses apresentam dois traços característicos: um elevado grau de autonomia em relação aos que se submetem a ele; e a crença em sua competência especializada. Para Miguel, o jornalismo, tomado em seu sentido amplo, como tendo a função de produzir e veicular notícias em quaisquer meios, pode ser considerado um *sistema perito*, já que os consumidores de notícias mantêm uma atitude de confiança em relação a ele – confiança essa que pode ser dividida em três momentos: quanto à veracidade das informações; quanto à seleção e hierarquização dos elementos importantes a serem relatados; quanto à seleção e hierarquização das notícias diante dos fatos disponíveis.

Esse processo que vai do fato ao relato sofre diversos constrangimentos, e essa imposição de critérios, como observa Miguel (1999, p.201), a longo prazo, dentro de um processo mais complexo do que a determinação e hierarquização dos temas do dia-a-dia (*agenda-setting*), “ajuda a estabelecer os valores que presidirão a apreciação desta realidade construída”. O jornalismo exerceria, assim, “uma violência simbólica originária, que é exatamente o estabelecimento daquilo que há de *importante* no mundo”.

Ao lançarmos nosso olhar sobre essa legitimidade adquirida historicamente pelo jornalismo, especialmente a partir da noção de esfera pública trazida por Habermas⁵, podemos compreender melhor a relação entre o WikiLeaks e os veículos de comunicação, e de que forma o material trazido pela organização circulou, ou não, a partir da sua (re)leitura, na produção do discurso jornalístico.

Foi justamente a discussão sobre o público e o privado que marcou o aparecimento da noção de opinião pública. A esfera pública surge como característica da ascensão da burguesia e do capitalismo, e nas sociedades, clubes, até os cafés do século XVIII, o público adquire legitimidade, “a imprensa veicula os novos valores produzidos nos

⁵ Habermas (2014, p.135), em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, explica a noção de esfera pública como “a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social”.

espaços públicos e surge, lentamente, como fazedora de opinião, emergindo uma nova classe profissional, a dos jornalistas” (SANTOS, 1997, p.170).

É, pois, nesse processo que a informação vai adquirindo seu valor, e o discurso informativo, como observa Charaudeau (2007, p.63), não está relacionado somente ao imaginário do saber mas, também, ao imaginário do poder: “informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”).

Por outro lado, a legitimação de que fala Charaudeau, tem a ver também com a *vontade de verdade* de que fala Foucault (2010). No campo do jornalismo, ela está apoiada sobre um suporte, institucionalizada, e exerce sobre outros discursos presentes na sociedade “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2010b, p.18). Assim como o autor dá o exemplo do sistema de ensino como um processo de ritualização da palavra, também o jornalismo faz uma apropriação social de certos discursos e, assim como o sistema de educação, acreditamos que a mídia “é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2010b, p.44). Um discurso *de verdade*, como observa Navarro (2010, p.84) é aquele que se constitui como um lugar de *completude dos sentidos*, e a atividade jornalística, sempre em busca da garantia de sua credibilidade, “produz textos para serem consumidos pela sua comunidade de leitores, textos cujo sentido já estaria estabelecido pelos seus autores”. É preciso lembrar, entretanto, que Foucault trabalha com as discontinuidades históricas, com as transformações e os deslocamentos, o que faz do saber um “acúmulo de verdades parciais”, como destaca Navarro (2010, p.84), ao afirmar que é assim que o discurso da mídia deve ser concebido.

Essa relação traz à tona também o que Foucault chamou de *coragem de verdade*. O estudioso desenvolve uma discussão em torno da prática da *parresía*, uma “atividade que consiste em dizer tudo” (FOUCAULT, 2011, p.10). Empregada com um valor positivo, a *parresía* consiste em dizer a verdade sem reservas ou dissimulação; mas ela apresenta ainda duas condições: aquele que diz a verdade liga-se a ela, se obriga a ela e por ela; também assume um certo risco que diz respeito à relação que ele tem com aquele a quem se dirige, ou seja, instaura-se e enfrenta-se o risco de ferir o outro. Ao organizar-se e estabilizar-se, a *parresía* funciona no *jogo parresiástico* – um jogo que parece explicar bem o papel do jornalismo em relação à sociedade: uma “espécie de pacto que faz que, se o *parresiasta* mostra sua coragem dizendo a verdade contra tudo e contra

todos, aquele a quem essa *parresía* é endereçada deverá mostrar sua grandeza de alma aceitando que lhe digam a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 13). A *parresía* tomada como um modo de dizer a verdade é, para Foucault, um dos funcionamentos possíveis na análise das relações entre verdade, poder e sujeito. Se pensarmos no discurso jornalístico da atualidade, há muitas condicionantes nesse jogo de *dizer tudo*; o discurso da *busca por revelar a verdade*, entretanto, é uma constante.

No jornalismo, assim, o *poder de dizer* é muitas vezes explicitado no seu discurso, já que a legitimidade e a exclusividade são valores importantes nesse campo. Sequências de nosso *corpus* apresentam essas marcas:

Recorte 1 – a apropriação do discurso pelo sujeito-jornalista

sd1 – Os textos foram obtidos pela ONG WikiLeaks e **lidos com exclusividade** pela Folha.⁶

sd2 – Na terça-feira, **a Folha revelou** que, segundo telegrama da embaixada americana em Brasília (...).⁷

sd3 – Lula, que falou pela primeira vez sobre os papéis, **revelados pela Folha**, disse que os telegramas são “insignificantes”⁸.

sd4 – **A Folha** e outras seis publicações **têm acesso** ao material **antes** da divulgação no site da organização (...).⁹

As sequências discursivas (sds) sinalizam a **apropriação do discurso** pelo sujeito-jornalista, ao tomar para si as *revelações* feitas e a *exclusividade* na leitura dos documentos. Isso, mesmo considerando-se que os documentos *lidos* já estavam também disponíveis no *site* do WikiLeaks no dia da publicação e o jornal não tinha acesso direto à fonte da informação ou a todos os documentos – já que o WikiLeaks selecionava a quantidade de papéis e os temas enviados aos jornalistas.

Cabe destacar que há aqui um processo de textualização, que, segundo Gallo (1994), manifesta-se de forma linear, ou seja, tudo aquilo que vem da exterioridade

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/12/838830-eua-veem-paranoia-em-defesa-da-amazonia.shtml>>. Acesso em jul/2015.

⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0412201015.htm>>. Acesso em jul 2015.

⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/11/838462-lula-diz-que-telegramas-vazados-sao-insignificantes-e-apoia-jobim.shtml>>. Acesso em jul/2015.

⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0601201111.html>>. Acesso em jul/2015.

precisa ser, de certa forma, uniformizado no espaço limitado do texto. A pesquisadora explica dois funcionamentos desse processo: enquanto a *autenticação* está na base da dispersão, na qual o sujeito já sempre se encontra, na base da textualização está a *legitimação*, processo pelo qual o sujeito busca reduzir as ambiguidades constitutivas da dispersão. Pela prática da textualização (fechamento), o sujeito assume sua posição no discurso, *legitimando-a*. Há no discurso midiático, portanto, assim como percebeu Gallo (2013, p.201) ao tratar do discurso radiofônico, “lugares onde o sujeito marca sua presença, absorvendo, nesse gesto, os sentidos ali presentes, responsabilizando-se por eles, dando a eles unidade”. Podemos observar, portanto, a marcação desses lugares a partir de expressões como *revelar, ler com exclusividade, ter acesso antes*. É um funcionamento que representa o processo de autolegitimação do jornalismo, de autorreferência; o qual não só põe em evidência a tomada de posição do sujeito-jornalista, mas especialmente trabalha de forma a reiterar a credibilidade do veículo e do próprio jornalismo como espaço discursivo, por meio do qual há a busca da *verdade*, que é *revelada com legitimidade*. Nas condições de produção desse discurso temos, portanto, um processo que lida com a necessidade, com uma *obrigação* de dizer a verdade. Assim, como deixar de dizer algo que já aparece como verdadeiro em outro espaço discursivo? Parece-nos que é este o movimento que ocorre: a necessidade de *apropriação* e de *legitimação*, pelo jornalismo, de um discurso vindo de outro lugar.

Ao considerarmos, assim, o jornalismo como um *sistema perito*, e como instituição legitimada pela sociedade, em que o sujeito-jornalista busca assumir sua posição nos discursos e por ela se responsabilizar, o caminho percorrido pelo WikiLeaks e pelos veículos de comunicação vai tornando-se mais claro. As primeiras experiências de *vazamentos* feitas pela organização já haviam demonstrado que a simples publicação de listas de documentos, até então sigilosos, em um *site*, não causariam grande repercussão. Quando, então, o vídeo do helicóptero Apache no Iraque chamou a atenção, foram os jornalistas que começaram a interessar-se pelo assunto – não especialmente, ou somente, sobre o tema do vídeo *vazado*, mas pelo próprio WikiLeaks. A organização tornar-se-ia, então, um certo tipo de *fonte* ou um *acontecimento* para os jornalistas?

1.3.1 As fontes e a produção da notícia

As fontes obedecem a diversas classificações e podem ser constituídas a partir de um acontecimento (fato) ou por um organismo especializado intermediário, como explica

Charaudeau (2007). Para alcançar essas fontes, os meios dispõem de duas redes de jornalistas – uma que cumpre o papel de testemunhar, com o trabalho de correspondentes, enviados especiais etc.; e outra com o papel de revelar, organizada em equipes de investigação. No trabalho de ambas as redes, em sua relação com as fontes, há duas necessidades inscritas no contrato de comunicação que precisam ser consideradas: “é preciso ser o primeiro a veicular a informação (a situação de concorrência o obriga), mas não se deve difundir uma informação sem tê-la verificado (a credibilidade o obriga)” (CHARAUDEAU, 2007, p.75).

Para discutir o papel das fontes na configuração das notícias, Gomis (2004) trata da relação entre fontes e jornalistas como um campo de negociação de interesses. O autor recorda o conhecido caso dos repórteres do jornal americano *Washington Post*, que ficaram famosos pelo escândalo do Watergate. A identidade da fonte que orientou a investigação dos repórteres, conhecida como *Garganta Profunda*, permaneceu obscura até pouco tempo¹⁰, enquanto a história foi publicada com a assinatura do jornalista e “a ele não custa muito convencer-se de que a informação foi obtida efetivamente por ele, e assim convence igualmente ao público” (GOMIS, 2004, p.113).

Os interessados em que conheçamos alguns fatos chamam a atenção dos meios ou inclusive os produzem deliberadamente para provocar na audiência uns efeitos desejados. Os meios aproveitam essa abundância de fatos trazidos ou preparados para oferecer uma imagem chamativa da realidade. E a audiência ou público capta essas imagens surpreendentes e as aproveita para ilustrar seus preconceitos, ou favorecer seus interesses, ao longo da conversação com que socialmente assimila os fatos e se orienta para a previsão de um futuro próximo. Esse é, fundamentalmente o processo de produção, uso e consumo de notícias (GOMIS, 2004, p.113).

É essencial considerar, portanto, que fontes e jornalistas trabalham em uma relação de interesses e, segundo Traquina (2002, p.196), “as notícias são, em primeiro lugar, uma comunicação entre jornalistas e as suas fontes recomendadas”. Esses dois personagens da produção da notícia, mesmo que trabalhem muitas vezes em uma relação de tensão (o que a fonte quer revelar, o que o jornalista quer saber), mantêm estruturas comuns, ainda segundo Traquina (2002, p.172), como “fábricas de criar e interpretar acontecimentos”, com constrangimentos organizacionais e iniciativas próprias que implicam certa previsibilidade em suas atuações.

¹⁰ A identidade da fonte conhecida como Garganta Profunda tornou-se conhecida em 2005. Mark Felt, que na época do Watergate era vice-diretor do FBI, escreveu sua própria história para a revista *Vanity Fair*, aos 91 anos. O acordo com os jornalistas era de que sua identidade não poderia ser revelada até sua morte.

De qualquer modo, o jornalista não é somente mediador da informação (considerando-se que a informação se torna um objeto totalmente mediado, pelo processo da instância midiática de pôr a informação em cena), mas torna-se, muitas vezes, revelador de informações ocultas, assumindo um papel de adversário dos poderes instituídos e de aliado do público. Além disso, o jornalista pode ser também intérprete dos acontecimentos, buscando suas causas e situando-os na realidade (CHARAUDEAU, 2007, p.78).

Nesse percurso, a mídia busca provas que validem tal processo interpretativo. São as provas de veracidade de uma informação, as quais, ainda segundo Charaudeau (2007, p.55), são da ordem do imaginário, baseadas “nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito”. A *autenticidade* é uma validação de transparência, e quando objetos e documentos são exibidos, eles funcionam como provas concretas; a *verossimilhança* é a possibilidade de reconstituição de um acontecimento por meio de trabalhos de investigação, testemunhos, sondagens, etc.; a *explicação* busca um retorno à origem dos fatos, através da elucidação, recorrendo à palavra de especialistas, intelectuais, além da exposição de opiniões variadas, de modo a buscar uma verdade que seja, de certa forma, consensual.

Dados e números – e sua exatidão são, portanto, bastante importantes para o jornalismo, assim como a busca pela transparência, contribuindo para a construção de um *efeito de verdade*. Essas provas de validação são incorporadas ao texto jornalístico contribuindo para sua unidade e fechamento, mesmo que apenas simbólicos, já que é apenas uma ilusão o efeito de que tudo o que devia ser dito foi dito, e nada falta ou sobra (INDURSKY, 2001, p.32). Tal processo revela ainda a sempre presente busca dos sujeitos por um sentido único, que se mostra na busca das provas objetivas e exteriores que sirvam como suporte; além disso, a questão da legitimidade e do direito que, na sociedade, alguns têm de interpretar (enquanto outros podem apenas reproduzir), se revela na busca dessa *verdade consensual*, construída com a palavra dos especialistas, dos intelectuais, etc.

Constrói-se, a partir daí, pelo trabalho de organização e de uniformização no interior do texto, aquilo que Indursky (2001, p.31) chamou de *efeito de textualidade*, o qual “deriva da inserção e textualização de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso¹¹”. Do efeito de textualidade, decorre

¹¹ O conceito de interdiscurso é essencial à Análise do Discurso e remete a redes discursivas dispersas, aos já-ditos e às possibilidades do dizer a partir dos quais o próprio discurso torna-se possível. Este conceito será discutido mais amplamente no próximo capítulo.

um outro, que cria a ilusão discursiva resultante do “trabalho discursivo de textualização” – é o *efeito de homogeneidade* (INDURSKY, 2001, p.31).

No texto jornalístico produzido a partir das informações do WikiLeaks encontramos expressões que buscam justamente **explicitar** o próprio **processo de textualização**, como vemos nas sequências discursivas a seguir:

Recorte 2 – a explicitação do processo de textualização

sd5 – A Folha **leu três telegramas** produzidos pela diplomacia norte-americana no Brasil tratando do tema.¹²

sd6 – Essas informações fazem parte de **um de seis telegramas** produzidos por diplomatas dos EUA aos quais a Folha **teve acesso**.¹³

sd7 – Além desse telegrama, a Folha **teve acesso a vários outros que tratam** da compra dos caças pelo Brasil.¹⁴

sd8 – O telegrama faz parte de **um lote de nove documentos** obtidos pela ONG WikiLeaks aos quais a Folha **teve acesso**.¹⁵

Há nas sds apresentadas indicativos do processo de textualização, pelo uso de termos como *ler e ter acesso*. Além disso, a delimitação e descrição de *quantidades* de telegramas *acessados* representam essa tentativa de organizar no espaço do texto a releitura da exterioridade, assim como um suposto fechamento. No fazer jornalístico, essa organização é essencial, e a necessidade de fechamento é constante. A responsabilidade jornalística pela *reconstrução discursiva da realidade* ecoa justamente na busca pela exatidão e transparência, explicitando o percurso dessa reconstrução. É a tentativa de **validar** o processo interpretativo do discurso jornalístico. Tomando ainda o jornalismo como um sistema perito, podemos considerar que as sds em análise mostram novamente a necessidade e a importância de afirmar a credibilidade do jornalismo, ou seja, como o acesso aos documentos (e a indicação das quantidades de telegramas acessados constroem

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0312201013.htm>>. Acesso em jul/2015.

¹³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201002.htm>>. Acesso em jul/2015

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/12/840777-eua-relatam-que-fab-disse-pre ferir-caca-f-18.shtml>>. Acesso em jul/2015.

¹⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1012201002.htm>>. Acesso em jul/2015.

também o importante valor da objetividade e precisão) demonstra que houve um trabalho jornalístico de textualização.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que a textualização é um trabalho discursivo, ou seja, “é o processo discursivo que faz o texto significar”, como observa Orlandi (2012, p.61), e que no texto há um espaço simbólico aberto (ORLANDI, 2008, p.65), onde é possível significar e ressignificar indefinidamente. Desse modo, mesmo em um campo no qual a delimitação dos espaços e dos sentidos encontra tanto valor, o que ocorre são apenas tentativas de fechamento, visto que sempre há pontos de deriva possíveis.

Também a escrita, portanto, assim como a vontade de verdade, está institucionalizada no jornalismo, controlada socialmente, *legitimada*. Desse modo, o *saber*, o *poder dizer* e o *poder de dizer* dos quais fala Charaudeau podem ser observados sob uma perspectiva discursiva, considerando que o “sentido fechado que percebemos nos textos é produzido no discurso”, como explica Gallo (2002, p.97). A questão da escrita vai além “da feitura do texto”, pois estamos falando de “um atravessamento ideológico, materializado nos textos e determinado historicamente” (GALLO, 2002, p.97).

Além de levarmos em conta, portanto, o papel essencial das fontes no processo de produção da notícia, é preciso considerar também que a comunidade jornalística ocupa um lugar social de legitimação que obriga os jornalistas a certas práticas de comprovação de veracidade e autenticidade. Em uma perspectiva discursiva, pois, há uma contínua troca de papéis entre fonte e jornalista, pela qual ambos estão submetidos ao discurso do outro, pelos constrangimentos relacionados a certas condições de produção, sempre sob a ilusão de estarem ocupando lugares de sujeitos donos de seus dizeres.

1.3.2 Fontes alternativas e níveis de intermediação

Sabemos que, nos sistemas convencionais, a preferência por fontes oficiais “representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades reconhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública” (MACHADO, 2003, p.25). O ciberespaço, entretanto, com sua estrutura descentralizada, trouxe algumas transformações na relação entre jornalistas e fontes, já que alterou a relação de forças entre os diversos tipos de fontes, concedendo a todos os usuários, de um modo geral, o status de fontes potenciais. Considerando que, a partir de condições técnicas adequadas, qualquer pessoa seja capaz de inserir conteúdos no ciberespaço, é

possível perceber tanto o enfraquecimento do papel do jornalista “como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar na esfera pública, quanto das fontes profissionais como detentoras do quase monopólio do acesso aos jornalistas” (MACHADO, 2003, p.28).

Segundo Pereira e Adghirni (2011), as mudanças socioeconômicas e as inovações tecnológicas trouxeram alterações estruturais na produção e apresentação das notícias. Entre novas rotinas produtivas e novos formatos para os conteúdos jornalísticos surgiram a possibilidade de acesso a informações por base de dados e as alterações nos processos de coleta de informações e da relação com as fontes. A prática do jornalismo cidadão, como observa Pacheco (2011), também contribuiu para essas mudanças, já que qualquer cidadão pode ser fonte de informação, e os setores público e privado tornaram-se mais expostos do que nunca.

Outro papel exercido pelos jornalistas que se transformou foi o de *gatekeeper*¹⁶. O compromisso de decidir o que deve ser noticiado ou não, a partir de certos valores-notícia, já não é mais exclusividade desse profissional, mesmo se na rotina dos veículos de comunicação ele continue existindo. Na visão de Bastos (2012, p.287), “talvez nenhuma outra função jornalística tenha sido tão claramente desafiada pela Web”. Novos atores entraram em cena, entidades, cidadãos, que se tornaram produtores, disseminadores e comentadores de informação, o que “confrontou os jornalistas com a necessidade de reavaliarem as suas rotinas de filtragem e de valorização das notícias” (BASTOS, 2012, p.287). Em nossa pesquisa, por exemplo, temos, a partir de um *arquivo* que traz a possibilidade de novos discursos (WikiLeaks), uma movimentação na rede de sentidos (*memória*) que funcionava de certo modo entre os jornais, e que sofreu distúrbios, realocações, como consequência dos discursos produzidos¹⁷.

Em 2010, após diversas conversas com Assange, na tentativa de um trabalho em conjunto, os jornalistas do *The Guardian* perceberam a importância dos vazamentos e propuseram ao WikiLeaks que eles tivessem acesso prévio aos documentos, trazendo

¹⁶ *Gatekeeping* é “o processo de seleção e transformação de vários pequenos pedaços de informação na quantidade limitada de mensagens que chegam às pessoas diariamente” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p.11). Tal processo diz respeito a uma complexa série de operações que se estendem durante todo o processo de produção e difusão da notícia e estão relacionadas à seleção –de fatos a serem investigados, matérias a serem publicadas em cada editoria, da importância que será dada a cada uma dessas matérias, etc., e que envolvem uma série de condicionamentos, como espaço e tempo disponíveis, a linha editorial seguida pelo veículo, a urgência de certos acontecimentos, o perfil do público-leitor, etc. “O *gatekeeping* afeta a realidade social de todas as pessoas” (SHOEMAKER; VOS, 2011, p.14).

¹⁷ Os termos em destaque neste parágrafo – arquivo e memória, são essenciais à nossa pesquisa e serão discutidos nos próximos capítulos.

contexto a um material que, sozinho, representava apenas uma infinidade incompreensível de dados. Assim, como outros veículos pelo mundo fizeram depois, em menor escala, o *The Guardian* recrutou repórteres especialistas nos temas contidos nos documentos, desenvolveu *softwares* de organização e busca de dados, checkou informações e entrevistou pessoas envolvidas. Foram meses de trabalho também para os outros veículos que publicariam as primeiras histórias simultaneamente. Os repórteres, como destacam Leigh e Harding (2011), especialmente os correspondentes internacionais, trouxeram contextualização, conhecimento específico e o empreendedorismo necessários para transformar os documentos em notícias e reportagens significativas. No Brasil, o acordo feito entre a organização e a Folha de São Paulo considerava, entre outras condições, que a utilização dos documentos obedeceria a critérios jornalísticos, “sem a interferência do WikiLeaks”¹⁸.

O projeto colaborativo entre a organização e os primeiros jornais e revistas a terem acesso aos documentos pareceu necessário para que o material chegasse de forma efetiva até o público leitor. Em outras palavras, como analisaram Chirstofoletti e Oliveira (2011, p.237), “a nova mídia precisou que a velha desse autenticidade ao seu produto, o site de vazamentos precisou da confiabilidade e das credenciais acumuladas dos velhos jornais para que se alcançasse o impacto esperado”. Segundo Saad Corrêa (2011, p.218), o WikiLeaks, mesmo apresentando-se como organização midiática e podendo ser conceitualmente caracterizado como tal, buscou estabelecer relações de parceria “com outros campos de visibilização já legitimados pela sociedade para que sua filosofia e seu conteúdo seja midiaticizado”.

Os números trazidos por Pacheco (2011) também contribuem para a compreensão do papel indispensável dos jornais para o sucesso do WikiLeaks. Conforme os dados, enquanto o site do *The New York Times* registrou mais de 18 milhões de visitantes em um mês durante a publicação dos telegramas diplomáticos, o WikiLeaks alcançou apenas 350 mil. Isto demonstra, segundo a autora, que “o WikiLeaks não é um *site* que a maioria dos internautas visitem, onde existe muita informação, mas descontextualizada, ao contrário do que acontece com os media tradicionais” (PACHECO, 2011, p.33). Revela-se nesse processo justamente o funcionamento que buscamos observar nesta pesquisa.

No jornalismo, o contexto tem grande valor, assim como a necessidade de unidade e fechamento ao longo do processo produtivo. As informações precisavam de

¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0712201018.htm>>. Acesso em fev/2017.

contextualização, e contexto nos remete ao texto – concebido aqui como objeto sócio-histórico. É preciso considerar, pois, como o texto organiza sua relação “com a exterioridade e o modo como organiza internamente estes elementos provenientes da exterioridade para que produzam o efeito de um texto homogêneo” (INDURSKY, 2001, p.28). As *relações contextuais* estão entre as relações que o texto estabelece com a exterioridade, e remetem ao contexto político, socioeconômico, histórico e cultural em que o texto é produzido (INDURSKY, 2001, p.29).

O trabalho de leitura e análise dessa grande quantidade de dados e informações representou outras transformações importantes, como as novas práticas surgidas com a tecnologia e adotadas pelas mídias mais tradicionais – a combinação entre as habilidades e técnicas próprias dos jornalistas com o poder da tecnologia.

Leigh e Harding (2001) observam que, no futuro, o jornalismo de dados pode não mais parecer tão impressionante e novo; mas atualmente é – o mundo mudou e foram os dados que o fizeram. Assim também avaliam Barbosa e Torres (2013), para quem a divulgação dos documentos por parte do WikiLeaks e dos veículos de comunicação parceiros é um dos mais emblemáticos exemplos da força dos dados.

O jornalismo produzido a partir de dados é assim definido por eles:

Jornalismo Guiado por Dados é aquele produzido com dados, os quais podem ser gerados e disponibilizados por uma diversidade de fontes públicas e privadas – inclusive as próprias organizações jornalísticas do *mainstream* – e podem estar estruturados em sua forma mais bruta, comum, em planilhas de Excel, ou mesmo publicados segundo padrões de *design* e formatos diversos para a narrativa jornalística que tira partido de recursos variados para a melhor apresentação e compreensão do leitor/usuário, do público (BARBOSA, TORRES; 2013, p.153).

Segundo a visão de Pacheco (2011, p.33), mesmo que muitos tenham considerado o WikiLeaks um fenômeno passageiro, sem causar alterações profundas no jornalismo ou na diplomacia, “o jornalismo baseado em análise de dados, em que o WikiLeaks se especializou, parece que veio para ficar”.

O jornal *The Guardian*, por exemplo, em sua página na Internet, criou um gráfico interativo que permite aos leitores conduzirem suas próprias pesquisas na base de dados dos documentos. Essa ferramenta, segundo os jornalistas (LEIGH; HARDING, 2011), tornou-se o aspecto mais importante da cobertura do jornal sobre o material *vazado* pelo WikiLeaks. O jornal obteve números recordes em seu *site* – entre 28 de novembro e 14 de dezembro de 2011 foram 9,4 milhões de acessos.

Esse trabalho de contextualização representa bem o *papel pedagógico* que o jornalismo ocupa na sociedade. Ele é realizado justamente pelo *controle* das informações, ou seja, é preciso organizar, selecionar, recortar, *para a melhor apresentação e compreensão* do leitor, como lemos anteriormente na definição sobre Jornalismo de Dados. Como vemos, a preocupação pela contenção dos sentidos está sempre presente no processo jornalístico. Assim, enquanto os meios de comunicação trabalharam na contextualização dos dados, o WikiLeaks trabalhou essencialmente com sua *oferta*, cumprindo o papel de selecionar os documentos que divulgaria em seu site e aqueles que forneceria aos jornalistas. Há, desse modo, uma movimentação bastante importante entre a liberdade e o controle, a inclusão e a exclusão no espaço do arquivo, ou seja, daquilo que é disponibilizado, *ofertado* e daquilo que não é.

Nesse sentido, o WikiLeaks não se encaixa no padrão das fontes oficiais e profissionais, nem naquele colocado em evidência com o surgimento do ciberespaço, representado pelos usuários da Internet, de um modo geral. Suas fontes anônimas não têm contato direto com os jornalistas, mas com uma organização que se torna detentora das informações e, então, se apresenta como fonte para os jornalistas. O WikiLeaks funcionou, na visão de Pacheco (2011), como um *intermediário* entre as fontes e o público, ao mesmo tempo em que os jornais funcionaram como *segundos intermediários*. A escolha de alguns jornais em detrimento de outros deveu-se a uma questão de credibilidade e, após um registro no aumento de vendas com a publicação de notícias produzidas a partir dos documentos fornecidos pelo WikiLeaks, falou-se em uma relação de parceria, “que não é normalmente o tipo de relação entre uma fonte e um jornalista” (PACHECO, 2011, p.32). Ou seja, assim como as novas tecnologias permitiram maior liberdade na produção e circulação das informações, sem a necessidade da intermediação dos jornalistas, elas parecem ter criado, como o caso do WikiLeaks nos mostra, outros níveis dessa mesma intermediação. A fonte da informação sigilosa não tem contato com os jornalistas, utilizando-se de um novo espaço entre os dois – o WikiLeaks. O contato ocorre apenas entre a fonte e o WikiLeaks, e entre o WikiLeaks e os jornais; temos, pois, os jornais como segundos intermediários entre a fonte e o público. Ao mesmo tempo, o leitor encontrou um novo espaço de leitura e interpretação: enquanto tradicionalmente consumia informação apenas dos veículos de comunicação, tem agora no WikiLeaks uma outra possibilidade de leitura. Como observaram Chirstofoletti e Oliveira (2011), é possível afirmar que já existe um jornalismo pós-WikiLeaks.

O WikiLeaks contribuiu para certas transformações nos modos de produção do jornalismo e, em diversos momentos, a discussão girou não em torno dos conteúdos que a organização *vazou*, mas em torno dele mesmo, por desvelar segredos, desafiar o Estado e ocupar diferentes papéis no processo de construção da realidade a partir da circulação de discursos até então restritos. É nesse sentido que o WikiLeaks parece representar mais do que uma fonte, trazendo novos movimentos de sentido e de circulação.

Ao refletir sobre a relevância social das Tecnologias de Informação e Comunicação, Mittmann (2011) observa o enfrentamento de forças entre a saturação de sentidos pré-determinados, especialmente pela mídia hegemônica de um lado, e da atuação de cidadãos, coletivos e movimentos sociais de outro que, por meio das novas tecnologias e suas alternativas, fogem ao controle estatal e econômico que centraliza a informação. “Neste segundo caso, tem-se a abertura de espaços para o ‘inconcebível’, em meio ao saturado e, então, novos preenchimentos” (MITTMANN, 2011, p.119). Ainda assim, no entanto, muitos desses sujeitos ocupam lugares à margem do poder na sociedade, e o mesmo acontece no ciberespaço. De qualquer modo, conforme a autora, a apropriação da tecnologia e a ampliação da ocupação no ciberespaço sinalizam possibilidades de transformação social.

A relação entre o WikiLeaks e a mídia parece ter funcionado do modo relatado por Mittmann. O WikiLeaks nasceu das possibilidades oferecidas pela tecnologia, de modo alternativo, com um perfil marginal, o que certamente facilitou o envolvimento das fontes anônimas. Em um segundo momento, a grande e velha mídia foi responsável pela maior circulação dos discursos surgidos a partir da organização. A nós interessa, sobretudo, observar essa movimentação desencadeada pelo surgimento do WikiLeaks em certos espaços logicamente estabilizados¹⁹ e como o discurso jornalístico e as instituições interpretaram esse processo. Como podemos perceber, esse é um espaço de conflito, assim como muitos outros na sociedade; mas a Análise do Discurso, como muito bem lembra Pêcheux (2011a), não tem nenhum interesse ou vocação em dar fim a essa interminável série de conflitos: “a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no ‘não-importa-o-quê’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (PÊCHEUX, 2011a, p.294).

¹⁹ Os espaços logicamente estabilizados são aqueles em que se encontram estabelecidos detentores do saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens, como explica Pêcheux (2012): “Nesses espaços discursivos (...) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação” (PÊCHEUX, 2012, p.31).

Neste capítulo inicial apresentamos o WikiLeaks, seu modo de atuação e suas relações com a mídia; observamos um primeiro funcionamento na relação entre os discursos do WikiLeaks e sua releitura no discurso jornalístico: a apropriação do discurso pelo sujeito-jornalista, que **legitima** sua posição, e a explicitação do processo de textualização por meio de marcas que **validam** o trabalho de interpretação jornalística. A presença do WikiLeaks no processo de produção jornalística nos levou a discutir sua posição não apenas como fonte, mas também como promotor de **novos modelos de circulação e de leitura** dos discursos informativos. Cabe-nos a partir de agora, adentrar nesses processos e observar como eles são discursivizados e que sentidos fazem emergir.

2 A CONSTITUIÇÃO HETEROGÊNEA DO DISCURSO JORNALÍSTICO

“Não é tempo de destituir essa imagem duplamente complacente da circulação, constatando o fato de que as circulações discursivas nunca são aleatórias, porque o ‘não importa que’ não é nunca ‘não importa que’?”
(Michel Pêcheux)

Pelo emaranhado de discursos que circulam na sociedade, a mídia, em seus diversos formatos, pode ser considerada a desatadora de muitos nós (mas ao mesmo tempo também atadora de outros). É essencialmente por meio dos discursos que ela produz que os sujeitos interpretam sentidos sobre diversos temas políticos, sociais, culturais. Desde o surgimento da imprensa e da noção da esfera pública, sujeitos passaram a fazer releituras de discursos que até então circulavam em espaços fechados ou limitados, para fazê-los chegar a lugares antes inalcançáveis, gerando ressignificações e/ou reproduções dos sentidos. Desse modo, parece-nos essencial observar o funcionamento do discurso jornalístico produzido a partir das informações do WikiLeaks e como ele cria marcos de interpretação aos quais os sujeitos filiam-s e certos efeitos de sentido são estabilizados.

2.1 Os efeitos materiais da ideologia

Ao invés de tratar, assim como o esquema informacional de Jakobson, da mensagem como transmissão de informações entre A e B, Pêcheux (2010a) preferiu utilizar-se do termo discurso que, de modo mais geral, diz respeito a um *efeito de sentidos* entre os pontos A (destinador) e B (destinatário). Esses dois pontos designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, os quais estarão representados nos processos discursivos (PÊCHEUX, 2010a, p.81).

A concepção de discurso de Pêcheux é, portanto, social, ou seja, aproxima a língua da história, o que permite observar como as práticas discursivas funcionam, reproduzem e transformam sentidos na sociedade. O discurso, desse modo, “é pensado como uma relação entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto”, como explica Courtine (2009, p.30). Algumas questões específicas são possíveis a partir desta concepção:

quem fala, qual o sujeito do discurso, e como é possível caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? Do que fala o discurso, como identificar dentro dele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim, o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições inscrevem-se na relação do discurso com a língua? Como o exterior da língua se reflete na organização linguística dos elementos do discurso? (COURTINE, 2009, p.30).

Nessa perspectiva, portanto, ao tratarmos do discurso jornalístico, devemos considerar seu papel social na construção e na estabilização de redes de sentido, assim como seu poder de ressignificação e transformação. Mariani (1998) traz como característica do discurso jornalístico sua atuação na institucionalização social de sentidos, já que “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1998, p.61). Essa institucionalização relaciona-se ainda com a visão do jornalismo como sistema perito, como apresentamos no capítulo anterior. O WikiLeaks reconheceu a credibilidade de veículos de referência nos diversos países e recorreu a eles para contribuir com o trabalho de leitura e circulação dos documentos.

As práticas discursivas que se institucionalizam, como as dos discursos produzidos pelo jornalismo, apresentam uma eficácia simbólica que decorre, justamente, de uma memória já estabilizada sobre seus modos de funcionamento. “A ancoragem factual reforça o efeito de transparência. A opacidade dos enunciados é apenas percebida na desmontagem dos arranjos sócio-históricos que orientam o funcionamento do discurso” (FERREIRA, 2011, p.242). É esse trabalho de *desconstrução* que buscamos fazer a partir da Análise do Discurso: observar os processos discursivos e seus efeitos de sentido aparentemente transparentes, sem perder de vista o funcionamento linguístico, o qual nos dá pistas do lugar que esses discursos ocupam e movimentam-se na história.

O que significa, portanto, preocupar-se com o discurso em sua relação com o social e com a história; olhar para o funcionamento da língua e para a exterioridade que ela contém? A Análise do Discurso, desde seu início nos anos 60, marcou um lugar bastante específico dentro dos estudos linguísticos e das ciências sociais e humanas. Pêcheux (2011, p.297) afasta-se e critica as formas de tratamento das problemáticas que tendiam, por um lado ao “logicismo” e ao formalismo, sua busca pela universalidade, pelas leis e a construção de uma teoria gramatical, concebendo a linguística como autônoma; por outro, ao “sociologismo” e ao historicismo, seu trabalho de descrição de dados empíricos e estudos comparativos, e a observação do indivíduo em situação “como concreto linguístico”.

A história da Linguística pode ser compreendida como uma luta entre essas duas vias e suas múltiplas formas, segundo Pêcheux e Gadet (2011, p.295). Para eles, o logicismo e o sociologismo constituem duas formas de *denegação da política*, e é preciso uma mudança de terreno para pensar a articulação da Linguística com os processos ideológicos – para pensar “a relação de intrincação entre língua e formações ideológicas, através da qual, práticas linguísticas tendencialmente antagonistas vêm se desenvolver sobre uma mesma base linguística” (PÊCHEUX; GADET, 2011, p.208). Nasceu, assim, uma teoria materialista do discurso.

Pêcheux e Fuchs (2010a, p.160) apresentam o quadro epistemológico da Análise do Discurso a partir da articulação de três regiões do conhecimento: a *linguística*, “como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo”; a *teoria do discurso*, “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos”, e o *materialismo histórico*, “como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias”. Foi em Althusser e sua releitura de Marx que Pêcheux buscou essa definição. O autor (PÊCHEUX, 2009a, p.81) considera, com Paul Henry, que o sistema linguístico é *relativamente autônomo*, submetido a leis internas, mas o que interessa, na verdade, são os *processos discursivos* que se desenvolvem sobre essa base. Pêcheux (2009a, p.81) explica que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes é o que caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico; dissimetricamente, as classes sociais não são “indiferentes” à língua, e isso se compreende pelo fato de que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Ao tratar das grandes revoluções (francesa, socialista, do séc. XX) e dos discursos de resistência, Pêcheux (1990b, p.8) questiona justamente se essa questão histórica – assim como diz respeito às relações entre o visível e o invisível, o existente e o não-realizado, o presente e as formas de ausência – também não diria respeito à linguagem, “na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano”. Assim, para Pêcheux (2009b, p.26), a Análise do Discurso se coloca entre o *real da língua* e o *real da história*, e os discursos não legitimados, “subterrâneos” constituem uma heterogeneidade discursiva que interessa à AD

na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das contradições pelas quais a história se produz, sob a repetição de memórias estratégicas. Tal determinação também implica a construção dos meios de análise linguística e discursiva e supõe uma reflexão sobre o que

trabalha na e sob a gramática, à margem discursiva da língua (PÊCHEUX, 2009b, p.25).

Desse modo, discutir as questões da língua significa tratar de um funcionamento que é também *político*. Gadet e Pêcheux (2004, p.24) já afirmaram que as línguas naturais possuem marcas sintáticas capazes de deslocamentos, transgressões e reorganizações. As línguas naturais, portanto, “são capazes de política”.

Althusser (2010, p.82) afirma que uma teoria das ideologias só poderia repousar na história das formações sociais, ou seja, dos modos de produção e das lutas de classes que se desenvolvem nelas. Logo, a ideologia, além de representar “a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, também tem uma existência *material*, já que “uma ideologia existe sempre em um aparelho [ideológico de estado] e em suas práticas ou prática” (ALTHUSSER, 2010, p.89). Podemos exemplificar trazendo Henry (1992, p.134-135) que, ao tratar da ciência e da produção do conhecimento, critica a visão que supõe uma sede de conhecimento própria do homem, o qual seria levado a produzir todos os conhecimentos científicos possíveis em uma conjuntura dada. Segundo o autor, são produzidos apenas conhecimentos científicos que são prática e concretamente necessários numa certa conjuntura e essa necessidade histórica não tem nada de universal; *ela é relativa às posições de classe*”. Althusser (2010, p.94) também critica os linguistas e os que recorrem à linguística, por frequentemente desconhecerem o “jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive o discurso científico”.

Considerando esse caráter material da ideologia, Althusser (2010, p.93) conclui que “só há prática através e sob uma ideologia”; e ainda: “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Pêcheux (2009a, p.132) explica que essas práticas e sua instância ideológica se dão sob a forma de *formações ideológicas*, as quais comportam posições de classe. Assim, temos sob uma dada formação social (o Ocidente especialmente encontra-se, em suas diferentes variações, sob a formação social capitalista), as mais diversas formações ideológicas (relacionadas aos aparelhos ideológicos de Estado), as quais constituem, sob relações de desigualdade-subordinação, “a cena da luta ideológica de classes”. Portanto, segundo Malidier et al. (2010, p.81), “é pela teoria das ideologias em suas relações complexas com a base econômica que uma teoria materialista do discurso poderá eventualmente crescer”.

2.2 O estabelecimento de redes de sentido

Considerando-se que sempre há, também, uma *luta pelos sentidos*, como manifesta-se e como podemos observar essa *luta ideológica* por meio do discurso? Pêcheux (2011, p.309) fala justamente dessa “zona de articulação da linguística com os processos ideológicos”:

em uma formação social em que a homogeneização linguística se encontra tendencialmente realizada (a maior parte das vezes no quadro de um Estado nacional burguês) diremos que: o sistema da língua é sempre o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe dele. Não resulta daí, no entanto, que esses diversos personagens sustentarão o mesmo discurso: a língua aparece assim como base comum dos processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 2011, p.309).

Para identificar e analisar esses processos discursivos, o autor formulou o conceito de *formação discursiva*. Em uma formação ideológica dada, a formação discursiva (FD) é que determina “o que pode e deve ser dito”, ou seja, as FDs representam, na linguagem, “as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Além disso, levando em conta o caráter material do sentido, Pêcheux afirma que o sentido de uma palavra, expressão, etc., “não existe em si mesmo”, mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2009a, p.146-147). Desse modo, a Análise do Discurso desmascara a aparente transparência da linguagem e a obviedade dos sentidos. A base linguística comum para processos discursivos diferenciados de que falou Pêcheux está, portanto, ligada ao conceito de formação discursiva: “a expressão processo discursivo passa a designar o sistema de relação de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009a, p.148).

Pensando no discurso jornalístico de modo geral, mas também naquele ao qual lançamos nosso olhar nesta pesquisa – o discurso jornalístico produzido a partir das informações do WikiLeaks -, não é difícil considerá-lo como um espaço regulado, que obedece a certas regras internas que nos permitem reconhecê-lo, identificá-lo como tal. As frases curtas, em ordem direta; as aspas para marcar a fala do outro; a descrição factual; a narrativa em pirâmide invertida (o texto segue uma ordem de importância dos fatos), em detrimento de uma narrativa temporal, etc. Todas essas características

contribuem para caracterizar o espaço discursivo do qual estamos tratando, mas, muito além de questões estruturais, a formação discursiva tem a ver com a *determinação de sentidos*.

Trazemos uma análise do nosso *corpus* que nos permite compreender melhor a construção dos sentidos que funciona dentro de uma FD que delineamos como formação discursiva jornalística de política internacional. A delimitação de tal formação discursiva se deve ao fato de o campo discursivo do jornalismo ser bastante amplo e heterogêneo – assim como as próprias formações discursivas internamente, como veremos mais adiante. Não seria possível, portanto, analisarmos as recorrências e movimentações de sentidos sem delimitarmos de modo mais restrito o discurso jornalístico. Consideramos que o discurso produzido a partir do WikiLeaks trata de questões políticas e de Estado – temos telegramas, documentos, relatos de embaixadores, cônsules e outros representantes do governo americano produzindo discursos – declarações, a partir de ações do Estado brasileiro e suas possíveis consequências políticas e econômicas. Assim, nesta FD há formulações que constroem efeitos de sentidos ligados ao campo discursivo da política e das relações internacionais, o que não se confunde com o discurso político produzido fora do discurso jornalístico, que traz enunciados com outras movimentações de sentido.

Ao mesmo tempo, considerando que as formações discursivas dizem respeito à construção dos efeitos de sentido, nossas análises mostrarão que não podemos tratar de uma FD específica para o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks, pois não há deslocamentos suficientes para tanto. Observamos, assim, as movimentações que se dão no mesmo espaço da FD jornalística de política internacional, e que reforçam a visão sobre a pressão política e econômica exercida pelos Estados Unidos, sempre em prol de interesses próprios. Identificamos também um perfil declaratório, ou seja, um processo discursivo e estruturas sintáticas que se constituem em declarações de representantes do governo americano, os quais derivam da natureza dos próprios documentos. Vejamos as seguintes sequências discursivas:

Recorte 3 – os efeitos de sentido de temor e de seus complementos

sd09 – (07/12/2010) Jobim revelou **temor** sobre Venezuela, dizem EUA²⁰

O conjunto de papéis joga luz sobre a visão dos EUA sobre a relação Brasília-Caracas e as diferentes perspectivas dos interlocutores brasileiros a respeito de Chávez.

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0712201017.htm>>. Acesso em jul/2015.

Também revela a insistência brasileira para derrubar o veto do governo George W. Bush à venda a Caracas de aviões Supertucanos da Embraer, com componentes de tecnologia americana. Segundo telegrama de 2006, despachado pela Embaixada dos EUA em Caracas, o Brasil ofereceu um "trato": se Washington derrubasse o veto, o Brasil apoiaria a ONG opositorista Súmate, que havia articulado, com apoio financeiro dos EUA, a coleta de assinaturas para o referendo revocatório contra Chávez em 2004.

O telegrama ironiza a oferta: "A ação brasileira pela Súmate seria simbólica, mas os Tucanos seriam bem reais".

Naquele momento, **a relação entre Brasil e Venezuela** passava por **turbulências** por conta da atuação de Chávez na **nacionalização das refinarias da Petrobrás** na Bolívia.

sd10 – (07/12/2010) Despacho de cônsul dos EUA revela que havia **temor** em implantar UPP [Unidades de Polícia Pacificadora]; ele vê semelhança entre favelas e Iraque.²¹

Documentos secretos produzidos pelo Consulado dos EUA no Rio afirmam que, em encontro reservado, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, antecipou que faria a operação de tomada do Complexo do Alemão e previa uma ação com "violência traumática". Beltrame, de acordo com o despacho do consulado, batizou o complexo como "epicentro do crime" no Rio.

O texto cita encontro reservado do cônsul Dennis W. Hearne com o secretário de Segurança em 22 de setembro de 2009, em que este já dizia que o Complexo do Alemão -base do Comando Vermelho na zona norte do Rio- estava "**totalmente fora de controle do Estado**".

sd11 – (18/01/2011) Brasil **temia** que Caracas desequilibrasse forças regionais com equipamentos russos²²

A decisão dos EUA de vetar a venda de 20 aviões militares da Embraer, os Super Tucano, para a Venezuela, em 2005, levou a preocupações de segurança nacional por parte do Brasil. Os EUA têm poder de veto pois 50% dos componentes do avião são de origem americana. De acordo com telegramas da Embaixada dos EUA em Brasília, o governo brasileiro declarou que não gostaria de ver a Venezuela de Hugo Chávez adquirindo aviões de tecnologia superior da Rússia ou de outro país.

O temor do Brasil era de que isso provocasse um "**desequilíbrio de forças** na América do Sul", segundo manifestação do então subsecretário-geral de cooperação do Itamaraty, Ruy Nogueira. Outro argumento foi de que, como fabricantes, EUA e Brasil **teriam poder** para deixar os Super Tucano "no chão", se no futuro **achassem que não era conveniente** deixar Chávez operando o avião. Bastaria se negar a fazer manutenção ou a vender peças de reposição.

O **negócio** representaria uma venda de US\$ 170 milhões para a Embraer.

O sintagma *temor* permite observarmos, nessa formação discursiva específica, um efeito de sentido também determinado. Nas sequências discursivas, o temor não remete a uma preocupação ou ao medo do desconhecido, por exemplo (medo do sobrenatural ou do inexplicável); ou a uma apreensão relacionada à insegurança (medo de ser assaltado,

²¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0712201001.htm>>. Acesso em jul/2015.

²² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1801201104.htm>>. Acesso em jul/2015.

de sofrer um acidente, de enfrentar uma situação nova). Na FD jornalística de política internacional, trata-se de um *temor político* – ou seja, o temor de que certas ações e/ou decisões possam causar **prejuízos políticos e financeiros** a certos sujeitos ou grupos sociais. Temos, assim, um importante aspecto sintático que nos leva ao efeito de sentido de *temor*, já que são seus complementos (temor do que, teme-se o que), que nos permitem dizer que *temor* produz o efeito de sentido de que *não se quer que algo aconteça*.

A atribuição desse sentido ao sintagma pode ser observada nos trechos que acompanham as sds e trazem os motivos pelos quais havia temor: *perda de poder político e financeiro*. Podemos perceber, assim, como nesta FD um efeito de sentido específico é construído e como somente a partir do aspecto sintático (*temor do que*) é que podemos chegar ao aspecto semântico. Isso significa dizer que os efeitos de sentido de temor nesta FD só podem ser interpretados por condições de produção próprias a ele. Vemos como há uma luta de forças entre os interesses dos países, assim como há embate no processo de construção dos sentidos, um embate que compreende sempre língua e história.

2.3 A matéria-prima do discurso e a organização dos saberes

O processo discursivo não é construído, entretanto, sem sujeito, já que, como trouxemos anteriormente com Althusser, a ideologia em sua materialidade se dá pela prática de indivíduos interpelados em sujeitos. Logo, “é no interior de uma FD que se realiza o assujeitamento do sujeito (ideológico) do discurso” (COURTINE, 2009, p.72). Isso se dá pelo que Pêcheux (2009a) chamou de *forma-sujeito*. Sendo o indivíduo sempre-já sujeito, ou seja, sempre determinado pela ideologia, ele “sempre-já se esqueceu das determinações que o constituem como tal” e sua tomada de posição no discurso deve ser compreendida, não como o “ato originário” do sujeito falante, mas como o *efeito* “da exterioridade do real ideológico-discursivo, na medida em que ela se volta sobre si mesma” (PÊCHEUX, 2009a, p.159-160). Assim, é a forma-sujeito que organiza e regula os saberes dentro de uma FD e como o sujeito se identifica com esses saberes; essas diferentes formas de relacionamento, por sua vez, indicam diferentes modos de relacionar-se com a ideologia (INDURSKY, 2007, p.187). Assim, ao afirmarmos, no primeiro capítulo, que o sujeito-jornalista se *apropria do discurso* que surge do WikiLeaks e o *legítima* (GALLO, 2013) pelo processo de textualização, queremos dizer que ele *toma posição* na FD onde se encontra e, afetado pela ideologia, foge da dispersão,

sempre na tentativa de produzir um sentido único, permitido e legitimado no campo de saberes ao qual está assujeitado.

Os sujeitos, no entanto, não se relacionam com as FDs da mesma forma. É preciso frisar que Pêcheux (2009a) fala não só em reprodução das condições de produção, como Althusser (2010), mas também em *transformação*. Logo, as FDs não poderiam ser somente espaços de plena identificação dos sujeitos com a forma-sujeito (que regula aquela FD); elas também permitem outros funcionamentos. Pêcheux (2009a) traz, então, três modalidades da relação do sujeito com a FD. A primeira é aquela que já discutimos, trazendo sequências discursivas que revelam uma “superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal”, ou seja, o sujeito do discurso *identifica-se* plenamente com a forma-sujeito que organiza os saberes daquela FD; Pêcheux caracteriza essa modalidade como o discurso do bom sujeito. Já o discurso do mau sujeito refere-se à segunda modalidade, pela qual “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição”; cria-se uma separação, um distanciamento que coloca em dúvida, questiona, contesta a forma-sujeito; o sujeito *se contra-identifica* com ela. A terceira modalidade é a da *desidentificação*, quando por um “desarranjo-rearranjo do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)” o sujeito se afasta da FD que o domina; a ideologia funciona nesse processo “sobre e contra si mesma”, ou seja, não há uma fuga ou libertação ideológica através da modalidade da desidentificação, pois, ao mesmo tempo em que afasta-se dos saberes de uma FD, o sujeito *identifica-se* com outra FD (PÊCHEUX, 2009a, p.199-200).

Sendo os processos discursivos – e os sujeitos neles envolvidos – dinâmicos e complexos, é preciso considerar ainda que as FDs não funcionam isoladas, nem de forma independente. Assim, Pêcheux desenvolveu a noção de *interdiscurso* para explicar o fato de que toda formação discursiva “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘*todo complexo com dominante*’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. A formação discursiva, portanto, mascara o fato de que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2009a, p.149). Courtine explica que

O interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração (COURTINE, 2009, p.74).

O interdiscurso é o lugar do possível e do impossível, de todos os já-ditos e de todas as possibilidades do dizer – esse *eixo vertical* permite que no intradiscurso (*eixo horizontal*), os dizeres sejam discursivizados das mais variadas formas. Trazemos mais sequências de nosso *corpus* discursivo no intuito de observarmos como, em uma mesma formação discursiva, os sujeitos podem criar diferentes articulações entre os objetos de seu discurso, na produção de efeitos de sentido. Vejamos:

Recorte 4 – as paráfrases de *pressionar*

sd12 – (16/12/2010) **Lobby** no Congresso **foi incentivado** por EUA, mostram telegramas²³

CNI [Confederação Nacional da Indústria) **atuou para atrasar** projeto que não reconhece patentes anti-Aids

À época, era grande a tensão em torno da ameaça de quebra de patente de medicamentos anti-Aids. Em 2007, o governo Lula determinou o licenciamento compulsório do remédio Efavirenz, do laboratório americano Merck Sharp & Dome.

Danilovich relata que o Ministério da Saúde vinha fazendo lobby para aprovação do projeto e diz que, de acordo com o embaixador Clodoaldo Hugueney, o melhor seria que as empresas **trabalhassem** junto ao ministério **para dissuadi-lo**. "Ele também salientou a importância de parar a legislação no âmbito do Congresso", diz outro trecho.

sd13 – (21/12/2010) Itamaraty **pressionou** juiz a liberar pilotos²⁴

Segundo documentos, embaixador brasileiro **ajudou** EUA na disputa em torno de envolvidos no acidente da Gol

Diplomata teria ligado para juízes do caso **para repassar interesse** de americanos; ministério não comenta o assunto

O Itamaraty **ajudou** o governo dos EUA a pressionar juízes brasileiros para que os pilotos norte-americanos do jato Legacy envolvido no desastre do voo 1907 da Gol, em 2006, pudessem sair do Brasil e voltar ao seu país.

Inúmeros telegramas obtidos pela ONG WikiLeaks confirmam que pelo menos um embaixador brasileiro telefonou para os juízes **intercedendo** pelos americanos e que o embaixador dos EUA na época, Clifford Sobel, soube por antecipação que os pilotos seriam liberados para voltar.

²³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1612201030.htm>>. Acesso em jul/2015.

²⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2112201018.htm>>. Acesso em jul/2015.

sd14 – (22/12/2010) O Itamaraty encerrou uma parceria com os EUA para treinamento de militares **após sofrer pressão** para assinar acordo bilateral que visava dificultar o trabalho do TPI (Tribunal Penal Internacional).²⁵

Em 2002, o TPI, ligado à ONU, foi criado para julgar casos de abusos contra os direitos humanos. Os EUA, porém, não reconheceram a autoridade do novo órgão. O governo de George W. Bush começou então uma campanha para fechar acordos bilaterais de imunidade –denominados genericamente "Artigo 98" – com países que reconheciam o TPI.

O **objetivo** era que cidadãos americanos, sobretudo militares, que cometessem crimes nesses países não fossem julgados no TPI, sediado em Haia (Holanda).

Segundo os telegramas, inicialmente o Brasil se mostrou aberto a **negociar condições especiais** para militares americanos que participassem de exercícios militares em território nacional, mas rechaçou o acordo. A **resposta americana** foi **cortar a verba** do Imet (sigla do incentivo internacional americano para treinamento de militares estrangeiros).

O que vemos a partir dos termos destacados é a chamada *matriz de sentido*, uma matriz parafrástica nesta FD, que representa justamente o trabalho de um sujeito afetado ideologicamente, de selecionar e apropriar-se de objetos provenientes do interdiscurso e encaixá-los, de forma a fazerem sentido – um certo efeito de sentido específico – no fio do discurso. As expressões destacadas nas sds poderiam ser definidas como paráfrase de *pressionar*. Vejamos: *lobby, foi incentivado, atuou para atrasar, trabalhassem (...) para dissuadi-lo; pressionou, ajudou (...) na disputa, repassar interesse, intercedendo; sofrer pressão, negociar condições especiais, cortar a verba*. Mais uma vez, podemos reconhecer a formação discursiva como determinante do sentido; é o nosso olhar para essa FD específica que nos permite afirmar que *pressionar, interceder e ajudar*, por exemplo, fazem parte de uma mesma matriz parafrástica, e que tal FD traz efeitos de sentidos que apontam para uma pressão política e econômica dos Estados Unidos sobre o Brasil, em busca de seus interesses.

Serrani (1991, p.96) afirma que a paráfrase não pode ser concebida como uma relação universal, “pois sendo a produção de sentidos o lugar, por excelência, do mal-entendido, da disputa, não cabe supor qualquer consenso a priori entre os protagonistas da linguagem”. As paráfrases, entretanto, não indicam simplesmente um funcionamento interno do discurso, mas as tomadas de posição dos sujeitos nas práticas das quais o discurso pela língua é constitutivo. Assim, a repetição, na forma de paráfrase, do sintagma *pressionar* nessa FD, apresenta o poder político-econômico exercido pelos Estados Unidos em suas relações com Brasil como *pressão*, em negociações nas mais variadas áreas.

²⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2212201008.htm>>. Acesso em jul/2015.

Como, então, seriam resgatados do interdiscurso (inalcançável, espaço dos já-ditos e das possibilidades do dizer) os objetos encaixados no fio do discurso? Pêcheux discutiu duas formas de inscrição no discurso: o *pré-construído* e o *discurso-transverso*.

O pré-construído foi um conceito desenvolvido por Paul Henry e um constructo teórico essencial trazido por Pêcheux (2009a) para explicar o que, no intradiscurso, aparece como um já-dito, algo que vem de outro lugar para encaixar-se no fio do discurso. O pré-construído “corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 2009a, p.151). De forma independente e exterior, o pré-construído é, assim, aquilo que aparece como *evidente* no discurso, ele designa “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação”, como explica Courtine (2009, p.74).

Outro funcionamento é a tomada do interdiscurso enquanto *discurso-transverso*, que funciona de modo a atravessar e pôr “em conexão entre si os elementos discursivos pelo interdiscurso enquanto pré-construído que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito-falante, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUXa, 2009, p.154). O discurso-transverso é que sustentaria, portanto, os pré-construídos e assim funcionando, o sujeito dá coerência ao fio de seu discurso: “o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si próprio” (COURTINE, 2009, p.75).

Trazemos uma sequência discursiva para observarmos estes funcionamentos:

sd15 – Brasil teme **terror** na **Rio 2016**, dizem EUA²⁶

Norte-americanos enxergam brecha para **umentar aproximação estratégica** e criar oportunidades comerciais

Nesta sequência discursiva, podemos perceber a presença de pré-construídos no reconhecimento de que há terrorismo (*terror*) no mundo; que em 2016 o Rio de Janeiro receberá os jogos olímpicos (*Rio 2016*); que os EUA já têm certa proximidade com o Brasil (*umentar aproximação*). O discurso-transverso, o qual funciona de modo a criar unidade e referenciação no intradiscurso faz a função de explicar que os EUA veem o medo de ataques terroristas do Brasil durante as Olimpíadas como uma oportunidade política e econômica para fazer negócios, já que o país (EUA) tem experiência no tratamento de questões anti-terror. Desse modo, podemos ver como o intradiscurso é,

²⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0212201007.htm>> Acesso em jul/2015.

como explicou Pêcheux (2009a, p.154) “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do exterior”, e como a forma-sujeito que regula esta FD, assim como em qualquer formação discursiva, “simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como puro já-dito do intradiscurso, no qual ele se articula por co-referência” (PÊCHEUX, 2009a, p.154).

O discurso transversal, nas sequências discursivas analisadas nesta seção, também opera de modo a articular os fatos sob um aspecto sintático que se repete: são duas formas de relacioná-los, ou como *causa e consequência*, ou como *objetivo e estratégia*. Sempre há uma forma de pressão, como estratégia para atingir um objetivo de interesse do governo americano, assim como algum tipo de punição como consequência de uma solicitação não atendida.

Como vemos, o pré-construído e o discurso-transversal são conceitos essenciais para a análise do funcionamento discursivo. No que se refere à FD jornalística de política internacional, temos pré-construídos que ressoam a partir do discurso político, além do discurso econômico, considerando que estamos inseridos em uma formação social que é regida por uma economia de mercado, e esses são discursos que o jornalismo tematiza. Nessa FD, portanto, os pré-construídos têm funcionamentos específicos, alguns dos quais serão discutidos a seguir.

2.4 Os sempre outros sentidos possíveis

Retomamos neste ponto a noção de formação discursiva a fim de discutir sua (re)configuração ao longo dos estudos da Análise do Discurso e como isso afeta nosso estudo do discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks.

De modo especial, o que nos interessa é a reflexão de Pêcheux que permitiu olharmos para as formações discursivas como estruturas *heterogêneas*. Em 71 e 75, quando Pêcheux formulou e discutiu a noção de formação discursiva, ele falava nas matrizes de sentido, espaços que refletem as formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito; Indursky (2007, p.185) observa que naquele período as FDs eram concebidas “como campos homogêneos”. Foi em *Les Vérités de la Palice*, também em 1975, que Pêcheux ressaltou, ainda segundo Indursky, “que uma FD é o campo em que ocorrem repetições, mas também transformações, apontando o caráter intrinsecamente contraditório que regula as relações de produção”. É justamente o reconhecimento da

contradição como atravessamento da ideologia que faz a noção de FD única em Pêcheux, e é ela também que permitiu ao autor repensar a FD como um espaço não homogêneo.

Pêcheux (1990a) afirma que uma ideologia é não-idêntica a si mesma, que ela só pode existir sob a modalidade da divisão, e só se realiza dentro da contradição, a qual é responsável pela organização – dentro de uma ideologia – da unidade e da luta dos contrários. Sendo assim, Indursky (2007, p.191) conclui que “se a ideologia está atravessada pela contradição, tal fato determina que a FD, que pode ser pensada como um recorte discursivo da formação ideológica, desde o momento de sua individuação, já surge marcada pela contradição”. Desse modo, “uma FD é, desde sempre, já ideológica e contraditória”. Guilhaumou (2008), ao discutir o percurso histórico da Análise do Discurso, fala da originalidade do pensamento de Pêcheux, que possibilitou a redefinição de uma teoria do discurso e de seu objeto de análise: “sob o primado da contradição, trata-se de analisar como e porquê [*sic*] emergem processos discursivos, isto é, a aparição ou o desaparecimento de enunciados num todo complexo dominado por formações discursivas” (GUILHAUMOU, 2008, p.68).

A heterogeneidade de uma FD diz respeito, portanto, ao fato de que o sujeito, em suas modalidades de inscrição, não só reproduz saberes e pode identificar-se de diferentes modos com a forma-sujeito que é, em sua constituição, fragmentada. Uma FD comporta também a diferença e a divergência (INDURSKY, 2008), já que, conforme observou Pêcheux (2009a, p.279-281) mais adiante na busca de uma retificação de sua teoria do discurso, “não há dominação sem resistência”, e ainda, se “a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico”.

Courtine (2009, p.99-100) também (re)discutiu a noção de formação discursiva. Ele a apresenta como um domínio de saber, que ao mesmo tempo delimita seu interior e exclui elementos que não pertencem a esse domínio; tal limite, entretanto, “é *fundamentalmente instável*”, é um fechamento que “se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca, em razão dos jogos da luta ideológica”. Essa questão nos parece essencial e merece a explicação detalhada do autor:

o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também,

eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras (COURTINE, 2009, p.100).

O modo como os elementos pré-construídos funcionam no interior de uma formação discursiva permite que observemos, portanto, não só os saberes que dela fazem parte, mas suas possibilidades de deslocamentos, e a presença de um *discurso-outro*.

Em sua pesquisa sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine (2009) traz, para discutir a presença do outro dentro de uma FD, a noção de *enunciado dividido*, o qual, descritível linguisticamente, vem “materializar em discurso as formas nas quais a luta ideológica se manifesta na luta política” (COURTINE, 2009, p.209). São formas de refutação observadas pelo autor, as quais indicam “o traço material da presença do outro, do exterior ao interior de si e que marca com uma rejeição ou uma recusa do outro (na constituição de sua individuação)” (COURTINE, 2009, p.209). Uma das formas de refutação trazidas por Courtine é aquela que faz-se por *denegação*, quando o sujeito imita as palavras do outro, opõe suas palavras às do outro, luta palavra por palavra.

Nesse mesmo sentido, Indursky estuda o funcionamento discursivo da negação e a possibilidade de observá-lo como um vestígio do pré-construído, ou seja, “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (INDURSKY, 2013, p.261). A operação de negação discursiva que nos interessa é a que a autora chamou de *negação interna*, a qual não opõe FDs antagônicas, mas “diferentes posicionamentos subjetivos no interior de um mesmo quadro ideológico” (INDURSKY, 2013, p.281). A negação interna, assim, incide no que pode, mas não convém ser dito em um certo domínio de saber (FD) (INDURSKY, 2013, p.264). A negação interna, ainda segundo Indursky (2013, p.289), “assinala a coexistência da diferença e o primado da contradição no interior de uma mesma FD”. Este é um tipo de pré-construído que representa um não-dito que dá apenas indícios de seu discurso de referência, “por remeter à ordem do jamais-dito, do jamais-assumido, do indizível”. São desses ditos que encontramos vestígios nos discursos de refutação (INDURSKY, 2013, p.53). É desse modo que a negação no discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks parece funcionar. Vejamos:

Recorte 5 – a refutação por negação

sd16 – (29/11/2010) Os seis telegramas a que a Folha teve acesso **não listam suspeitos** de terrorismo que teriam sido detidos pela polícia no Brasil.²⁷

PF disfarça prisão de terroristas, dizem EUA

A Polícia Federal do Brasil "frequentemente prende pessoas ligadas ao terrorismo, mas os acusa de uma variedade de crimes não relacionados a terrorismo para evitar chamar a atenção da imprensa e dos altos escalões do governo", relatou de maneira secreta em 8 de janeiro de 2008 o então embaixador dos Estados Unidos em Brasília, Clifford Sobel.

sd17 – (30/11/2010) **Não há** nos seis telegramas lidos pela Folha **nenhuma menção a atos ilícitos** nas relações bilaterais Brasil-EUA.²⁸

Telegramas confidenciais de diplomatas dos EUA indicam que o governo daquele país considera o Ministério das Relações Exteriores como um adversário que adota uma "inclinação antinorte-americana". Esses mesmos documentos mostram que os EUA enxergam o ministro da Defesa, Nelson Jobim, como um aliado em contraposição ao quase inimigo Itamaraty. Mantido no cargo no governo de Dilma Rousseff, o ministro é elogiado e descrito como "talvez um dos mais confiáveis líderes no Brasil".

sd18 – (04/01/2011) As mensagens **não revelaram relação** institucional do Planalto com o grupo.²⁹

Para a Embaixada dos EUA em Brasília, apenas "uma pressão política de alto nível" poderia explicar a decisão brasileira, em 2006, de conceder asilo político no Brasil a Oliverio Medina, considerado porta-voz informal das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no Brasil. Num documento enviado a Washington vazado pelo site WikiLeaks, a representação americana comenta a decisão que classifica como contraditória ante o compromisso do Brasil com o combate ao "terrorismo".

sd19 – (16/01/2011) Os despachos obtidos pelo WikiLeaks **não contêm evidências** de que o objetivo das transações em que o Brasil se envolveu fosse mesmo apoiar o programa nuclear iraniano, mas especialistas dizem que elas deveriam merecer atenção mesmo assim.³⁰

EUA desconfiaram de negócios com Irã

Transações comerciais que envolveram recentemente duas empresas brasileiras despertaram nos EUA e na Alemanha suspeitas de que o Irã tentou usar o Brasil para contornar sanções internacionais e adquirir máquinas necessárias para desenvolver o seu programa nuclear.

²⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2911201002.htm>>. Acesso em jul/2015.

²⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po3011201002.htm>>. Acesso em jul/2015.

²⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0401201124.htm>>. Acesso em jul/2015.

³⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1601201108.htm>>. Acesso em jul/2015.

Ao observarmos as sequências discursivas deste recorte, vemos como a negação refuta justamente aquilo que apareceria como o *óbvio*, o sentido tido como *mais provável* nesta FD. A heterogeneidade da formação discursiva e a presença da contradição abarca sujeitos também divididos que, como já discutimos, inscrevem-se de diferentes formas em seu interior. Não há apenas reprodução de saberes, mas também a **refutação daquilo que não convém ser dito**. Observemos o quadro a seguir:

Quadro 2

Possibilidade de sentido produzido na FD	Refutação por negação
(sd16) PF disfarça prisão de suspeitos, diz EUA → são listados suspeitos de terrorismo detidos pela polícia no Brasil	→ não listam suspeitos de terrorismo que teriam sido detidos pela polícia no Brasil
(sd17) Telegramas confidenciais indicam que o governo dos EUA considera o Ministério das Relações Exteriores como um adversário → Há menção a atos ilícitos nas relações bilaterais Brasil-EUA	→ Não há (...) nenhuma menção a atos ilícitos nas relações bilaterais Brasil-EUA
(sd18) Brasil concede asilo político a porta-voz informal das FARC → As mensagens revelaram relação institucional do Planalto com o grupo	→ As mensagens não revelaram relação institucional do Planalto com o grupo
(sd19) Telegramas diplomáticos ligam transações envolvendo empresas brasileiras ao programa nuclear iraniano → Os despachos (...) contêm evidências de que o objetivo das transações em que o Brasil se envolveu fosse mesmo apoiar o programa nuclear iraniano (...)	→ Os despachos (...) não contêm evidências de que o objetivo das transações em que o Brasil se envolveu fosse mesmo apoiar o programa nuclear iraniano (...)

Fonte: elaborado pela autora

Temos, portanto, em uma mesma formação discursiva, vozes que destoam, que produzem **outros efeitos de sentido possíveis**. Essas movimentações, como bem lembra Indursky (2013, p.289), funcionam como “um sintoma da heterogeneidade constitutiva do discurso”. A necessidade de refutação nesta FD tem a ver justamente com características do discurso jornalístico que buscam desfazer ambiguidades e delimitar

para o sujeito-leitor as possibilidades de interpretação. É preciso, como revelam as sds apresentadas, evitar interpretações acusatórias, especialmente sem provas factuais (*não há nenhuma menção a atos ilícitos; não contém evidências; etc.*). Temos, assim, como já afirmamos anteriormente, uma FD que apresenta discursos de perfil declaratório e, poderíamos dizer, bastante especulativo, já que não se trata de fatos a serem relatados, mas da reprodução de declarações.

Ao refutar o discurso (os sentidos) que não convém a essa FD, entretanto, um outro efeito ocorre: criam-se **outras possibilidades de interpretação**, já que a refutação, ao invés de gerar a *exclusão* de certos sentidos, acaba também por *incluir* sentidos outros que antes não se faziam presentes nesse discurso. Nas sds, a negação traz seu oposto como uma nova possibilidade, permitindo a interpretação de que: mesmo se suspeitos de terrorismo *não são listados* no telegrama, eles podem estar no país (sd16); mesmo *não havendo menção* a atos ilícitos na relação entre Brasil e Estados Unidos, a relação entre os dois governos não é de total cooperação (sd17); mesmo que não *haja revelações* sobre relações entre o governo brasileiro e as FARC, é possível que tenha havido um contato que permitisse o asilo político de um membro da facção (sd18); mesmo *não havendo evidências* de que o Brasil quisesse apoiar o programa nuclear iraniano, empresas brasileiras envolveram-se em transações suspeitas (sd19). Parece-nos, ainda, que esses efeitos de sentido que emergem da negação representam justamente os pré-construídos que caracterizam a FD jornalística de política internacional. Ou seja, os sentidos já determinados pela forma-sujeito dessa formação discursiva são reforçados em construções como as negações que vemos neste recorte.

A presença do *outro* no discurso foi também discutida por Authier-Revuz, autora que concebe a heterogeneidade como constitutiva do discurso e vê como inevitável “o não-fechamento do linguístico sobre ele mesmo no sentido formal”, destacando a necessidade de um olhar exterior, “particularmente sobre o sujeito” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.173-174). São, portanto, as teorias do inconsciente e da ideologia, entre outras leituras do sujeito trazidas por Authier-Revuz que a permitiram observar o modo como o outro se inscreve na sequência do discurso. Para tratar dessas formas de inscrição, a autora formulou o conceito de *heterogeneidade mostrada* “como formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26).

O trabalho de Authier-Revuz contribui, nesta pesquisa, na identificação de pré-construídos que aparecem como sustentação do discurso que buscamos observar. Uma

das formas pela qual a heterogeneidade mostrada se apresenta é de forma *marcada*. Nela, segundo a autora, pode haver uma *ruptura sintática* ou não. O funcionamento que nos interessa é este pelo qual “o fragmento designado como um outro é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática: (...) [ele] é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que, pelas marcas, (...) é remetido ao exterior do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.29-30). A presença das aspas em um discurso é um dos exemplos da forma marcada da heterogeneidade mostrada; elas podem remeter, por exemplo, a uma outra língua, um outro discurso, um discurso oposto, etc.

Sabemos que no campo do jornalismo as aspas servem, com recorrência e de modo bastante amplo como forma de indicar, pelo discurso direto, a fala de outro (fonte, entrevistado, etc.), que não o narrador do texto (da notícia, da reportagem, etc.). É um recurso linguístico bastante comum e reconhecido pelos leitores. Uma análise que vai além do texto como a que buscamos fazer nesta pesquisa, implica questionar também esse uso tido como comum, especialmente quando, conforme observamos nas sds apresentadas, os termos entre aspas são inseridos no fio do discurso sem nenhuma quebra ou ruptura e, além disso, consideramos que não aparecem assim de forma aleatória.

O discurso que analisamos é constituído de pré-construídos provenientes essencialmente (mas não só) dos discursos do arquivo do WikiLeaks. Sua construção textual funciona de modo a tentar unificar no espaço do texto aquilo que é proveniente desses outros discursos. As sequências discursivas trazidas para esta análise irão mostrar justamente como o discurso dessa FD funciona apoiado em um discurso outro. É o discurso-transverso que permite que os pré-construídos sejam *assentados* de modo a encaixarem-se adequadamente. Entretanto, mesmo se dissemos que não há uma ruptura sintática com a inserção das aspas, é no discurso que ela pode ser observada, representando uma marca mais significativa.

Indursky (2013, p.245) observou, ao analisar a presença das aspas em seu estudo sobre o discurso dos militares durante a ditadura, como elas “indicam o encontro entre discursos e estabelecem fronteiras entre as FD”. Além disso, as aspas podem ser o meio pelo qual o sujeito do discurso pode questionar a veracidade, a adequação ou a pertinência do discurso outro. Vejamos esse funcionamento nas sequências discursivas a seguir:

Recorte 6 – O funcionamento das aspas e a delimitação em torno do discurso-outro

sd20 – (15/10/2010) John Danilovich, ex-embaixador dos EUA no Brasil (2004-2005), afirmou em telegramas diplomáticos que o Pará se parece **“com a imagem popular do Velho Oeste”**: **“isolado, pouco povoado”** e uma terra **“sem lei”**. A visão é expressa em relatos sobre a morte da missionária Dorothy Stang, americana naturalizada brasileira. Stang foi morta em fevereiro de 2005, aos 73 anos, alvo de seis tiros, em uma estrada de terra perto de Anapu (750 km de Belém), por denunciar a grilagem e o desmatamento ilegal. Cinco pessoas foram condenadas pelo crime. A Embaixada dos EUA no Brasil produziu nove relatórios sobre o caso nos três meses seguintes ao assassinato, e pelo menos outros seis foram elaborados até 2008.³¹

sd21 – (07/12/2010) O ministro da Defesa, Nelson Jobim, se mostrou **“preocupado”**, em fevereiro deste ano, com a **“cada vez mais complicada situação doméstica”** de Hugo Chávez e manifestou temor sobre possível **“impacto”** interno caso o presidente venezuelano resolvesse reprimir manifestações contra seu governo. O relato teria sido feito por Jobim ao embaixador dos EUA, Thomas Shannon. À época, Chávez enfrentava protestos pela falta de água e pela crise energética e manifestações contra a retirada da opositorista RCTV da lista de canais por assinatura.³²

sd22 – (09/12/2010) Os telegramas foram escritos entre 2008 e 2010. Em um deles, o suposto protagonismo brasileiro na cúpula do clima de Copenhague, no final de 2009, é ironizado. Segundo a diplomata Lisa Kubishe, **“Lula cacarejou”** suas conquistas ambientais e sua capacidade de costurar um acordo. Para os EUA, o Brasil teria assumido uma imagem exagerada de **“herói”** e **“cavaleiro branco”**.³³

Para Authier-Revuz (1990, p.31), localizar um ponto de heterogeneidade na cadeia do discurso “é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade, ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido”. Parece-nos, assim, que há nas sds uma tentativa de *opor, distanciar* aquilo que é exterior. Há novamente o desejo de bloquear a possibilidade de fazer emergir um discurso polêmico, já que, ao marcar como exteriores termos como *cacarejou, cavaleiro branco, terra sem lei*, além das outras expressões destacadas nas sds, o sujeito do discurso desta FD **demarca seu espaço em torno do discurso outro**, isentando-se daquilo que não é um dizer seu; neste caso, dizeres que criam situações políticas bastante delicadas, já que tratam de relações diplomáticas entre países.

³¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1512201021.htm>>. Acesso em jul/2015.

³² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0712201017.htm>>. Acesso em jul/2015.

³³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0912201015.htm>>. Acesso em jul/2015.

Authier-Revuz (1990, p.31) traz ainda uma reflexão bastante importante para esta análise quando afirma que “a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso”. Ela explica:

Também a zona de contato entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distância num discurso é profundamente reveladora deste discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir – de outro lado, pelo tipo de relação que aí se joga com o outro (...) (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.31).

O discurso outro, portanto, deixa suas marcas na formação discursiva, e este é mais um sintoma de sua heterogeneidade e de como a marcação de fronteiras parece trabalhar a favor, mas também sempre contra a tentativa de fechamento da FD, já que ao mesmo tempo em que ela se fecha, revela seu exterior. Se por um lado a demarcação da fala do outro por meio das aspas é recorrente no discurso jornalístico de um modo geral, não podemos afirmar que ela funciona sempre da mesma forma, já que em uma FD que traz discursos de caráter declaratório como a que analisamos, tal seleção torna-se ainda mais significativa. Afinal, se tudo nesse discurso são declarações de um outro, parece-nos que o uso das aspas cria um distanciamento ainda maior e mais importante.

Buscamos neste segundo capítulo apresentar o funcionamento do discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks. Partimos da noção de ideologia e de como seu caráter material torna possível a observação dos funcionamentos discursivos como processos ideológicos – é esta noção que nos permitiu, antes de tudo, discutir questões de poder, políticas e econômicas (ideológicas), a partir do discurso; delineamos a formação discursiva jornalística de política internacional, que reforça os efeitos de sentido de um governo (americano) que exerce pressão política e econômica em prol de seus interesses e de seus cidadãos. A partir da noção de interdiscurso e considerando a heterogeneidade da formação discursiva, pudemos discutir como os pré-construídos funcionam de modo a produzir **outras possibilidades de interpretação** por meio da inclusão de diferentes efeitos de sentido pelo trabalho da negação; e como o funcionamento das aspas, muito além de delimitar textualmente a voz do outro, marca um distanciamento, **uma recusa do sujeito em assumir um dizer como seu**. Ao tentar conter possíveis efeitos de sentido, entretanto, o discurso analisado deixa pistas do que quer evitar: a desconfiança, ao reforçar a ausência de provas factuais para as declarações feitas; e a polêmica ou o

desentendimento, ao demarcar o discurso do outro. Tentativas essas que, como vimos, não impedem o deslizamento dos sentidos.

3 O ARQUIVO COMO ESPAÇO GERADOR DE DISCURSOS

“Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles.”
(Michel Foucault)

Consideramos que o material reunido pela organização WikiLeaks em seu *site* constitui um arquivo, tomado nesta pesquisa em uma perspectiva discursiva. Documentos e relatórios oficiais e de acesso até então restrito são *vazados* por fontes anônimas permitindo, a partir de uma falha no controle de sua circulação e de um novo processo de leitura e interpretação, a formação de um novo arquivo.

3.1 Reunião e dispersão de dizeres

Pêcheux (2010b, p.51) descreve o arquivo de forma breve, em seu sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Sua constituição, entretanto, não é dada a priori, como explicam Guilhaumou e Maldidier (2010, p.162), já que ele “não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social”. O arquivo não é, portanto, apenas um conjunto de documentos que nos traz referências; “ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”.

Guilhaumou e Maldidier (2010, p.162), afirmam que a identificação do arquivo por sua data, nome próprio, chancela institucional, ou o lugar que ele ocupa em uma série é insuficiente para o analista do discurso já que diz pouco de seu funcionamento. Nunes (2007, p.374) observa que o arquivo não é visto como um conjunto de “dados” objetivos “dos quais estaria excluída a espessura histórica”. Em sua reflexão sobre a noção, Romão et al. (2010, p.129) destacam que não é da ordem do arquivo o fato de tudo nele poder guardar, além de ser necessário levar-se em conta “a não-neutralidade do que é retido como efeito de verdade”. É sob essa perspectiva que lançamos nosso olhar sobre o WikiLeaks como arquivo. Ele não é constituído apenas de documentos que agora servem como referência para os jornalistas; não representa simplesmente uma lista de nomes e datas a serem classificados; e mais ainda, ele não revela *a* verdade. Buscamos, com o arquivo do WikiLeaks, observar seus **movimentos**, ou seja, aquilo que permitiu sua

constituição, o modo como circulou e como sua circulação desestabilizou certos discursos, reiterou ou transformou certos efeitos de sentido.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2010a, p.148) define o arquivo como “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”, e ele explica:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos regulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (...) (FOUCAULT, 2010a, p.147).

É, pois, a existência do arquivo como sistema, que nos permite observá-lo, reconhecer suas regularidades e rupturas. Sem esse funcionamento, a linearidade de que fala Foucault nos impediria de perceber o movimento de formação de um novo arquivo a partir de discursos vindos de outros lugares, a regularidade dos discursos que o constituem, o que permitiu o aparecimento desses enunciados e as possibilidades que eles representam dentro do arquivo.

O arquivo, analisado a partir das discursividades, é constituído de historicidade, a qual, trabalhada em sua leitura, nos leva a traçar caminhos inusitados guiando-nos pelas pistas linguísticas, “traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (NUNES, 2007, p.373-374). É essa sua constituição própria que permite os rompimentos e a possibilidade da inscrição dos discursos em diferentes lugares; é aquilo que é próprio do arquivo que rege seu surgimento e transformação entre outros discursos na história, em um processo que não pode ser acompanhado apenas sob um olhar temporal e linear. Em uma época como a nossa, como bem lembra Salomon (2011, p.36), em que vemos crescerem as questões sobre as leis de arquivo e do acesso à informação, é colocado à filosofia não o problema “da gestão ou de uma política de arquivos, mas da politicidade e da epistemicidade própria aos arquivos”.

Podemos ainda ancorar-nos no conceito de descontinuidade, de Foucault (2010a), na tentativa de escapar de uma análise apoiada na linearidade da história na construção do arquivo, buscando observar justamente no funcionamento das relações entre os

documentos, entre as séries, as possíveis quebras, interrupções, ou possibilidades de novos efeitos de sentido como transformadores da história.

Derrida (2001, p.29) explica que o arquivo

não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável passado, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento.

Assim como em Foucault, podemos ver em Derrida um olhar para o arquivo como *possibilidades*. É a relação entre os documentos do arquivo, entre o que foi armazenado e o que foi ignorado, entre o que é resgatado e o que é esquecido, é, enfim, a próprio trabalho de arquivamento que produz sentidos.

Sendo assim, temos no WikiLeaks um arquivo que não só armazena discursos mas, acima de tudo, produz um novo discurso, além de permitir a formação de outros e novos efeitos de sentido a partir dele. Cria-se no arquivo, como disse Derrida, uma relação não só com o passado, mas especialmente com o futuro e com as possibilidades que o surgimento desse arquivo pode trazer. É da mesma forma que Salomon (2011) vê o funcionamento do arquivo ao tratar de um duplo sentido entrelaçado a que a expressão *saber dos arquivos* remete:

Há uma luta e uma *vontade de saber dos arquivos*, quer dizer, torná-los acessíveis, disponibilizá-los à mesa de leitura e transformá-los em objeto de interrogação histórica, deslocá-los das sombras que o poder lhes reservou, dá-los à luz do dia do conhecimento. Há, por outro lado, *algum saber dos arquivos*, algum saber próprio aos arquivos; os arquivos *arquivam* alguma coisa, portam traços de um saber *com* os quais a história tem o poder de fazer alguma coisa (SALOMON, 2011, p.8).

Não estamos tratando, assim, apenas do processo de abertura do arquivo, de discursos que agora públicos encontram seu lugar na história; mais além disso, buscamos observar o arquivo a partir de seu interior, de seus limites – aquilo que ele reuniu e os saberes que ele transformou (ou não), os efeitos de sentido que movimentou a partir de suas próprias especificidades.

Considerando-se a impossibilidade do sujeito de tudo dizer, como explica Pêcheux (2009a), assim como o arquivo não pode tudo compreender, é preciso levar em conta também aquilo que é silenciado, excluído, interdito do arquivo. Sobre isso, observa Romão et al. (2010, p.131): “discursivamente entendemos que o arquivo tenta

restituir um efeito de inteireza a partir da saturação de certos sentidos e, ao fazê-lo, põe em estado de exclusão uma série de campos de dizer relegados ao esquecimento, à interdição ou a outros movimentos de inscrição”. Assim, o que não pôde ser dito ou deixou de ser guardado em um arquivo oficial (ROMÃO et al., 2010, p.131) não deixou de existir, “apenas pulsa de outro modo”. E esse jogo entre o dito e o não-dito, o que está dentro ou fora do arquivo, é sempre definido politicamente (ROMÃO et al., 2010, p.127), já que o sujeito mostra discursivamente, ou seja, através das marcas linguísticas, suas filiações ideológicas a certas regiões de saber, a certas formações discursivas.

Além disso, o funcionamento do WikiLeaks e os discursos que surgem a partir dele parecem representar bem o que Roudinesco (2006, p.7) diz sobre o arquivo: “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo”. Afinal, o arquivo do WikiLeaks pode ser tido como deslegitimado, não institucionalizado, uma reunião de discursos que pertenciam originalmente a outros arquivos (estes legitimados porque institucionalizados) e que se constituíram em um novo espaço de leitura e interpretação. Tudo isso, justamente a partir de um arquivo que, para representantes dos governos envolvidos nas discussões, não deveria existir. O silêncio, o apagamento e a interdição foram justamente os alimentadores deste arquivo ausente, tornando-o resistência.

É preciso questionar, portanto, como se constitui o arquivo em análise nesta pesquisa em suas regularidades específicas. Um arquivo formado pela tomada de discursos provenientes de outros espaços, discursos que formam uma rede de sentidos nascidos a partir mesmo de sua constituição, em um sistema próprio *de formação e transformação dos enunciados*, como definiu Foucault.

No caso do WikiLeaks, o arquivo parece funcionar em contínuo processo de **dispersão e reunião**, já que nasce de muitos outros arquivos dispersos, sem uma aparente relação e que, uma vez reunidos em um mesmo espaço, novamente se espalha no momento de sua (re)leitura; e pode ser reunido e disperso ainda muitas vezes, a partir dos efeitos de sentidos produzidos, consolidados, rejeitados ou silenciados no discurso jornalístico em circulação contínua.

O arquivo produzido pelo WikiLeaks e suas inúmeras possibilidades de leitura nos permitem, portanto, a compreensão “de que algo funciona (...) para além do literal, para além da leitura autorizada pelas instâncias oficiais de arquivos, para além da ordem do repetível” (ROMÃO et al., 2010, p.130). É este entendimento que nos permite discutir não só a constituição do arquivo, mas também o trabalho de leitura e interpretação exercido sobre ele, já que o material de arquivo está sujeito à interpretação e não

representa um espaço de comprovação, de interpretação unívoca, como observa Nunes (2007, p.374).

Durante o trabalho de leitura do arquivo do WikiLeaks, os próprios jornalistas relataram a percepção importante de que as informações contidas nos documentos, independentemente de sua quantidade, não eram *a verdade*. Seria preciso, pois, um processo cuidadoso de interpretação, já que o material, com frequência, apenas sinalizava para parte da verdade (LEIGH; HARDING, 2011, p.108). Logo, como salienta Salomon (2011, p.14), a abertura de arquivos não representa, de modo ingênuo e ordinário, a imagem “de uma verdade escondida que seria tornada finalmente visível em toda sua transparência”. Ela é uma condição necessária, “mas insuficiente da verdade”, já que não é uma consequência imediata e automática dessa abertura. Além disso, “aquilo sobre o que silencia um documento é muitas vezes mais importante do que aquilo sobre o que ele fala”.

3.1.1 A história e a historicidade no trabalho de leitura do arquivo

Em seu texto “Ler o arquivo hoje”, como já trouxemos anteriormente, Pêcheux (2010b, p.51) levanta a questão sobre as formas de leitura do arquivo, e sobre como os conflitos explícitos “remetem em surdina a clivagens subterrâneas” entre maneiras diferentes, e até contraditórias de ler o arquivo. Gestos de leitura, assim, estariam subjacentes à construção, ao acesso e à interpretação dos arquivos.

Ao fazer uma retomada histórica, Pêcheux observa, para além das evidências, uma divisão social do trabalho de leitura:

a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”... (Pêcheux, 2010b, p.52-53)

Mesmo reorganizada de diferentes formas ao longo da história, a divisão social do trabalho de leitura sempre existiu, e Pêcheux (2010b, p.55) alerta para a ilusão do arquivo como instrumento neutro e independente, o que resultaria em “uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos”.

O arquivo, como já vimos, não é dado a priori, não é o espaço detentor da verdade ou um conjunto de dados ou informações sem história. Derrida (2001, p.22) afirma que “não há arquivo sem exterior”, e Roudinesco (2006, p.9) observa que o arquivo “destruído, presente, excessivo ou apagado é a condição da história”. Entretanto, conforme a autora, se tudo está arquivado, a história como criação já não é possível, ao mesmo tempo em que se tudo está apagado, se nada está arquivado, a história tende para a fantasia e o delírio. Trabalhamos, assim, no limite entre a verdade absoluta e o delírio do eu, e é a materialidade da língua, no novo discurso que se constrói junto com o arquivo e os discursos que vão surgir a partir dele, que serve de ancoragem para uma observação do funcionamento discursivo do arquivo em sua relação com a história. É desse modo que buscamos fugir do desejo do sentido único (verdade absoluta), assim como da infinidade possível dos sentidos (delírio do eu).

Segundo Pêcheux (2012, p.54), é porque há o *outro* nas sociedades e na história, que pode haver “ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”, e se todo discurso é suscetível à interpretação, assim como foi construído a partir de um gesto interpretativo, o arquivo não pode ser relegado a um efeito de verdade, ou de univocidade de sentidos. Por isso vemos, sob a perspectiva da Análise do Discurso, a possibilidade de trabalhar com os efeitos de sentidos gerados pelo trabalho de leitura do arquivo do WikiLeaks pelo jornalismo.

Orlandi (2012, p.41) também lembra que em Foucault, “a leitura é a arqueologia – passagem do documento ao monumento”. Sob essa perspectiva, não é possível olhar para o discurso como sendo transparente, “mas cuja opacidade inoportuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar (...) a profundidade do essencial” (FOUCAULT, 2010, p.157). A partir de uma análise arqueológica busca-se definir, entretanto, não as representações, pensamentos e temas que poderiam estar ocultos ou manifestos nos discursos, mas os discursos em si, tomados como práticas que obedecem a regras. Tal análise “se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*” (FOUCAULT, 2010, p.157). Olhar para o discurso jornalístico baseado no WikiLeaks significa justamente pensar o arquivo, o documento como monumento. Já não olhamos para os sentidos dados mas, analisando o discurso em si, como diz Foucault, buscamos descobrir as recorrências e os efeitos de sentidos velados pela ilusória ideia da transparência do arquivo.

Sabemos ainda que em todo esse processo de constituição, circulação e interpretação do arquivo, estão envolvidos sujeitos filiados a certas formações

discursivas. Sujeitos que, constituídos pela linguagem, são condenados a significar. Orlandi (2008, p.22) lembra que o sujeito *é* a interpretação, pois ao fazer significar, ele significa. “É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá”.

Pêcheux também tratou de lembrar que a Análise do Discurso é uma disciplina de interpretação (Pêcheux, 2011, p.229); filiada ao campo das pesquisas linguísticas, entretanto, não pode deixar de ter em conta a materialidade da língua. O autor explica que a questão do sentido no interior da sintaxe surge a partir da percepção de que o deslize, a falha, ambiguidade são constitutivos da língua. Sendo assim, é a relação entre a “língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura do arquivo” (PÊCHEUX, 2010a, p.58).

Ao discutir o que significa ler o arquivo hoje, Sargentini (2014, p.29), com base em Foucault, fala em *ler a circulação de sentidos*, “articulando os princípios de *dizibilidade, conservação, memória, reativação e apropriação* àquele de *circulação* no qual estão envolvidos o gênero e o tipo de suporte, a quantidade, a intensidade, a velocidade, a materialidade”. A autora pensa a circulação, assim, associada a esses outros princípios que são definidos e limitados no trabalho de arqueologia, de descrição do arquivo em Foucault (2013).

Ao tratarmos dos limites da *dizibilidade*, por exemplo, estamos falando das possibilidades do dizer, dos domínios de discurso constituídos e, no caso de nosso *corpus*, é possível dizer que esse limite foi *forçado*, ou seja, a forma de emergência dos dizeres do discurso em análise nesta pesquisa e especialmente os limites de seu domínio foram modificados – fala-se atualmente de algo sobre o que não era possível falar, pois no domínio discursivo do jornalismo, por exemplo, não havia espaço destinado a esses discursos (aqueles reunidos no arquivo do WikiLeaks), já que pertenciam apenas ao domínio restrito da diplomacia; o que se relaciona exatamente com outro princípio trazido por Foucault: as formas e os limites da *conservação*. O autor sugere que questionemos, ao analisarmos os discursos, quais deles são colocados em circulação, em que grupos, e ainda, quais são reprimidos e censurados. Essa observação conduz à discussão também dos limites e formas da *apropriação*, já que o autor questiona: “quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso? Como é institucionalizada a relação do discurso com aquele que o detém, com aquele que o recebe? (...) Como se

desenrola (...) a luta para o domínio dos discursos?” (FOUCAULT, 2013, p.10). No arquivo do WikiLeaks em sua relação com o discurso jornalístico, essa luta é bastante perceptível e, pelo processo de circulação, podemos observar ainda os limites e as formas da *memória*, pela análise dos enunciados reconhecidos como válidos em relação aos abandonados, ou em relação aos enunciados passados (como veremos mais adiante neste capítulo), assim como as formas de *reativação*, que dizem respeito à relação com os discursos aos quais nos remetemos, que são valorizados e qual papel os fazemos desempenhar (FOUCAULT, 2013, p.10). Vejamos esses princípios elencados no quadro a seguir:

Quadro 3

Princípios de descrição do arquivo	Arquivo do WikiLeaks
Dizibilidade – de que é possível falar?	Limites de dizibilidade <i>forçados</i> e modificados entre o domínio do discurso da diplomacia e o do discurso jornalístico.
Conservação – quais enunciados são colocados em circulação e em que grupos? Quais são reprimidos e censurados?	Enunciados até então contidos e restritos ao domínio da diplomacia, foram postos em circulação pelo WikiLeaks e pelo discurso jornalístico, gerando tentativas e formas de censura.
Memória – que tipos de relações são estabelecidas entre os enunciados presentes e o <i>corpus</i> de enunciados passados?	O discurso jornalístico traz novas formulações a partir da relação entre o discurso trazido pelo WikiLeaks e aquele que ele próprio produziu até então. Ao mesmo tempo, há também o retorno de pré-construídos que caracterizam a FD jornalística de política internacional.
Reativação – entre os discursos, quais são os que remetemos, que valorizamos, que tentamos reconstruir?	O discurso jornalístico busca reconstruir, a partir do arquivo do WikiLeaks, um discurso da visão americana sobre o Brasil, valorizando as declarações dos representantes daquele país.
Apropriação – quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso?	Há uma luta pelo domínio e pelo acesso ao discurso do arquivo que analisamos: governo/diplomacia x WikiLeaks x mídia. Além disso, há também uma importante apropriação e luta pelos sentidos.
Circulação – qual é a materialidade, a velocidade, o suporte do arquivo?	Um arquivo concebido a partir de <i>vazamentos</i> , possibilitado pelas novas tecnologias, que permite a reconfiguração de outros espaços discursivos, como o do jornalismo, pela sua circulação.

Fonte: Foucault, 2013; Sargentini, 2014; quadro elaborado pela autora

É importante lembrar, como fizemos no quadro, que ao trazermos tais princípios de descrição do arquivo, estamos ainda tratando de sentidos. Assim, ao falarmos da *conservação* de certos enunciados, das relações estabelecidas entre enunciados presentes e passados (*memória*), da remissão que fazemos a eles (*reativação*) ou da *apropriação* dos dizeres, estamos considerando também o processo de produção de sentido. Assim, há pela releitura dos arquivos do WikiLeaks no discurso jornalístico uma movimentação na rede de sentidos pelo funcionamento do novo arquivo, o que modifica os limites da *dizibilidade*, assim como há a recorrência de certos sentidos já cristalizados, ou seja, pré-construídos que caracterizam a FD jornalística de política internacional e que retornam pela apropriação que o jornalismo faz desse discurso.

Esses princípios são essenciais a esta pesquisa, especialmente quando associados à circulação, como sugeria Sargentini, já que não estamos analisando o arquivo estanque, condicionado a apenas um espaço, mas os sentidos que emergem a partir de sua circulação por meio do discurso jornalístico. Temos, portanto, uma discussão que se encaixa no processo das descontinuidades históricas de que fala Foucault, e estamos tratando de uma “nova forma de localização e de circulação do discurso na sociedade” (FOUCAULT, 2013, p.7) ou seja, procuramos discutir as transformações que constituíram essa mudança e afetaram o espaço discursivo.

Esse algo da exterioridade que é interno ao próprio discurso, como bem observa Mittmann (2010, p.85), não pode ser ignorado e deve ser considerado no trabalho de leitura do arquivo. Além disso, todos esses fragmentos e saberes dispersos que o texto, assim como o arquivo, reúnem, trazem consigo aquilo que foi capturado do interdiscurso, recortado pela *memória discursiva*.

3.2 O jogo de forças da memória entre o arquivo e o discurso

O arquivo, segundo Leandro Ferreira (2011, p.175), está estreitamente ligado às noções de memória discursiva, sentidos e interdiscurso. “O arquivo envolveria tanto as materialidades sob investigação como um modo de observar seu funcionamento e mudança no seio de uma sociedade”. Além disso, é essencial considerar o arquivo em sua relação com a formação discursiva, como propõe Mittmann (2014). Levando em conta o papel da ideologia na sua constituição, a autora propõe “pensar o arquivo no jogo de forças entre posições-sujeito de uma mesma formação discursiva ou entre formações discursivas, a partir da intervenção da memória” (MITTMANN, 2014, p.37).

Pêcheux (2010c, p.52) define a memória discursiva como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos ((...) os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Sobre a memória existiria sempre um jogo de forças que pode absorver e eventualmente dissolver o acontecimento, sob uma estabilização parafrástica, mas que também pode desregular, perturbar, essa rede de implícitos. Na leitura de arquivo, esse processo se apresenta pelas possibilidades de reprodução ou estabilização dos sentidos, ou de transformação, ou seja, da construção de sentidos outros a partir do trabalho de interpretação.

A remissão de um discurso a outros discursos, portanto, se faz entre aquilo que a memória ignora e aquilo que ela resgata do interdiscurso e, na leitura do arquivo, isso não tem a ver com uma temporalidade cronológica ou empírica, por exemplo, como explica Nunes (2007, p.376), mas é um processo que pode “simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro (...). Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem”.

Ao introduzir a noção de memória discursiva na análise do discurso político, Courtine (2009, p.105-106) a associa “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Em suas análises, o autor atenta para o fato de que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – **faz circular** – formulações anteriores, já enunciadas” (COURTINE, 2009, p.104). É preciso atentar, entretanto, que pela concepção de memória que trazemos não se trata de localizar discursos já ditos, em um processo de repetição; Achard (2010c, p.16) fala em *regularização*, tratando da memória como uma questão social, que se situaria “em uma oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre os discursos em circulação”.

Indursky (2011, p.71) observa que a memória de que se ocupa a AD é social: “É a noção de *regularização* que dá conta desta memória”. O discurso se dá sob a repetibilidade e cabe-nos questionar a natureza dessa repetição. A memória discursiva, não diz respeito a todos os sentidos, como o interdiscurso, mas “aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva”. E ainda, “a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados” (INDURSKY, 2011, p.87).

Mittmann (2008, p.121-122) aproxima as noções de memória e arquivo, lembrando que os dois não são espaços estáveis e homogêneos, mas de conflito, desestabilização. A diferença, no entanto, estaria no fato de que enquanto a estabilização que se dá no arquivo ocorre em função do efeito de totalidade, “e para isso é preciso rechaçar e controlar de fora para dentro, a estabilização da memória se dá pelo efeito de já-sabido, a partir de um movimento de dentro para fora, que envolve a abertura à recepção e a acomodação”.

Nesse sentido, o WikiLeaks tomado como arquivo deve ser considerado como um lugar instável e de conflito. É certo que a constituição deste arquivo não surge de forma totalmente aleatória, mas a partir de condições de produção específicas do contexto sócio-histórico atual. É certo também que tudo aquilo que este arquivo acolheu, assim como tudo o que ele interditou, tem a ver com sujeitos inseridos em certas formações discursivas que foram levados a este trabalho de inclusão-exclusão a partir da memória discursiva (como via de acesso ao interdiscurso), a qual permite a regulação, do que pode ou deve ser dito, além daquilo que deve ser refutado.

Nesse processo de construção do discurso em seu eixo horizontal, em que há o resgate de objetos do interdiscurso por meio da memória discursiva (os quais manifestam-se pelas marcas de pré-construídos e do discurso transversal), há uma outra noção que parece explicar uma relação bastante específica entre o arquivo do WikiLeaks e a leitura produzida pelo discurso jornalístico: são os *lugares de memória*. Esta noção tomada de Pierre Nora (1993, p.22) diz respeito a objetos, eventos, celebrações, documentos, etc. que tem como objetivo, razão fundamental parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, “fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentidos num mínimo de sinais”. Para o autor, produzir arquivo é o imperativo de nossa época e espaços como um depósito de arquivos, ou um testamento somente tornam-se lugares de memória se investidos de aura simbólica ou tornados objetos de um ritual. Segundo o autor, “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p.22).

Considerando essa perspectiva, acreditamos que seja possível tomar o arquivo do WikiLeaks também como um **lugar de memória** para o discurso da FD jornalística de política internacional. Levando em conta que a memória discursiva se refere aos dizeres autorizados em certa FD e àqueles que ela refuta, podemos afirmar com Indursky (2011, p.87), que também discutiu os lugares de memória, que “determinados sentidos que não

podiam ser ditos em uma FD, em função das mudanças conjunturais, a partir de um determinado momento, passam a ser autorizados”. E ainda, se ler o arquivo hoje significa, como diz Sargentini, observar a circulação dos sentidos e relacionar dizeres e memória ao suporte, à materialidade do arquivo, podemos fazê-lo ao observar, pela reunião de discursos dispersos, como o WikiLeaks constitui-se em um lugar de memória até então inexistente, o qual permitiu ao discurso jornalístico, a partir de sua formação e circulação, autorizar certos dizeres que eram impossíveis até essa mudança conjuntural que permitiu sua constituição e circulação. Para Nora (1993, p.27), “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”.

Observemos as sequências discursivas a seguir:

Recorte 7 – o WikiLeaks como lugar de memória

sd23 - (29/11/2010) A Folha leu com exclusividade seis dos 1.947 telegramas despachados a partir de Brasília. Tratam de possíveis ações de ativistas de origem árabe no país. No comunicado secreto de 2008, o embaixador Clifford Sobel confirma de maneira indireta alguns relatos já conhecidos, **mas sempre negados** pelo governo brasileiro.³⁴

PF disfarça prisão de terroristas, dizem EUA

A intenção da administração do presidente Lula de **negar** a existência de células terroristas do país se daria por duas razões, segundo o norte-americano. Primeiro, um temor de “estigmatizar” a comunidade árabe no Brasil. Segundo, o receio de “prejuízo para a imagem” da chamada tríplice fronteira (entre Brasil, Argentina e Paraguai) como destino turístico.

sd24 – (03/12/2010) A recusa brasileira relatada pelos norte-americanos **contrasta** com declarações públicas de integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.³⁵

Brasil recusou dar refúgio a presos de Guantánamo

A recusa brasileira relatada pelos norte-americanos contrasta com declarações públicas de integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto em privado a administração Lula se recusava a admitir o recebimento dos presos, em público o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Paulo Vannuchi, sinalizava em **direção oposta**. Em março de 2009, Vannuchi **disse ser favorável** a receber os presos de Guantánamo "por uma perspectiva de direitos humanos".

³⁴ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2911201002.htm>>. Acesso em jul/2015.

³⁵ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0312201013.htm>>. Acesso em jul/2015.

sd25 (04/12/2010) - Documentos sigilosos do Ministério da Justiça obtidos pela Folha **desmentem** a versão do Itamaraty de que o Brasil não estava preocupado com ações de terrorismo por ocasião da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, organizados pelo Rio. Os papéis agora descobertos mostram que o governo se equipou contra terroristas, **diferentemente da versão oficial que fez circular.**³⁶

Itamaraty, **que hoje admite** preocupação com terrorismo na Copa e na Olimpíada, **tentou esconder** temor em 2007

Ao discutir a noção de memória discursiva, Mittmann (2008, p.120), fala em um *estofamento* que dá suporte ao novo discurso. “A interpretação – seja no processo de produção, seja no de leitura – só ocorre por causa da conformidade ou conformização da memória”. É assim que a memória parece funcionar no discurso da FD em análise. A memória está ali, como se à espera do novo discurso, acomodando os dizeres. Ao mesmo tempo, porque esse funcionamento não ocorre de forma pacífica, sempre pressupõe deslocamentos: “o mesmo estofamento (...) precisa remodelar-se diante do impacto desse novo acontecimento, para melhor absorvê-lo e acomodá-lo.” Está constituído, assim um jogo de forças. Ao mesmo tempo em que a memória pode absorver o acontecimento, estabilizando novamente os sentidos, há também um sempre novo movimento a cada acontecimento, o que nos permite dizer que é a partir desse jogo que *a memória sustenta o movimento dos sentidos* (MITTMANN, 2008, p.120).

Assim, tendo o arquivo do WikiLeaks como um novo lugar de memória, como discutimos anteriormente, a FD jornalística de política internacional traz dizeres que não são novos, mas que foram transformados, reacomodados após serem absorvidos pelo funcionamento da memória. Se antes, pois, havia um discurso oficial reproduzido pelo discurso jornalístico, agora não há somente a reprodução do discurso trazido pelo arquivo do WikiLeaks, mas um jogo entre esses dois espaços de memória, que acabam por fazer surgir um discurso que nasce como de denúncia (*conhecidos, mas sempre negados pelo governo; desmentem a versão do Itamaraty; contrasta com declarações públicas*), mas que acaba por ser encoberto pelos pré-construídos em funcionamento na FD, reforçando a crítica ao governo brasileiro em detrimento da crítica aos americanos. De qualquer modo, é importante destacar que esse processo ocorre ainda dentro de um **jogo declaratório** entre os dizeres trazidos pelo WikiLeaks (declarações de representantes do

³⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0412201015.htm>>. Acesso em jul/2015.

governo americano), e aqueles já estabilizados no discurso jornalístico (declarações de representantes do governo brasileiro).

Vemos que ao mesmo tempo, como dizia Mittmann (2008), há a tentativa de estabilização daquilo que a memória traz de novo – há o encaixe daquilo que o WikiLeaks traz para o discurso jornalístico; mas há também uma nova movimentação, já que o discurso jornalístico não é mais o mesmo, pois ao resgatar seu próprio discurso, transforma-o com a chegada dos novos dizeres, fazendo nascer o discurso da denúncia. Podemos dizer que o pré-construído se apresenta, pois, no discurso desta FD, como um posicionamento de crítica e denúncia ao governo brasileiro, e de certa submissão às declarações dos Estados Unidos, de um modo geral. Nesse processo, é possível perceber como um discurso (um arquivo) que **nasce como resistência** no WikiLeaks, é afetado pelo tradicional no jornalismo da Folha de São Paulo e novamente transformado pela sua reinterpretação. É um discurso de **reafirmação** de dizeres, disfarçado como denúncia.

Discutimos neste capítulo como o arquivo do WikiLeaks funciona em um contínuo processo de **reunião e dispersão**. A partir de sua circulação por meio do discurso jornalístico, o arquivo do WikiLeaks opera como um *lugar de memória*; um novo espaço que permite movimentações na formação discursiva em análise, que passa a acolher saberes até então interditados. Pelo jogo de forças da memória, esse discurso estabiliza o novo, ao mesmo tempo em que produz novos efeitos de sentido. Foi o que pudemos observar por meio de um **enfrentamento** entre aquilo que é resgatado pela memória do discurso jornalístico em relação às declarações do governo brasileiro, e os dizeres dos representantes políticos americanos. Desse processo surge um **discurso de reafirmação** de dizeres disfarçado de denúncia que, na verdade, continua dentro de um jogo de declarações.

4 O VAZAMENTO E AS FORMAS DE ACESSO

*“Who was to say what effect these disclosures would have, even if, on one level, they were revealing things that were in some sense known? The very fact of publication often served as **authentication** and **verification** of things that were suspected.”* (David Leigh e Luke Harding)

Tendo discutido o WikiLeaks em sua constituição como arquivo, as características e regularidades do discurso jornalístico produzido a partir dele, cabe-nos ainda tratar de algumas questões relacionadas a certas especificidades deste arquivo. Neste capítulo, buscamos entrelaçar as noções de **vazamento**, **circulação** e **acesso**, considerando algumas condições de produção importantes como o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks para o meio digital e a relação entre o que chamamos de espaços de legitimação.

Após os grandes vazamentos lançados pelo WikiLeaks e publicados pelos primeiros jornais parceiros, algumas formas de censura foram impostas à organização, como já descrevemos no primeiro capítulo. Entre elas, chama a atenção o comportamento do governo americano, seus departamentos e instituições a ele ligados. A livraria do Congresso³⁷ bloqueou o acesso ao WikiLeaks, e os Arquivos Nacionais³⁸ impediram até mesmo buscas em sua base de dados sob a palavra-chave WikiLeaks. O Pentágono criou ainda um filtro automático para bloquear qualquer e-mail não só recebido, mas enviado a partir do local, contendo a palavra WikiLeaks. Uma medida que causou contratemplos: os advogados do Pentágono que preparavam o caso contra Manning (suposta fonte do vazamento dos *Cablegates*), descobriram que não estavam recebendo e-mails importantes do juiz e dos advogados de defesa. Ainda assim, o filtro não foi removido, mas endereços alternativos teriam sido criados.

Estas informações são trazidas por Assange (2015, p.09) na introdução de um livro em que jornalistas reuniram por temas os documentos vazados com o objetivo de, a partir deles, tratar do papel dos Estados Unidos no mundo, trazendo questões como crimes de guerra, as relações do país com a Europa, com a América Latina e com alguns outros países. O trabalho se justifica, segundo Assange, pelo fato de que análises do material

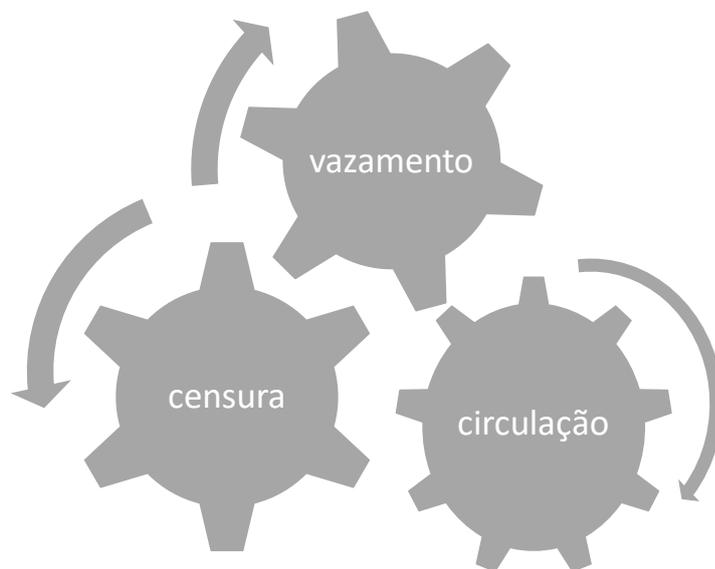
³⁷ Library of Congress.

³⁸ The US National Archives.

publicado pelo WikiLeaks foram feitas por estudiosos de diferentes áreas como Direito, Linguística, Estatística, Economia, etc. mas, segundo o ativista, há poucas publicações na área das Relações Internacionais. As revistas americanas da área dominam de forma global os estudos das Relações Internacionais e, para Assange, deveriam ser um espaço natural de discussão e análise dos vazamentos; a censura imposta pelos EUA explicaria a falta de abordagens dessas questões. Ele traz o exemplo de uma revista americana (*International Studies Quarterly - ISQ*), que adotou uma política contra a aceitação de artigos baseados em material do WikiLeaks. Ainda nesse sentido, a *School of International and Public Affairs* da Universidade de Columbia alertara seus alunos, na época, a não postarem *links* ou fazerem comentários nas redes sociais sobre os documentos vazados – tais atitudes questionariam a habilidade dos alunos para lidarem com informações confidenciais. Alerta, este, feito após o contato de um oficial do Departamento de Estado americano (ASSANGE, 2015).

Trazemos este relato para ilustrar justamente a relação que buscamos fazer nas discussões deste capítulo entre vazamento, circulação e censura. Quando um funcionamento é acionado, também são os seguintes, como em uma engrenagem:

Figura 1



Se observarmos as direções das três engrenagens, vemos como aquela do vazamento roda na mesma direção que aquela da circulação, enquanto a da censura se move em direção oposta, dificultando o funcionamento das outras duas. Assim, do mesmo modo que o vazamento permite colocar em circulação discursos até então restringidos a um certo espaço, a censura sempre trabalha na tentativa de dificultar esse movimento.

4.1 O vazamento no ciberespaço

O fenômeno do WikiLeaks é um exemplo de como o ciberespaço se tornou um facilitador da propagação de discursos restritos e marginalizados. O ano de 1984, segundo Malini e Antoun (2013, p.19), é “o ano da invenção do ciberespaço”, concebido como um “território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens”. Os fóruns e grupos de discussão *online* foram os protagonistas dessa realidade. Hoje em dia, podemos questionar até a própria delimitação entre o ciberespaço e a realidade física dos indivíduos, já que, pelo modo como os sujeitos lidam com os vários aspectos de sua vida (trabalho, estudo, lazer) é bastante difícil traçar uma linha que separe tais esferas. De qualquer modo, interessa-nos trazer para esta discussão o modo como o ciberespaço permitiu movimentações em espaços logicamente estabilizados, trazendo novas discursividades.

Os grupos de discussão, como dissemos, foram os protagonistas de uma forma de ativismo político que cresce ainda hoje. O mais interessante é observar como esses grupos conceberam (e concebem) o uso do *vazamento*:

Na história da militância política, a Internet dos grupos de discussão vai inaugurar a política do vazamento como *modus operandi* para fazer chegar aos diferentes usuários de todo o mundo as informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis (...) (MALINI; ANTOUN, 2013, p.17, grifo nosso).

Vemos, portanto, como no ambiente do ciberespaço a ideia de *vazamento* ganha um estatuto não acidental, ou de raridade, mas de *prática política*, como um *modo de fazer* dos processos discursivos de militância e ativismo.

Thompson (1998, p.129), ao tratar da administração da visibilidade de governantes políticos ao longo da história, explica que o vazamento pode ser entendido como “uma falha no esforço de administrar a relação entre a região frontal e o comportamento de fundo”. Conforme o autor, trata-se de uma revelação intencional, de alguém que decide tornar público algo que sabe ser reservado, e que sabe também das consequências a serem sofridas se descoberto como fonte da revelação; mesmo assim, o sujeito responsável pelo vazamento assume os riscos, pois acredita que aquilo que vaza deveria ser de domínio público.

Flynn (2011, p.25) observa que a definição de vazamento não é bem clara e, baseada em Tiffen (1989), explica que o termo pode significar uma fonte não autorizada que repassa informações a um jornalista; como pode também envolver uma fonte autorizada e dotada de poder político e status, que tira proveito da mídia para dar respaldo às suas denúncias.

Considerando, de modo mais específico, o ciberespaço, o vazamento também pode ser tomado como um exemplo de ciberativismo, segundo Milan (2013). A autora (MILAN, 2013, p.191) define o ciberativismo como ações coletivas no ciberespaço que chamam a atenção para a infraestrutura de certas redes ou exploram características técnicas e ontológicas dessa infraestrutura em prol de uma mudança política ou social. O vazamento pode ser parte dessa realidade, já que tira proveito da capacidade de distribuição da Internet. Milan (2013, p.193) observa que o WikiLeaks mudou a percepção sobre o ciberativismo e desafiou nossa compreensão sobre ações coletivas nos tempos da Internet. Esse tipo de ciberativismo, conhecido como hackativismo, indica precisamente o trabalho feito pelo WikiLeaks: o uso, politicamente motivado, do conhecimento técnico em prol de uma mudança ou *ajuste* na sociedade através de softwares e ações online³⁹.

É, pois, nesta realidade que novas formas de denúncia e vazamento estão acontecendo. Novos personagens, não apenas jornalistas, trazem a público discursos reveladores e aparecem em categorias como *informantes*, *depoentes*, *vazadores*, *denunciantes* ou *delatores*, as quais podem contribuir ou não para legitimar o que dizem (CHRISTOFOLETTI, 2016). Em língua inglesa, o termo comumente utilizado na

³⁹ “Hacktivism indicates the politically motivated use of technical expertise like coding: activists seek to fix society through software and online action” (MILAN, 2013, p.193).

atualidade e no caso do WikiLeaks é *whistle-blower*⁴⁰, o qual acredita-se ter sido cunhado a fim de opor-se a expressões que, parafrasticamente, apresentariam um efeito de sentido negativo, como *informant*, *snitch*, *traitor*. Estas expressões poderiam ser livremente traduzidas como *informante*, *dedo duro* e *traidor*, associadas à ideia de espionagem e bastante utilizadas em períodos de guerra como, por exemplo, o da Guerra Fria.

Um *whistle-blower*, conforme Thorsen et. al. (2013, p.102), é alguém que revela informações à mídia por acreditar que é preciso chamar a atenção para algum crime, injustiça ou malfeito⁴¹. Nessa perspectiva, o papel do *whistle-blower* pode ser visto como uma forma de engajamento civil, um passo à frente em se tratando do testemunho de cidadãos, como explica Allan (2013). No caso do WikiLeaks, por exemplo, testemunhar significa muito mais do que oferecer descrições ou opiniões pessoais, pois envolve a leitura, reunião e o compartilhamento de itens privados a fim de chamar a atenção para o interesse público (ALLAN, 2013, p.152).

Foi no início do século 20 que o vazamento (*leak*) ganhou esse efeito de sentido, pelo qual repórteres têm acesso a informações que *escapam* de modo accidental. Atualmente, o termo é utilizado mais amplamente para significar, como explicam Zelizer e Allan (2010), uma variedade de práticas que envolvem o compartilhamento accidental ou estratégico de informações para chamar a atenção das mais diversas ações. Os *whistle-blowers* fazem parte desse grupo e representam um tipo distinto de *vazamento*, normalmente intencional e motivado por uma razão idealista, como um ato de honra, por exemplo.

Novamente podemos observar, a partir dessas definições, como realmente modificaram-se as relações entre fontes e jornalistas, e como o modo pelo qual as informações circulam já não é o mesmo. É preciso considerar, assim, o papel de outros sujeitos nesse processo, assim como aquilo que é tomado como fonte primária na revelação de informações e na produção dos discursos jornalísticos. Temos, nessa categorização de sujeitos, diversos papéis sendo cumpridos, *lugares etiquetados* que, mesmo ao se modificarem, continuam a delimitar certos **espaços de legitimação**. Além disso, é preciso considerar que, pelo próprio processo de textualização, como explica

⁴⁰ O termo *whistle-blowing*, conforme a pesquisa de Thorsen et. al. (2013, p.102), foi cunhado por um ativista americano chamado Ralph Nader, em 1971. Uma tradução livre (nossa) para o termo poderia ser no sentido de *soprar*, associado à ideia de *dizer algo em segredo, às escondidas*.

⁴¹ “A whistle-blower is usually cast in a positive light; that is, as someone who discloses confidential information to the press reluctantly, in the belief it is necessary to do so because public attention must be directed to a perceived wrong, crime or injustice” (THORSEN et. al., 2013, p.102).

Gallo (2013), em que o sujeito assume sua posição no discurso, cria-se um novo espaço de legitimação, ou seja, um novo espaço de disputas. Estamos querendo dizer, apenas, que uma tomada de posição (na posição-sujeito, na formação discursiva) representa sempre uma forma de **disputa de legitimidade**.

No discurso que analisamos, podemos ver como há essa disputa entre o *whistle-blower*, o WikiLeaks e o jornalismo. Cada um desses personagens, em um certo ponto do processo, detém a informação e o poder de divulgá-la. Todos eles são sujeitos no trabalho de leitura e interpretação do discurso, ao dele se apropriarem, produzindo movimentações a partir de seus próprios lugares. Todos esses sujeitos podem levantar a bandeira do engajamento civil e da necessidade de chamar a atenção pública para certas questões. A legitimação, entretanto, funciona de forma diferente, já que o *whistle-blower* e o WikiLeaks associam sua legitimidade à revelação de *toda* a verdade, enquanto no jornalismo, a legitimação se dá não só pela revelação da verdade, mas de uma verdade que pode apoiar-se em um discurso de confiança e especialização, como trouxemos anteriormente ao tratarmos do campo tomado como um sistema perito. De qualquer modo, cada um desses sujeitos precisa se reconhecer portador de certa legitimidade para que seja possível *revelar a verdade*.

4.2 Discursividade digital

Nossa pesquisa não diz respeito especificamente ao discurso produzido no espaço digital, mas consideramos essencial trazer algumas questões que se relacionam com nosso objeto de análise e que contribuem para sua compreensão. Na seção anterior, a discussão do fenômeno do *vazamento* no âmbito do ciberespaço se justificou justamente porque foi esse espaço que propiciou o surgimento do WikiLeaks. Do mesmo modo, ao analisarmos o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks por meio da Folha de São Paulo, tomamos como *corpus* as matérias publicadas não só no jornal impresso, mas também em sua versão *online*. Por essa razão, discutiremos a constituição no discurso no espaço digital e buscaremos olhar para o nosso *corpus* também a partir desta perspectiva.

Gallo (2013, p.199) compreende o *online* “como uma das discursividades específicas da rede Internet”. Para a autora, já há uma constituição híbrida do sujeito na discursividade *online*. Da mesma forma, ao tomar a tecnologia como instância de produção dos discursos, Dias (2013) não considera esta e a linguagem como dois elementos independentes que se somam, mas “enquanto uma relação de sentidos

possíveis que venha a perturbar os sentidos estabilizados que a tecnologia produz na sociedade contemporânea, sobretudo a partir da tecnologia digital, cujo efeito é o de completude” (DIAS, 2013, p.59).

Neste ponto, podemos retomar também o que diz Sargentini (2014) sobre “ler a circulação dos sentidos”, ao considerar que o princípio da circulação, associado ao suporte, gênero, quantidade, intensidade, velocidade e materialidade, é essencial para a leitura do arquivo atualmente. É o que considera também Pequeno (2015, p.23), ao afirmar que “o aspecto técnico da produção do arquivo é também constituído política-histórica-ideologicamente”, ou seja, “não é somente um discurso, o único instrumento de transformação do qual dispõe a prática política, mas todo funcionamento discursivo, inclusive aquele decorrente das práticas técnicas” (PEQUENO, 2016, p. 30-31). Desse modo, não é possível analisar o discurso produzido *no* meio digital, ou mesmo *para* o meio digital, sem considerar como essa materialidade trabalha lado a lado com a linguagem na produção dos sentidos.

Em nosso *corpus* discursivo, pudemos verificar que a produção jornalística a partir do arquivo do WikiLeaks foi bastante similar nas versões impressa e *online*. Nossa compreensão foi a de que a versão impressa trabalhou como suporte da versão *online*. Assim, no dia em que as matérias eram publicadas no jornal impresso, o site da Folha trabalhava com chamadas e pequenos resumos das notícias, que encaminhavam a leitura para o impresso. Nenhuma matéria foi publicada *online* sem haver circulado de forma impressa; algumas foram reproduzidas igualmente, outras bastante resumidas. Digitalmente, o diferencial foi a disponibilidade dos documentos analisados (vários deles traduzidos para o português) por meio de *links*, e a apresentação de alguns gráficos e imagens mais elaborados. Ainda hoje no ar, uma seção da Folha *online* reúne todo o material (notícias, áudios, comentários, documentos, etc.) relacionado ao WikiLeaks⁴², não somente do período da divulgação dos papéis brasileiros, mas tudo o que diz respeito à organização, de um modo geral⁴³.

Ao nos debruçarmos sobre as notícias publicadas na versão *online* percebemos uma movimentação bastante significativa que demonstra, mesmo em meio a muita

⁴² <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/WikiLeaks/>

⁴³ É preciso considerar ainda que a relação com os leitores na versão *online* é diferente daquela que acontece na versão impressa. De qualquer modo, lembramos que ao tratarmos de circulação nesta pesquisa, o fazemos para discutir o processo que vai constituição do arquivo do WikiLeaks até o trabalho de releitura pelo discurso jornalístico. Considerar a participação e o acesso desse discurso pelo sujeito-leitor (comentários, acesso a *links*, etc.) neste processo demandaria um outro trabalho de pesquisa que não cabe neste momento, tamanha a sua complexidade.

repetição, como a discursividade digital é singular, e sua materialidade precisa ser levada em conta.

Observemos as sequências discursivas a seguir:

Recorte 8 – representação do WikiLeaks no impresso x representação do WikiLeaks no online

versão impressa

sd26 – (22/12/2010) EUA pressionaram por acordo que dificultava punir abusos

Itamaraty foi contra tratado que impedia julgamento de cidadãos norte-americanos em tribunal em Haia, **mostram telegramas**⁴⁴

versão online

sd27 – (21/12/2010) Brasil diminuiu parceria militar com EUA após sofrer pressão, **diz WikiLeaks**⁴⁵

versão impressa

sd28 – (09/01/2011) Jobim barrou concessões do Itamaraty na área nuclear⁴⁶

Despachos indicam que diplomata declarou que não havia obstáculo “técnico” a protocolo vetado pela Defesa

versão online

sd29 – (09/01/2011) Jobim barrou concessões do Itamaraty na área nuclear, **informa WikiLeaks**⁴⁷

⁴⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2212201008.htm>>. Acesso em jul/2015.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/849273-brasil-diminuiu-parceria-militar-com-eua-apos-sofrer-pressao-diz-WikiLeaks.shtml>>. Acesso em jul/2015.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0901201105.htm>>. Acesso em jul/2015.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/01/857075-jobim-barrou-concessoes-do-itamaraty-na-area-nuclear-informa-WikiLeaks.shtml>>. Acesso em jul/2015.

versão impressa

sd30 – (23/01/2011) EUA tentaram aliciar libaneses no Brasil⁴⁸

Telegramas **obtidos pelo WikiLeaks** mostram que meta era atrair comunidade a estratégias anti-Síria e anti-Irã

versão online

sd31 – (23/01/2011) EUA tentaram aliciar libaneses no Brazil, **revela WikiLeaks**⁴⁹

As sequências discursivas trazem os títulos e algumas linhas de apoio, no caso da versão impressa. Como podemos observar, estas não mencionam o nome WikiLeaks e não apontam para o arquivo; somente nas linhas de apoio há menção a telegramas e despachos. Em duas dessas sds (sd26 e sd28), nem mesmo assim o arquivo do WikiLeaks é colocado em cena, o que acontece apenas na sd30. É preciso dizer, no entanto, que estas notícias aparecem na página sob um *chapéu*⁵⁰ intitulado *WikiLeaks e os papéis brasileiros*.

O corpo do texto das notícias, nas versões impressa e *online*, é o mesmo. É, assim, na comparação entre os títulos e as linhas de apoio das versões, espaços de destaque que conduzem para a leitura, que podemos ver alguma movimentação, especialmente na relação entre o arquivo e o discurso jornalístico. Como já vimos nas análises do primeiro capítulo, o discurso jornalístico toma os dizeres como seus (o sujeito-jornalista toma para si a responsabilidade pelo dizer), e isso se observa tanto no corpo como nos títulos das matérias. Os títulos e linhas de apoio da versão *online*, entretanto, nos dão pistas de um relacionamento diferente com o WikiLeaks, já que o discurso direciona a ele a responsabilidade dos dizeres: *diz WikiLeaks; informa WikiLeaks; revela WikiLeaks*. Assim, enquanto nos títulos da versão impressa se diz que telegramas e despachos *mostram* ou *indicam* certas coisas, ou que o WikiLeaks *obteve documentos*; nas chamadas da versão *online* é o próprio WikiLeaks quem diz e, mais ainda, quem revela e informa.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2301201111.htm>>. Acesso em jul/2015.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/01/864746-eua-tentaram-aliciiar-libaneses-no-brasil-revela-WikiLeaks.shtml>>. Acesso em jul/2015.

⁵⁰ O *chapéu* é uma palavra, nome ou expressão utilizada acima do título para caracterizar o assunto ou o personagem da notícia (AGUIAR, Rafe, 2016).

Parece-nos, assim, que o meio digital faz reforçar a ilusão de que o WikiLeaks seria uma fonte primária. Nascido das possibilidades do ciberespaço, como dissemos anteriormente, o arquivo e a versão *online* do discurso jornalístico ocupam um mesmo espaço e, assim, *se veem* também a partir de uma diferente perspectiva. A legitimação parece funcionar, portanto, de forma um pouco diferente, já que enquanto para o jornal impresso o sujeito-jornalista é quem se apropria do discurso legitimando-o ao tomar o arquivo como fonte, o que acontece na versão *online* é que o discurso que o próprio WikiLeaks traz já é tido como legítimo, informativo e revelador. Mesmo que se saiba que o WikiLeaks é um espaço para o vazamento de informações que vêm de outros lugares, o ciberespaço, como disse Dias anteriormente, cria um efeito de completude: “a relação linguagem e tecnologia se constitui discursivamente no processo em que a ideologia da comunicação se torna uma necessidade de calar o silêncio, de apagar a incompletude da linguagem (e do sujeito)”, (DIAS, 2013, p.52). Esse desejo parece fazer com que se crie essa ideia de que o ciberespaço abarca o todo, pode tudo dizer, tem soluções para todos os conflitos.

Assim, enquanto o discurso das notícias de um modo geral, mas especialmente da versão impressa, acaba por construir o efeito, por meio de seus títulos e subtítulos, de que o percurso foi da fonte primária (que não é o WikiLeaks) ao jornalista, o qual produz um discurso declaratório, citando os personagens dos telegramas e despachos, assim como as respostas dos envolvidos; os títulos da versão *online* indicam um outro caminho: a fonte primária é *esquecida*, e o WikiLeaks é o responsável pelas declarações, pelas informações. Há, assim, outra forma de apagamento, que gera o efeito de tomar o WikiLeaks como fonte primária. A disponibilidade dos *links* como forma de acesso aos documentos, por exemplo, reforça esse efeito de autenticidade e verossimilhança. De qualquer modo que olhemos, portanto, haverá sempre e apenas um **efeito de acesso** à fonte primária. Mais do que isso, a outra questão importante continua sendo a dos **espaços de legitimação**, na disputa sobre qual sujeito coloca-se como dono do dizer.

Pereira (2016) explica que quando o sujeito se apropria das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ele as transforma em outra realidade, com outros funcionamentos. As TICs, assim, são ressignificadas como Tecnologias Relacionais, que têm a característica “de possibilitar ao (ciber)sujeito se colocar como construtor de uma nova sociabilidade e, portanto, de novas realidades”. Esse sujeito deixa de ocupar uma posição de usuário passivo, assumindo as informações como “constitutivas de seu modo de ser e agir”. Processo este que representa um deslocamento em relação à ideologia de

controle ligada ao desenvolvimento das TICs⁵¹; essa movimentação não faz com que essa ideologia desapareça, mas permite brechas, lugares de resistência. O WikiLeaks é um exemplo disso, como lembra o pesquisador (PEREIRA, 2016, p.59-60). Diríamos ainda que a relação que analisamos nesta seção, entre o arquivo do WikiLeaks e a versão *online* do discurso jornalístico, também o é, já que o sujeito do *online* produz discursividade a partir dessa mesma ideia de apropriação da informação, como algo que o constitui, e é isso que permite a movimentação que observamos na análise.

4.3 Controle, circulação e acesso

Como acabamos de citar na seção anterior, as Tecnologias da Informação e Comunicação nasceram a partir de uma ideologia de controle. Pensando no ciberespaço, Malini e Antoun (2013) discutem como as tecnologias de *vazamento* na Internet acabaram por fazer surgir, justamente, novas formas de controle, considerando suas possibilidades de circulação. Os autores explicam que “o novo modo de censura mira no compartilhamento e nas tecnologias de cooperação que permitem o vazamento de informação que tanto Estados quanto corporações de mídia querem sonegar” (MALINI; ANTOUN, 2013, p.195).

Os pesquisadores trabalham, assim, com as camadas de compartilhamento a serem controladas (das narrativas nas redes sociais; das plataformas tecnológicas por onde vazam as narrativas; da ordem do Direito), e é por isso que consideramos o tratamento da circulação tão essencial a esta pesquisa. Malin e Antoun (2013, p.199) explicam que há um hiato ocupado pela Internet entre “um poder pós-moderno que sonega e uma sociedade que se liberta dos antigos polos de emissão”, e é por esse motivo que “no lugar de polícia contra a mídia de vazamento, o novo cerceamento do poder à sociedade será marcado pela capacidade de **controle de produção da linguagem**”; esta produzida “pela multidão de singularidades em rede”. Além disso, os autores observam que ao gerir o compartilhamento, “o novo pacto hegemônico do capitalismo 2.0” não busca comandar a produção, mas **controlar a circulação**; “isso porque o valor não se extrai mais do tempo do trabalho necessário, mas do controle do tempo da difusão da

⁵¹ Pereira (2016, p. 58-59) toma a Cibernética como discurso fundador da discursividade digital contemporânea e, ao trazer o percurso dessa ciência, explica que ela “sintetiza a ideologia do controle por meio da comunicação e da informação” de diferentes formas: na definição de seus pressupostos teóricos, na formulação de seus conceitos basilares, e de sua nomenclatura como nova ciência.

inovação, seja ela fabricada na empresa ou na fábrica social”, (MALINI; ANTOUN, 2013, p.200). É o que podemos ver funcionar na relação entre o arquivo do WikiLeaks e o discurso jornalístico. Mesmo carregando a bandeira da transparência e da liberdade da expressão, o WikiLeaks não consegue funcionar fora dessa lógica discutida por Malini e Antoun e, assim como a censura trabalha pelo controle da circulação dos discursos, também o WikiLeaks opera pelo desejo de *poder controlar* esses discursos a partir de seu próprio arquivo. O mesmo acontece com o discurso jornalístico que também busca tornar-se sujeito desses mesmos discursos. Parece-nos, portanto, que tal luta pelo controle da produção da linguagem e da circulação se encontram na luta pelos **espaços de legitimação**.

Consideramos a censura (controle), assim, como parte integrante da engrenagem do *vazamento* (da Internet como mídia de *vazamento*) e da circulação (acesso), e é sobre esse conflito que buscamos discutir, sem perder de vista que as direções nas quais essa engrenagem se movimenta são sempre ideológicas, sempre políticas. A tecnologia é tratada por nós, e sob a perspectiva da Análise do Discurso, de um modo geral, da forma como Dias (2013, p.50) coloca: “uma questão simbólica, política e ideológica. (...) a tecnologia como instância de produção de discursos, de relações de poder”.

Assim, o tratamento da Internet como mídia de *vazamento*, como fazem Malin e Antoun (2013), nos leva a considerar uma outra questão bastante importante, levantada por Pequeno (2015). O autor observa que não encontramos, na verdade, *territórios online*; o que experimentamos na rede não é exatamente espaço, mas *circulação*: “o espaço *online* é materialmente caracterizado pela circulação”. Desse modo, “é importante pensarmos no **aspecto técnico da circulação** do sentido, como sendo **ideologicamente produzido**” (PEQUENO, 2015, p.27).

Isso significa considerar, no caso do arquivo do WikiLeaks, não só o trabalho dos sujeitos que constituem e distribuem esse arquivo mas, ainda conforme Pequeno, de algo que opera antes – uma seleção anterior ao acesso dos sujeitos: “essa operação é, ela própria, (...) resultado de dispositivos tecnológicos também produzidos por gestos interpretativos” (PEQUENO, 2015, p.23). Assim, além de tratarmos das condições de produção, da historicidade desse arquivo (como já trouxemos no capítulo anterior), é essencial levar em conta também o aspecto técnico de sua produção. Para o autor, é na produção dos dispositivos tecnológicos, atravessados ideologicamente, que o

*Arquivo*⁵², “como sistema geral e ideologicamente constituído da circulação do sentido”, trabalha, sob um efeito de neutralidade (PEQUENO, 2015, p.23).

Esta articulação com o tecnológico parece bastante frutífera para nossa análise, especialmente no que diz respeito ao *vazamento*. Parece-nos que é neste jogo do funcionamento tecnológico que o WikiLeaks trabalha ao tomar a transparência radical⁵³ como bandeira. Essa noção apaga o fato de que os vazamentos feitos pelo WikiLeaks são sempre *seletivos*. Se considerarmos o funcionamento das formações discursivas no espaço do arquivo, sabemos que o discurso será sempre *seletivo*, já que nunca é possível *dizer tudo*. Esse apagamento que funciona no arquivo do WikiLeaks, entretanto, além de ocorrer pelo trabalho de interpretação dos sujeitos que decidem o que esse arquivo pode e deve reunir, assim como do que a mídia pode fazer uso, se dá essencialmente em seu funcionamento tecnológico. **É pela técnica que o discurso da neutralidade e transparência é construído.**

Do mesmo modo, foi também o discurso da técnica, de certa forma, que contribuiu para que os jornalistas dessem legitimidade ao seu discurso, já que foi um trabalho de organização de dados, criação de softwares, montagem de gráficos e páginas na Internet, para que *nada* ficasse escondido ou incompreensível – criando assim o efeito de *tudo* foi revelado (pelo WikiLeaks) e *nada* deixou de ser explicado (pelo jornalismo). Os dois espaços discursivos, do WikiLeaks e do jornalismo, apoiaram-se na própria técnica, portanto, para construir a legitimação de seus discursos. O WikiLeaks, por um lado, pela construção de um arquivo sempre aberto, sempre pronto para *abarcar tudo*, de todos os lugares; e o jornalismo, de outro, pela produção de um discurso claro, neutro, capaz de *explicar tudo*.

Como bem observa Pequeno (2015, p.31), “o sentido é também resultado do universo material onde o encontro da leitura se dá, visto que esse universo também já é o tempo todo – inclusive seu tempo e espaço – uma produção histórica e ideológica a partir da qual, e lado a lado da qual, se lê”.

⁵² O autor diferencia os arquivos do Arquivo: “o Arquivo é aquilo que, nesse âmbito da circulação, configura as possibilidades de *toda* leitura. Ou seja: que os arquivos, apesar de serem amplamente produzidos nos contextos institucionais, não são produzidos no nível institucional, ou intencionalmente, mas que *há um sistema geral de produção de arquivos*, de circulação do sentido, que opera de acordo com o princípio histórico-ideológico, e é a esse sistema que damos o nome de Arquivo” (PEQUENO, 2015, p.22).

⁵³ Heemsbergen (2016, p. 139) explica que os estudos sobre transparência na era digital introduziram os adjetivos *radical* e *involuntário*. O termo transparência radical define uma série de reivindicações para acelerar ou revelar inesperadamente material por meio das tecnologias digitais.

4.3.1 O vazamento como forma política de circulação

Em meio a essa realidade dos espaços de circulação e acesso, é importante retornar a Pêcheux. Em 1981, o autor falava sobre como dizemos, habitualmente, *isso circula*, tomando como positiva a imagem de circulação de nossa modernidade discursiva liberada; esquecemo-nos, entretanto, de que essa imagem satisfatória de circulação nos desvia do fato de que as circulações discursivas não são *jamais aleatórias*, em um “não importa o que” (PÊCHEUX, 1981, p.18). Muito além de celebrar o fato de que há circulação, portanto, não se pode perder de vista o que circula, de que forma, em que espaços discursivos.

Nesse sentido, consideramos que a circulação do arquivo do WikiLeaks em suas diferentes formas (a partir de seu site, por meio do discurso jornalístico, das redes sociais, etc.) é, antes de tudo, um ato político – não apenas do sentido da militância, como já discutimos no início deste capítulo, mas naquilo que é intrínseco a esse movimento, em seu sentido ideológico.

É a partir desse olhar que gostaríamos de observar o processo de circulação do arquivo do WikiLeaks até sua discursivização pelo jornalismo. Para isso, trazemos também a definição de política para Rancière:

A atividade política é o que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, fazer ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996, p.42, grifo nosso).

Para o autor, a política tem a ver com os sujeitos, ou seja, com modos de subjetivação, que Rancière (1996, p.47) entende como “a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação (...) caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência”.

Estamos tratando, certamente, de um deslocamento, como vimos ao longo desta pesquisa. O WikiLeaks movimentou e criou um novo espaço discursivo; é representativo da ideia da Internet como mídia de *vazamento*; modificou o modo como o jornalismo lida com suas fontes e com o próprio conteúdo, pelo tratamento dos dados; permitiu a

constituição de efeitos de sentidos que reforçam ou denunciam importantes concepções sobre os EUA e sua relação com outros países.

Além disso, parece-nos importante discutir ainda o WikiLeaks como uma **forma política de acesso**. Rancière (1996, p.47) explica que “a política é a prática na qual a lógica do traço igualitário assume a forma do tratamento de um dano, onde ela se torna o argumento de um dano principal que vem ligar-se a tal litígio determinado na divisão das ocupações, das funções e dos lugares”. Isso significa dizer que a política é sempre o tratamento de um dano (não solucionável, mas tratável), e que sua subjetivação funciona de modo a desfazer e recompor as relações entre os modos de *fazer*, de *ser*, e de *dizer* na organização da comunidade (RANCIÈRE, 1996, p.52). Sendo assim, se concebemos a circulação, nesta pesquisa, como *acesso*, podemos também considerar que a constituição desse arquivo e sua movimentação representam a tentativa de sanar o dano causado pela desigualdade, pelo conflito de interesses das divisões sociais. Sem perder de vista que é de discurso que estamos falando, lembramos mais uma vez que Pêcheux (2010b) já identificou muito bem essas diferenças ao tratar da divisão social do trabalho de leitura.

O teórico contemporâneo Zizek (2013, p.257) afirma que o WikiLeaks está fazendo algo bem mais radical do que violar as regras e revelar segredos. Enquanto, para o autor, a imprensa *burguesa* tem seu próprio modo de ser transgressiva, a partir de uma ideologia que controla não só o que se diz, mas até como alguém pode violar aquilo que se permite dizer, o WikiLeaks está *mudando* até mesmo as regras pelas quais se pode violar as regras. Para Zizek, essa talvez seja a coisa mais importante que a organização possa fazer.

Nenhum funcionamento discursivo, no entanto, está livre do controle e da ideologia, assim como da contradição, que é intrínseca a esses processos. Sendo assim, é preciso ainda reforçar o que já dissemos ao longo desta pesquisa. Estamos tratando de um *efeito de acesso* a fontes primárias, de *vazamentos* que já são sempre, em si mesmos, *seletivos*, e de um *acesso* que traz a *ilusão do todo*, mas há sempre esse jogo entre o que o arquivo abarcou e aquilo que deixou de fora – e, ainda, de um embate entre acesso e controle, já que o WikiLeaks, ao mesmo em que *permite* o acesso ao que não era antes possível, agora é quem tem o *controle* sobre o que pode ser acessado. Uma relação bastante complexa, já que há o ato político da movimentação das relações sociais, ao mesmo tempo em que o controle acaba, de qualquer forma, por trocar de mãos.

Neste capítulo trouxemos a noção da Internet como mídia de *vazamento* e como o WikiLeaks é representativo dessa concepção; discutimos o funcionamento da discursividade digital e identificamos movimentações de sentido entre as versões impressa e *online* das notícias de nosso *corpus* ao olharmos especialmente para os títulos das matérias, tão importantes na condução da leitura; observamos uma relação diferente entre o arquivo e o sujeito do discurso jornalístico em um processo que, de qualquer forma, mantém um **efeito de acesso** à fonte primária. Além disso, tratamos do papel da técnica na constituição do arquivo do WikiLeaks e na produção do discurso jornalístico, considerando que essa materialidade permitiu reforçar a ideia de transparência (pelo WikiLeaks) e de eficiência (pelo jornalismo). Discutimos, assim, como a tomada de posição dos sujeitos a partir também de seus lugares sociais (*whistle-blowers*, WikiLeaks, jornalismo) revela uma disputa entre certos **espaços de legitimação**, e como a conquista desses espaços acontece de forma diferente para cada um desses sujeitos do discurso. Também tratamos da questão do *vazamento* como uma **forma política de acesso**, ao levarmos em conta que a constituição desse arquivo funciona de modo a reconfigurar um certo espaço, no ambiente das divisões sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu do desejo de pensar o arquivo. Como acontece costumeiramente, os caminhos traçados no início foram sendo alterados. Outras estradas foram percorridas e compreendemos, enfim, o que significa sermos surpreendidos por nosso objeto, como ele nos envolve e começa a desenhar seu próprio percurso. Somos, assim, impelidos a segui-lo, abandonando as primeiras certezas e deixando que o discurso mostre a si mesmo em sua opacidade.

Enquanto buscávamos olhar para a constituição do arquivo do WikiLeaks, percebemos que para além desse processo, foram suas possibilidades de leitura que se revelaram valiosas e como sua interpretação poderia representar movimentações importantes no jornalismo e em sua discursividade. Além disso, lançar um olhar para um espaço discursivo não institucionalizado, que nasce deslegitimado e marginalizado também foi um desejo nosso, na tentativa de, como ensinou Pêcheux, buscar no lugar comum da dominação ideológica e no espaço da ideologia dominante, seguir as pistas das falhas e resistências que permitiram seu aparecimento.

Na tentativa de um fechamento, após o caminho percorrido, podemos perceber que todo o nosso estudo é perpassado pelos embates nos **espaços de legitimação**. De início, temos o WikiLeaks que busca ganhar seu espaço como detentor e revelador de informações privilegiadas, mas que logo percebe que precisa do jornalismo, instituição reconhecida e legitimada pela sociedade, para respaldar suas revelações. Já pelo processo de textualização, vimos como o sujeito-jornalista logo toma para si a responsabilidade pelos dizeres e explicita esse mesmo processo, no desejo de **validar seu trabalho de interpretação**.

Neste sentido, discutimos como o arquivo do WikiLeaks representaria uma fonte secundária, com um efeito de fonte primária para o jornalismo, já que ele ocupa um papel intermediário entre a fonte original da informação e o jornalista. Além disso, o embate neste aspecto se dá pelo fato de que o WikiLeaks também exerce controle sobre a informação, apesar de pregar pela total transparência. Acreditamos que o arquivo do WikiLeaks, assim, permitiu o surgimento de outros modos de circulação e de leitura, no sentido de que se constituiu não só como fonte, mas como um **novo espaço de leitura e interpretação**.

A outra luta travada se deu pela constituição dos sentidos. Nosso olhar partiu já da leitura do arquivo, o que significa dizer que observamos, no espaço do discurso

jornalístico, os efeitos de sentidos gerados pela interpretação dos documentos reunidos pelo WikiLeaks. Situando o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks na formação discursiva jornalística de política internacional, vimos como as matrizes de sentido, a partir dos sintagmas e dos funcionamentos sintáticos, conduzem à preocupação com **prejuízos políticos e financeiros** e indicam a **pressão** exercida pelos Estados Unidos sempre de modo a impedir ou minimizar tais prejuízos, ou seja, sempre na tentativa de proteger seus interesses próprios. É dessa forma que o discurso jornalístico interpreta o arquivo, reforçando esses efeitos de sentidos já presentes nos documentos do WikiLeaks.

Do mesmo modo, identificamos a tentativa de conter outras possibilidades de sentidos, a partir da refutação pela negação e do uso das aspas. O uso da negação acabou por salientar aquilo que se queria evitar: **a desconfiança**, não só do governo americano, mas especialmente do governo brasileiro, ao serem negadas, por exemplo, qualquer relação entre as FARC e o governo brasileiro, ou qualquer evidência do envolvimento do Brasil com o programa nuclear iraniano. Já o uso das aspas funcionou na tentativa de **evitar a polêmica ou o desentendimento**, pela delimitação de expressões que conduzem a impressões negativas sobre o país e seus governantes, como: *com a imagem popular do Velho Oeste*, uma terra *sem lei*, ao tratar sobre o Pará; ou *herói e cavaleiro branco* ao se referir ao então presidente Lula. Com essa demarcação, o discurso jornalístico mostra que essas expressões vêm de outro lugar, isentando-se da responsabilidade desses dizeres. Na tentativa de refutar ou afastar o que não convém ser dito, entretanto, abrem-se as possibilidades de sentido.

A partir dos princípios de descrição do arquivo trazidos por Foucault (2013) e Sargentini (2014), pudemos tratar de ainda outras labutas: **a movimentação nos limites do discurso da diplomacia e do jornalismo** por conta do WikiLeaks, ou seja, os limites sobre o que se pode dizer foram *forçados* a se modificarem pelo surgimento desse novo espaço de dizer; **outros enunciados postos em circulação**, assim como novas formulações, já que tínhamos enunciados até então restritos a certos espaços e que, a partir do arquivo do WikiLeaks e do discurso jornalístico se tornaram possíveis; a possibilidade de **retorno de certos efeitos de sentido**, certos pré-construídos do próprio discurso jornalístico, como vimos funcionar pelo trabalho da negação; a reconstrução da visão americana sobre o Brasil, a partir da **valorização das declarações** dos representantes dos Estados Unidos; **a luta pelo domínio do acesso** aos documentos, assim como dos sentidos, pelo governo/diplomacia, WikiLeaks e jornalismo; **a reconfiguração de**

espaços discursivos como o do jornalismo, pelo surgimento de um arquivo com o suporte do WikiLeaks, concebido como *vazamento*.

Em um **contínuo processo de reunião e dispersão**, o arquivo do WikiLeaks representou movimento, possibilidades, e acreditamos que tenha se constituído, para o discurso jornalístico, especialmente para a FD jornalística de política internacional, em um lugar de memória. Por ser tomado pelo “ressaltar de seus significados” e por suas imprevisíveis “ramificações”, como explica Nora (1993) sobre os lugares de memória, o WikiLeaks permitiu uma movimentação na conjuntura dos dizeres. Pelo trabalho da memória, que acolhe, mas também esquece, o discurso jornalístico não só reproduziu o que trouxe o WikiLeaks mas, no embate entre esses dois espaços discursivos, vimos como o novo acabou sendo encoberto pelos pré-construídos do discurso jornalístico. Assim, se o WikiLeaks poderia representar a possibilidade de um discurso de denúncia, o discurso jornalístico acaba por abafar esses dizeres, reforçando a crítica ao governo brasileiro em detrimento da crítica aos americanos.

Tendo surgido a partir das possibilidades das novas tecnologias, não poderíamos deixar de tratar de algumas questões relacionadas ao ciberespaço, especialmente a noção de **vazamento**, a qual bem **representa a luta pelos espaços de legitimação**, já que pode ser tomado como um novo lugar em que se coloca o sujeito do discurso, na busca de validar, legitimar seu dizer. A observação dos títulos e linhas de apoio do discurso jornalístico produzido para o meio digital apresentou certas movimentações que nos mostram, também a partir da luta por esses espaços, uma relação diferente com o arquivo. Enquanto no impresso o sujeito-jornalista assume a responsabilidade do dizer, no *online* o WikiLeaks é colocado nessa mesma posição daquele que revela e informa, ao menos no que diz respeito aos espaços de destaque dos títulos e linhas de apoio.

Assim como qualquer processo discursivo, ao tomarmos o arquivo do WikiLeaks e sua leitura pelo jornalismo como um ato político, em seu sentido ideológico, buscamos também olhar para o *vazamento* e especialmente para o WikiLeaks como **uma forma política de acesso**. É a tentativa de criar um deslocamento, fazer ouvir um discurso que antes não se ouvia, como explica Rancière (1996). Nossas análises mostraram que há muito mais repetição do que transformação, e que muitos discursos nascidos da resistência, como o arquivo do WikiLeaks, acabam por se dispersar no processo de sua releitura, pelo funcionamento da memória discursiva. Nesse sentido, cabe a crítica de Pêcheux (1981) sobre o desejo de celebrarmos o simples fato de que há circulação. Celebramos, então a disputa por novos espaços de legitimação. Um embate que vimos ter

vido travado em nossa pesquisa, e que segue acontecendo em muitos espaços de dizer. Celebramos a língua e o discurso como territórios de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido. Tradução de J. H. Nunes. In: ACHARD, Pierre, et al. **Papel da memória**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2010c.

AGUIAR, Rafe. **Dicionário Jornalístico**: entenda todos os jargões. Em: <<http://coisasdejornalista.com.br/dicionario-jornalístico/>>. Acesso em abr/2017.

ALLAN, Stuart. **Citizen Witnessing**: Revisioning Journalism in Times of Crisis. Cambridge, UK: Polity Press, 2013.

ALTHUSSER, Luis. [1984] **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução crítica-histórica. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed. 1985.

_____. [1985] **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 11ª reimp. São Paulo: Graal, 2010.

ANTUNES, Bruno C. de Martini. **O uso das tecnologias da informação na liberação de dados em rede: o caso WikiLeaks**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

ARAÚJO, William F. **“We open governments”**: uma análise de discurso do ciberativismo praticado pela organização WikiLeaks. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

ASSANGE, Julian. Introduction: WikiLeaks and Empire. Introdução. **The WikiLeaks Files**: The world according to US Empire. Brooklyn, NY: Verso, 2015.

ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; MÜLLER-MAGUHN, Andy; ZIMMERMANN, Jérémie. **Cypherpunks**: liberdade e o futuro da Internet. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Trabalhos de Linguística Aplicada**, n.19, 25-42, jul./dez. 1990.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Revisão técnica da tradução: L. B. Barbisan e V. do N. Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BABO LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**, n.6, 85-94, 2005.

BARBOSA, Susana. A.; TORRES, Vítor. O paradigma ‘Jornalismo Digital em Base de Dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galaxia**, n.25, p.152-164, jun. 2013.

BASTOS, Helder. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.9, n.2, 284-298, jul./dez. 2012.

BASTOS NETO, Adalberto. **Verdade e conexão: o modo de presença do atual jornalismo impresso da Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BATISTA, Jandré C. **Apropriações ativistas em sites de redes sociais: cartografia das ações coletivas no Twitter**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BERGER, Christa. Em Torno do Discurso Jornalístico. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (orgs) **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Riscos éticos em tempos de delações, vazamentos e clamor pela transparência. **Brazilian Journalism Research**. v.12, n.2, 58-77, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; DE OLIVEIRA, Cândida. Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. **contemporânea: comunicação e cultura**, v.9, n.2, 231-245, ago. 2011.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Cristina de C. V. Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DERRIDA, Jacques. [1995] **Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana**. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, Cristiane. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (orgs) **Análise de Discurso em Perspectiva: Teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

DIAS SOUZA, Maurício. **Jornalismo e cultura de convergência: a narrativa transmídia na cobertura do Cablegate nos sites El País e Guardian**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Os bastidores do WikiLeaks**. Tradução de Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA, Lúcia M. A. Discurso, imagens e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs) **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

FLYNN, Kathryn. The Practice and Politics of Leaking. **Social Alternatives**. v. 30, n. 1, p. 24-28, 2011.

FOUCAULT, Michel. [1969] **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. [1971] **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: 20a ed. Edições Loyola, 2010b.

_____. **A coragem da verdade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. [1994] Resposta a uma questão. Tradução de Ana Lúcia P. Pessoa. In: BARROS DA MOTTA, Manoel. (org) **Ditos e Escritos VI: Repensar a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível: o discurso na história da linguística**. Tradução de Betânia Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, Solange. **Texto: como apre(ender essa matéria?** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

_____. Discursividade online. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (orgs) **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

GALLO, Solange; BALIEIRO, Clay R., Escrita e surdez: uma proposta discursiva. In: BERBERIAN, Ana Paula; MASSI, Giselle de A.; GUARINELLO, Ana Cristina (orgs) **Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GALLO, Solange; FLORES, Giovanna B.; PINOTTI, Ângela; SOUZA, Catarina R. de Ler o arquivo hoje. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs) **Michel Pêcheux & Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GUILHAUMOU, Jacques. Considerações sobre a Análise do Discurso: um trajeto crítico em torno de Michel Pêcheux ao final dos anos 1970. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. In: BARONAS, Roberto; KOMESU, Fabiana (orgs) **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.1, n.1, 102-117, 1º sem 2004.

GOODMAN, Amy. In Conversation with Julian Assange and Slavoj Zizek. In: BREVINNI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick (orgs) **Beyond WikiLeaks: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society**. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan, 2013.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Gestos de Leitura**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

HABERMAS, Jürgen. [1962] **Mudança estrutural da esfera pública**. Tradução de Deilson L. Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HEEMSBERGEN, Luke. From Radical Transparency to Radical Disclosure: Reconfiguring (In)Voluntary Transparency Through the Management of Visibilities. **International Journal of Communication**. 10, 138-151, 2016.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana B. (orgs) **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

_____. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs) **Michel Pêcheux & Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs) **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

_____. [1997] **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LAGAZZI, Suzy. Metaforizações metonímicas do social. In: ORLANDI, Eni (org) **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (orgs) **Discurso, Arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **WikiLeaks**: inside Julian Assange's war on secrecy. Great Britain: The Guardian, 2011.

LIMA, Alberto C. P. de. **Processos conceituais, WikiLeaks e informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. Tradução de Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Gestos de Leitura**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre, Sulinas, 2013.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, v.11, n.1. 197-208, mai. 1999.

MILAN, Stefania. WikiLeaks, anonymous, and the Exercise of Individuality: Protesting in the Cloud. In: BREVINNI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick (orgs) **Beyond WikiLeaks**: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan, 2013.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, Lucília M. S.; GASPAR, Nádea R. **Discurso Midiático**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

_____. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Desenredo**, v.6, n.1, p.85-101, jan./jun.2010.

_____. Alguns apontamentos sobre militância digital. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SCHONS, Carme Regina (orgs) **Discursos em Rede**: Práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

_____. Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos. **Conexão Letras**; v.9, n.11, p.31-40, 2014.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea R. (orgs) **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara A. Khoury. **Proj. História**, v.10, p.7-28, dez.1993.

NOVAES, Tiago O. S. **Anonimoz e grauitos: a transformação da pessoa em informação e da informação em pessoa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2012.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni P. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Cadernos de estudos Linguísticos 4: linguística indígena e responsabilidade social**, 123-136, 1983.

_____. Introdução: a leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

_____. **Discurso e texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas: 3ª ed. xPontes Editores, 2008.

_____. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: 6ª ed. Pontes Editores, 2012.

PACHECO, Liliana. WikiLeaks e Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui. **Estudos em Comunicação**, n.9, 31-43, mai. 2011.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard et. al. **Matérialité discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

_____. Remonts de Foucault à Spinoza. Tradução doméstica de GEADA, Araraquara. In: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990a.

_____. [1980] Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19, 7-24, 1990.

_____. [1975] **Semântica e Discurso**. Tradução de Eni P. Orlandi (et. al.). 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2009a.

_____. O Estranho Espelho da Análise do Discurso. Prefácio. Tradução de Cristina de C. V. Birck et al. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009b.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs) **Por uma análise automática do discurso**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.

_____. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças L. Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Gestos de Leitura**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.

_____. Papel da Memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre, et al. **Papel da memória**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2010c.

_____. [1984] Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux - textos selecionados**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2011a.

_____. [1984] Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, Eni P. (org) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux - textos selecionados**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2011b.

_____. [1969] As ciências humanas e o “momento atual”. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux - textos selecionados**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2011c.

_____. [1988] **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs) **Por uma análise automática do discurso**. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1977] Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? Tradução de Eni P. Orlandi, In: ORLANDI, Eni P. (org) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux - textos selecionados**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2011.

PEQUENO, Vitor. **Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

_____. A demanda pelo avatar e a forma-discurso do digital: construções iniciais e notas para um futuro trabalho. In: FLORES, Giovanna G.; NECKEL, Nádia R. M.; GALLO, Solange (orgs) **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia v. 2**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

PEREIRA, Benedito F. A Cibernética como discurso fundador da discursividade digital. **DisSol: Discurso, Sociedade e Linguagem**, ano II, n. 3. 51-62, abr/2016.

PEREIRA, Fábio H.; ADGHIRNI, Zélia L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v.1, n. 24. 38-57, jan./jun. 2011.

QUERÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, n.6, 59-75, 2005.

RABELO, Leon Eugênio M. **Internet, esfera pública e comunicação: dois estudos de caso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e Filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.

ROMÃO, Lucília M. S.; GALLI, Fernanda C. S.; PATTI, Ane R. Arquivo em cena: “impressões” de leitura sobre o tema. In: **Desenredo**, v.6, n.1, 123-134, jan./jun. 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth. [2001] **A análise e o arquivo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAAD CORRÊA, Elizabeth. Apontamentos sobre o jornalismo extra-muros do WikiLeaks. **contemporânea**: comunicação e cultura, v.9, n.2, 211-230, ago. 2011.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SERRANI, Silvana. **A paráfrase como ressonância interdiscursiva na construção do imaginário de língua: o caso do Espanhol Riopratense**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SARGENTINI, Vanice M. de O. O arquivo e a circulação de sentidos. **Conexão Letras**: a noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos. v. 9, n. 11, 23-30, 2014.

SALOMON, Marlon. Saber dos Arquivos. In: SALOMON, Marlon. (org) **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

_____. A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. In: SALOMON, Marlon (org) **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SHOEMAKER, Pamela.; VOS, Tim. [2009] **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Tradução de Vivian Nickel. Porto Alegre: Penso, 2011.

THORSEN, Einar; CHINDU, Sreedharan; STUART, Allan. WikiLeaks and Whistle-blowing: The Framing of Bradley Manning. In: BREVINNI, Benedetta; HINTZ, Arne; MCCURDY, Patrick (orgs) **Beyond WikiLeaks**: Implications for the Future of Communications, Journalism and Society. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan, 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de O. Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TIFFEN, Rodney. **News and Power**. Sydney: Allen & Unwin, 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VIEIRA, Ana Lúcia M. **O sigilo da fonte de informação jornalística como limite à prova no processo penal**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZELIZER, Barbie; ALLAN, Stuart. **Keywords in News and Journalism Studies**. Maidenhead e New York: Open University Press, 2010.